

**A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA:
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO ESPÍRITO
SANTO**

Camila Costa Valadão

**Dissertação de Mestrado em Política Social
Programa de Pós-Graduação em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo**

**Vitória,
Setembro de 2013**

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA: POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO ESPÍRITO SANTO

Camila Costa Valadão

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Política Social do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Marcia Smarzaró Siqueira.

Aprovado em 11 de Setembro de 2013, por:

Prof^a. Dr^a. Marcia Smarzaró Siqueira – Orientadora, Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Edinete Maria Rosa, Universidade Federal do Espírito Santo

Prof^a. Dr^a. Eugênia Célia Raizer, Universidade Federal do Espírito Santo

Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória, Setembro de 2013.

Valadão, Camila Costa, 1984
A gente não quer só comida: políticas públicas para a juventude
no Espírito Santo. [Vitória] 2013
xii, 125 p., 29,7 cm (UFES, M. Sc., Política Social, 2013)
Dissertação, Universidade Federal do Espírito Santo, PPGPS.

AGRADECIMENTOS

A Deus sempre presente em minha vida, transformando a derrota em crescimento, a fraqueza em força e as alegrias e vitórias em momento ímpar.

A Professora Marcia Smarzaró Siqueira por toda a paciência e tranquilidade, sempre contribuindo e incentivando para que chegássemos ao fim dessa etapa.

A Professora Edinete pelas contribuições na banca de qualificação e presteza as solicitações e contatos.

A Professora Eugênia que aceitou prontamente o convite para participar desse momento tão importante em minha vida.

A CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo financiamento que resultou no desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas do Mestrado em Política Social pelos debates e reflexões tão fundamentais nessa trajetória.

Aos camaradas do Observatório Capixaba de Juventude pelas contribuições, em especial, Camila Taquetti e Rafael Lobo. Obrigado pelas dicas e correções!

A minha mãe por todo amor e compreensão nos momentos de histeria, mau humor e aflição.

Ao meu pai e irmãos. Desculpe-me pela ausência, espero um dia recompensá-los.

As minhas avós sempre tão cuidadosas com o meu futuro. Obrigada pelas orações, sem vocês, certamente, não teria chegado até aqui.

A tia Vanda, sinônimo de força, mostrou-me que é possível vencer sem perder a ternura. Obrigado pelo incentivo sempre.

Aos companheiros que lutam quando é fácil ceder: Enlace, PSOL, Coletivo de Mulheres Aqualtune!

Camila Costa Valadão

A verdade é que a teoria de Marx terá vigência pelo menos enquanto existir o capitalismo, as classes sociais, a exploração do homem pelo homem, a escassez, o consumismo, o individualismo, a forma social que viola a natureza humana e faz das pessoas seres fundamentalmente alienados e infelizes.

Reinaldo Carcanholo

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo mapear e caracterizar as iniciativas no âmbito do Estado destinadas especificamente para a juventude, ou seja, aqueles e aquelas entre 15 e 29 anos. Para tanto, apresentamos os diversos conceitos, concepções e discursos em torno da juventude e contextualizamos a conjuntura atual marcada pela crise do capital e seus rebatimentos para os jovens, a partir da compreensão das crises como resultantes da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Refletimos acerca da contra reforma do Estado Brasileiro e a focalização/seletividade, privatização e descentralização das políticas sociais, a partir da implementação do projeto neoliberal no país. Resgatamos a trajetória das políticas de juventude no Brasil, marcada pelos problemas dos jovens na sociedade e os desafios de como lhes facilitar seus processos de transição e integração ao mundo adulto. Reconstruímos ainda a trajetória das políticas no Estado, além de mapear e caracterizar as ações existentes. Por fim, ouvimos a percepção dos jovens sobre as PPJs e constatamos que, de maneira geral, os jovens no Espírito Santo são abrangidos por políticas destinadas a todas as faixas etárias, com poucas ações, portanto, específicas para este segmento.

PALAVRAS CHAVES: Juventudes; Contra Reforma; Políticas Públicas.

ABSTRACT

The present study aims to map and characterize the initiatives under the State designed specifically for youth, i.e., those men and women between 15 and 29 years. Therefore, we present the variety concepts, conceptions and discourses around youth and contextualize the current situation marked by the capital's crisis and its repercussions for the young people, based on comprehension of the crisis as resulting from the contradictory dynamics of the capitalist production's mode. We reflect on the counter-reform of the Brazilian State and the focus / selectivity, privatization and decentralization of social policies, from the implementation of the neoliberal project in the country. Saved the trajectory of youth policies in Brazil, marked by problems of young people in the society and challenges as they facilitate their process of transition and integration into the adult world. We were reconstructed the trajectory of policies in the State and map and characterize the existing actions. Finally, we hear the perceptions of young people about PPJ and found that, in general, young people in the Espírito Santo are covered by policies aimed at all age groups, with a little actions, that are specific to this segment.

KEYWORDS: Youths, Counter-Reform; Public Policy.

LISTA DE GRAFICOS

GRÁFICO 1 – AÇÕES POR SECRETARIAS	82
GRÁFICO 2 – OBJETIVOS DAS AÇÕES	83
GRÁFICO 3 – PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES	85

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – DOCUMENTOS ANALISADOS	17
QUADRO 2 – ANO DE IMPLEMENTAÇÃO	97
QUADRO 3 – ÓRGÃO RESPONSÁVEL	98
QUADRO 4 – OUTRAS ORGANIZAÇÕES NA EXECUÇÃO	100
QUADRO 5 – OBJETIVOS	100
QUADRO 6 – AÇÕES DESENVOLVIDAS	103

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – SEXO	105
TABELA 2 – CIDADE DE PROCEDÊNCIA	105
TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA	106
TABELA 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO	106
TABELA 5 – OCUPAÇÃO	107
TABELA 6 – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	107
TABELA 7 – TEMPO DE MILITÂNCIA	107

LISTA DE SIGLAS

ADERES – Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida

CEJUV – Conselho Estadual de Juventude

CETURB – Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória

CUT – Central Única dos Trabalhadores

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

FETAES – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Espírito Santo

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

GEPPJ – Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude

IASES – Instituto de Medida Sócio Educativa do Espírito Santo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos

IHA – Índice de Homicídio na Adolescência

IIDAC – Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania

IJSN – Instituto Jones dos Santos Neves

MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PEC – Proposta de Emenda Constitucional

PFL – Partido da Frente Liberal

PIB – Produto Interno Bruto

PL – Projeto de Lei

PM – Polícia Militar

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PRCJ – Programa Rede Cultura Jovem

PT – Partido dos Trabalhadores

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

OIT – Organização Internacional do Trabalho

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

SEAG – Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca

SECT – Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia

SECULT – Secretaria de Estado da Cultura

SEDU – Secretaria de Estado da Educação

SEJUS – Secretaria de Estado da Justiça

SESA – Secretaria de Estado da Saúde

SESPORT – Secretaria de Estado de Esportes

SETUR – Secretaria de Estado do Turismo

SIM – Sistema de Informações Sobre Mortalidade

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SUS – Sistema Único de Saúde

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. A GENTE QUER A VIDA: JUVENTUDE PARA ALÉM DA PALAVRA	24
1.1 CONCEITOS, CONCEPÇÕES E DISCURSOS	24
1.2 JUVENTUDE EM TEMPOS DE CRISE	33
1.3 SITUAÇÃO JUVENIL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL	37
2. A GENTE QUER COMIDA DIVERSÃO E ARTE: A CONTRA REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE	48
2.1 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	48
2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: TRAJETÓRIA NO BRASIL	58
3. VOCÊ TEM SEDE DE QUE? VOCÊ TEM FOME DE QUE? POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO ESPÍRITO SANTO	73
3.1 RECONHECENDO OS CAMINHOS	73
3.2 AS INICIATIVAS PARA A JUVENTUDE NO ES	84
3.2.1 Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ)	84
3.2.2 Projeto de Valorização da Juventude Rural	91
3.2.3 Reflexões sobre as iniciativas	96
3.3 OS JOVENS TEM A DIZER	103
3.3.1 Perfil dos entrevistados	104
3.3.2 Concepções de Juventude	106
3.3.3 O ser jovem na atualidade: dificuldades e demandas	108
3.3.4 Participação juvenil no Estado	110
3.3.4 Percepções sobre as políticas de juventude no ES	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	118

INTRODUÇÃO

O presente estudo emerge a partir da condição, trajetória e atuação profissional e política da pesquisadora. O interesse pela temática juventude se inicia ainda no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo, a partir da inserção no Núcleo de Estudos das Juventudes e Protagonismo (NEJUP), experiência que me propiciou o aprofundamento do tema e impulsionou a realização da pesquisa de conclusão de curso, na área de políticas públicas para a juventude, com ênfase nas políticas para a juventude rural. Na ocasião, já despertava a atenção a ausência de iniciativas estaduais para a juventude.

Após a graduação, iniciei o trabalho como Coordenadora Geral do projeto Proteção de Jovens em Território Vulnerável (Protejo) desenvolvido nos bairros de Feu Rosa e Vila Nova de Colares no Município da Serra. O Projeto foi destinado a formação e inclusão social de jovens e adolescentes expostos a violência doméstica ou urbana e compunha uma das 94 ações do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) que aliou políticas de prevenção, controle e repressão a criminalidade.

Integrei também a equipe de pesquisadores do Programa de Redução da Violência Letal contra Adolescentes e Jovens (PRVL), uma parceria entre a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Fundo nas Nações Unidas para a Infância (Unicef) e o Laboratório de Análise de Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (LAV) sob coordenação do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro. O PRVL abrangeu 11 regiões metropolitanas em todo o país e se estruturou em três eixos de atuação: a articulação política e mobilização de diferentes atores sociais; a produção de indicadores sobre a mortalidade de adolescentes e jovens no Brasil (IHA – Índice de Homicídios na Adolescência) e o levantamento, a análise e a difusão de metodologias que contribuam para a prevenção da violência.

Tais experiências me possibilitaram o contato permanente com a questão da violência letal de adolescentes e jovens. No PRVL, através do estudo e pesquisa acerca do tema e no Protejo através do contato direto com adolescentes, jovens e

com a comunidade vitimada com a letalidade. Desde o início do Protejo, acompanhei indiretamente o assassinato de vários jovens nos bairros assistidos. Diante disso, aumentaram as indagações sobre as ações desenvolvidas no Estado do Espírito Santo para reverter esse quadro e garantir direitos à população juvenil.

A partir das angústias e questionamentos, decidi não ser indiferente, decidi tomar partido, integrei então, em 2010, a Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens, que agrega mais de quarenta entidades em todo o Estado em torno do tema. A Campanha é articulada em torno de três eixos fundamentais: 1) formação política e trabalho de base; 2) ações de massa e divulgação; 3) denúncia quanto à violação de direitos humanos. Assim, em 2010, foram realizados debates, seminários e uma audiência pública. Essas ações culminaram no Dia Nacional da Juventude que consistiu em um grande dia de mobilização com mais de 60 mil pessoas na rua marchando contra a violência, extermínio de jovens e em defesa das políticas públicas de, para e com a juventude.

Durante a Marcha foi entregue ao então Governador Renato Casagrande (gestão 2011 a 2014) algumas reivindicações históricas dos movimentos juvenis no ES: a criação da Secretaria Estadual de Juventude com estrutura e orçamento compatível com os desafios de implementação das políticas públicas; a instalação imediata do Conselho Estadual de Juventude, criado através da Lei Estadual 8.594/2007 e a aprovação e implementação do Plano Estadual de Juventude. Na ocasião, apresentou-se uma Minuta construída no âmbito da Campanha Estadual com propostas para a construção do Plano Estadual de Juventude.

A partir dessas iniciativas, o Governo do Espírito Santo instituiu em diálogo com a Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens um Grupo de Trabalho, através do Decreto Nº 2948-R, de 18 de janeiro de 2012, com a finalidade de elaborar propostas de organização institucional, visando a execução e gestão de políticas públicas para a juventude e apreciação de proposta de regulamentação do Conselho Estadual de Juventude, ou seja, a partir da organização e pressão social, as políticas de juventude começam a dar os primeiros passos no Estado do Espírito Santo.

Neste sentido, o objetivo geral desse estudo é mapear e caracterizar as iniciativas no âmbito do Estado destinadas especificamente para a juventude, ou seja, aqueles e aquelas entre 15 e 29 anos, e verificar se correspondem as expectativas dos jovens organizados em torno da questão das políticas públicas de juventude no ES¹.

Destaca-se o caráter qualitativo dessa pesquisa e a compreensão da metodologia como o caminho do pensamento e prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria de abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (MINAYO, 2007).

Deste modo, esse estudo é referenciado a partir da perspectiva marxista, buscando compreender o objeto pesquisado em sua essência, “capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese” (NETTO, 2011, pg. 22).

Compreendendo o concreto como síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso, buscamos a partir da pesquisa bibliográfica ordenar as ideias e ir além da aparência fenomênica, imediata e empírica do objeto, a partir da compreensão de temas e categorias centrais para o trabalho, como mediação estratégica para o desvelamento do real, tais como:

- conceitos, concepções e discursos historicamente vinculados a juventude na América Latina e no Brasil. Para tanto, utilizamos a contribuição de autores como Abramo (1997), Camarano et. al. (2004), Quiroga (2001), Margulis e Urresti (1996) e Quapper (2001).

- as determinações atuais de produção das condições materiais da vida social, a partir da compreensão da conjuntura marcada pela crise do capital e seus

¹ Esse estudo inclui-se na linha de Pesquisa 2 do Programa de Pós-Graduação em Política Social que “visa analisar a formulação, a gestão e o controle social de políticas sociais setoriais, tais como: criança e adolescente, juventude, educação, seguridade social, drogas e segurança pública. Compreende também o estudo de questões vinculadas à subjetividade, identidade, representação social, violência e movimentos sociais”.

rebatimentos para a juventude, através dos autores: Badaró (2012), Carcanholo (2011), Mészáros (2012) e Netto (2007).

- os impactos desse processo para a questão social e suas expressões no que concerne a juventude no Brasil, a partir de lamamoto (2010), Netto (2001) e Santos (2012), além de dados sociais sobre essa população.

- a política social no Brasil contemporâneo e o processo de contra reforma do Estado brasileiro, sobretudo, a partir da implementação do neoliberalismo no Brasil. Utilizamos, para tanto, as noções de Anderson (1995), Behring e Boschetti (2007), Boito Jr. (1996), Duriguetto (2008), Filgueiras (2005) e Netto e Braz (2007).

- a trajetória das políticas de juventude no Brasil, através de autores como Sposito e Carrano (2003), Silva e Andrade (2009) e informações obtidas através do Site da Secretaria Nacional de Juventude e Conselho Nacional de Juventude.

Para a reconstrução da trajetória das políticas de juventude no Espírito Santo mapeamos, sistematizamos e analisamos os seguintes documentos:

Lei Estadual Nº 8594/2007, que institui legalmente a Política Estadual de Juventude e o Conselho Estadual, considerando jovens aqueles entre 15 e 29 anos de idade.
Proposta de Plano Estadual de Juventude apresentada pela Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens.
Decreto Estadual Nº 2948-R, de 18 de Janeiro de 2012, com a finalidade de elaborar propostas de organização institucional e a regulamentação do Conselho Estadual de Juventude.
Decreto Estadual Nº 3067, de 31 de Julho de 2012, que criou a Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude (GEPPJ).
Decreto Estadual Nº 3101, de 30 de Agosto de 2012, que regulamenta o Conselho Estadual de Juventude.
Relatório do Instituto Jones dos Santos Neves sobre o perfil da juventude e das políticas públicas no Espírito Santo, Vitória, 2012.

Lei Municipal Nº 2569, 10 de Dezembro de 2002, que institui o Conselho Municipal de Juventude da Serra.
Lei Municipal Nº 2919,21 de Dezembro de 2005, que reestrutura o Conselho Municipal de Juventude da Serra.
Lei Municipal Nº 4378, 18 de Janeiro de 2006, que institui o Conselho Municipal de Juventude de Cariacica.
Lei Municipal Nº 4555, 31 de Agosto de 2007, que institui o Conselho Municipal de Juventude de Vila Velha.
Lei Municipal Nº 6157, 01 de Outubro de 2008, que institui o Conselho Municipal de Juventude de Cachoeiro de Itapemirim.
Lei Municipal Nº 6542 de 19 de Agosto de 2011, que reestrutura o Conselho Municipal de Juventude de Cachoeiro de Itapemirim.
Lei Municipal Nº 8165, 04 de Outubro de 2011, que Institui o Conselho Municipal de Juventude de Vitória.
Decreto Municipal Nº 15293, que regulamenta o Conselho Municipal de Juventude de Vitória.

QUADRO 1 – DOCUMENTOS ANALISADOS

Em seguida, mapeamos as iniciativas no âmbito do Estado destinadas especificamente para o público jovem. Para tanto, utilizamos como fonte de informação o Relatório do Instituto Jones dos Santos Neves (2012)², pesquisas realizadas através de sites de secretarias e autarquias públicas do Estado, além do diálogo com gestores estaduais e com jovens integrantes do Observatório Capixaba de Juventude³ e do Conselho Estadual de Juventude.

No relatório do Instituto Jones dos Santos Neves foram identificadas 71 ações para a juventude no Estado no ES. No entanto, dessas, apenas 41 são executadas

² Referência: Instituto Jones dos Santos Neves. **Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo**: explorando fatores explicativos. Vitória, ES, 2011.

³ O Observatório Capixaba de Juventude é uma Organização Não Governamental que surge como fruto do trabalho realizado por um conjunto de jovens com experiência de vários anos na temática Juventude. Participa do desenvolvimento de políticas públicas, através da Consultoria, elaboração de Diagnósticos, Monitoramento, Estudos e Publicações.

diretamente pelo Governo do Estado, através de secretarias ou autarquias públicas. As outras 30 iniciativas são realizadas pela iniciativa privada.

Dentro do universo das 41 ações executadas pelo Governo do Estado, realizamos a sistematização dos dados a partir das informações quanto aos órgãos responsáveis pela gestão/execução, objetivos e público alvo, a fim de identificar quais programas e projetos tem como público alvo “os jovens”. Assim, identificamos 17 ações destinadas para “todas as faixas etárias”; 11 ações destinadas a “alunos e/ou estudantes”; 6 destinadas para “crianças e/ou adolescentes”; 5 destinadas a “adolescentes envolvidos com prática de ato infracional” e 2 destinadas para a “juventude”.

Assim, segundo os objetivos do trabalho, caracterizamos as iniciativas destinadas para os “jovens”, Programa Rede Cultura Jovem da Secretaria Estadual da Cultura (SECULT) e Projeto de Valorização da Juventude Rural da Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG), quanto a: órgão responsável pela gestão e execução, objetivos e ações desenvolvidas.

Vale destacar que a perspectiva inicial era uma caracterização mais aprofundada das políticas, no entanto, as dificuldades encontradas para o levantamento de informações e documentos impossibilitaram uma caracterização mais completa e analítica.

Cabe evidenciar a baixa atividade coordenada do governo estadual em concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Portanto, um dos primeiros elementos de análise se relaciona com a ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento das ações.

Por último, a fim de verificar se as iniciativas correspondem as expectativas dos jovens organizados em torno da questão das políticas públicas de juventude no ES, entrevistamos os integrantes da primeira gestão do Conselho Estadual de Juventude, empossado em Abril de 2013.

Entre os 13 segmentos da sociedade civil representados no Conselho, entrevistamos 08, buscando contemplar ao máximo a diversidade existente naquele espaço. Não foi possível entrevistar a totalidade dos conselheiros devido à dificuldade para contatá-los no prazo destinado para a realização das entrevistas.

Ouvimos, portanto, 01 representante das Juventudes Partidárias; 01 representante do Movimento de Mulheres; 01 representante do Movimento Negro; 01 representante do Movimento Cultural de Juventude; 01 representante do Movimento de Juventude do Campo; 01 representante do Movimento de Juventude Religiosa; 01 representante do Movimento de Juventude Sindical; 01 representante dos Fóruns de Juventude. Toda essa diversidade se expressa na riqueza de ideias, percepções e opiniões acerca dos temas destacados nas entrevistas.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semi-estruturado, com perguntas abertas, gravadas e transcritas, com a autorização por escrito dos mesmos, desde que preservado o anonimato e sigilo das informações prestadas. A fala dos entrevistados foram identificadas neste trabalho a partir de letras do alfabeto.

No que tange as questões éticas que envolvem os sujeitos entrevistados, vale destacar que: foi assegurado a autonomia e participação voluntária no trabalho; a pesquisadora respondeu e esclareceu todas as perguntas e dúvidas relativas a pesquisa; todos os entrevistados consentiram através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido o uso das suas falas, havendo acordo para que as mesmas não fossem identificadas; as falas foram transcritas, com correção apenas de ortografia, quando necessário. Além disso, ficou acordado entre pesquisadora e entrevistados que o resultado da pesquisa será amplamente divulgado no Estado, em especial, junto ao Conselho Estadual de Juventude.

A partir da transcrição das entrevistas, buscou-se ter uma visão do conjunto das informações, perceber as particularidades, as convergências e divergências com a trajetória teórica e empírica traçada ao longo da pesquisa. Vale destacar que, para

ilustrar as ideias explicitadas foram selecionadas algumas falas, de maneira a garantir a representação de todos os jovens entrevistados.

Assim, imbuídas dos sentimentos expressos durante as entrevistas que pensamos para título geral desse trabalho e para cada capítulo, trechos da música Comida da Banda Titãs. Parece-nos que resume bem as demandas, desejos e aspirações dos jovens capixabas:

a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte. A gente não quer só comida, a gente quer saída para qualquer parte. A gente não quer só comida, agente quer bebida diversão, balé. A gente não quer só comida, a gente quer a vida, como a vida quer (...) (Antunes, 1987).

A relevância social desse estudo destaca-se pela possibilidade de desvelamento da realidade juvenil e caracterização das ações vigentes, contribuindo, portanto, como instrumento de reflexão sobre as PPJs (Políticas Públicas de Juventude) e para as ações políticas de gestores e juventude no Espírito Santo. Como compromisso político, os resultados desse estudo serão publicizados através de artigos e apresentado para as entidades integrantes do Conselho Estadual de Juventude.

No que se refere a relevância científica, vale destacar o número reduzido de produções acerca do tema no Estado. O Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), conforme mencionado, têm sistematizado alguns dados, no entanto, esse esforço ainda é inicial. A Universidade Federal do Espírito Santo é um dos principais espaços de produção acerca do assunto, através de monografias e dissertações. Realizamos um levantamento nos programas de Pós-Graduação da UFES, em nível de mestrado, acerca do tema juventude e/ou políticas públicas. Identificamos 4 dissertações no Mestrado de Psicologia⁴; 3 no Mestrado de Psicologia Institucional⁵;

⁴ ANDRADE, Alline Nunes. **Vozes do Silêncio: juízos morais de jovens e adultos surdos sobre situações de humilhação**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PPGP, UFES, Vitória, 2006; SOUZA, Luiz Gustavo. **Uma nova etapa: juventude e experiências de ingresso no ensino médio**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PPGP, UFES, Vitória, 2007; SOUSA, Rafaela Assis de. **Prostituição juvenil feminina: a escolha, as experiências e as ambigüidades do 'fazer programas**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PPGP, UFES, Vitória, 2007; BERTOLLO, Milena. **Juventude e participação política: motivações, trajetórias e representações**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PPGP, UFES, Vitória, 2008;

3 no Mestrado em Educação⁶; 4 no Mestrado em Política Social⁷. Nenhuma das dissertações encontradas aborda o tema das políticas públicas para a juventude em âmbito estadual.

Assim, esse estudo somará as produções acadêmicas existentes no Estado e contribuirá para a ampliação do conhecimento acerca do tema. De acordo com Sposito (2009), em uma pesquisa sob título “Jovens na Pós-Graduação: um balanço da produção discente em Educação, Serviço Social e Ciências Sociais (1999-2006)”, os trabalhos sobre os jovens, apesar de em termos absolutos constituírem um universo significativo (1427), em termos relativos ainda não ocupam grande relevância nas áreas cobertas pelo estudo. Nos programas de pós-graduação em Serviço Social (Mestrados e Doutorados) apenas 7,8% abordam o tema juventude, totalizando 144 teses e dissertações. Entre essas, a maioria dos estudos abordam a temática sobre adolescentes em processo de exclusão social e juventude e trabalho.

⁵ LACAZ, Alessandra Speranza. **Pra não dizer que não falei das flores: Jovens e resistências no contemporâneo**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – PPGPSI, UFES, Vitória, 2012; SIQUEIRA, Luziane de Assis Ruela. **Habitando sentidos no encontro com jovens “capturados” pelo sistema de justiça: um estudo sobre as trajetórias de vida de adolescentes em conflito com a lei atendidos pelo programa LAC/PSC de Vitória (ES)**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – PPGPSI, UFES, Vitória, 2011; ROMANIO, Marcel Bittencourt. **A implementação da política de educação de jovens e adultos (EJA) em uma escola municipal de Vitória/ES: apostas e tensionamentos**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – PPGPSI, UFES, Vitória, 2011.

⁶ CRISTINA, Kênia; GUIMARÃES, Tinelli **A formação de jovens e adultos no município de Colatina e a (não) inclusão desses sujeitos ao PROEJA**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFES, Vitória, 2012; MARIANI, Geovana Cristina de Almeida **“Jovens de Projeto”: um estudo de caso sobre os jovens do Programa Jovem Aprendiz no município de Vitória/ES**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFES, Vitória, 2010; CERQUEIRA, Fabíola dos Santos. **Juventude, Violência Simbólica e Corpo: desvelando relações de poder no cotidiano escolar**. Dissertação (Mestrado em Educação) – PPGE, UFES, Vitória, 2010.

⁷ OLIVEIRA, Maristhela Bergamim de. **O significado da violência para jovens de classe média autores de ato infracional**. Dissertação (Mestrado em Política social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social, UFES, Vitória, 2008; CALIARI, Hingridy Fassarella. **Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira**. Dissertação (Mestrado em Política social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social, UFES, Vitória, 2009; TAQUETTI, Camila Lopes. **A gestão das políticas de juventude: o caso de Vitória 2005-2010**. Dissertação (Mestrado em Política social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social, UFES, Vitória, 2010; TEIXEIRA, Fatima do Amaral. **(In) visibilidade do jovem de classe média autor de crimes no Município de Vitória/ES**. Dissertação (Mestrado em Política social)- Programa de Pós-Graduação em Política Social, UFES, Vitória, 2010.

De acordo com a autora, apesar do crescimento absoluto, da fragmentação e da dispersão da investigação, ao lado da clara ausência de agendas de pesquisa e de interlocução de grupos inter ou entre as áreas, são elementos que evidenciam ainda a fragilidade desse domínio de estudos.

O trabalho foi dividido em três capítulos de maneira a facilitar a leitura e compreensão do objeto. No primeiro, com título “A gente quer a vida: juventude para além da palavra” apresentamos os diversos conceitos, concepções e discursos em torno da juventude, afirmando a necessidade de desconstruirmos estigmas e estereótipos. Contextualizamos a conjuntura atual marcada pela crise do capital e seus rebatimentos para os jovens, a partir da compreensão das crises como resultantes da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista. Por último, evidenciamos a situação juvenil como expressão da questão social, reafirmando-a a partir dos aportes da teoria social marxiana.

No segundo capítulo, “A gente quer comida, diversão e arte: a contra reforma do Estado e as políticas de juventude”, refletimos acerca da contra reforma do Estado Brasileiro e a focalização/seletividade, privatização e descentralização das políticas sociais, a partir da implementação do projeto neoliberal no país. Resgatamos a trajetória das políticas de juventude no Brasil, marcada pelos problemas dos jovens na sociedade e os desafios de como lhes facilitar seus processos de transição e integração ao mundo adulto.

No terceiro capítulo, “Você tem sede de que? Você tem fome de que? Políticas Públicas para a Juventude no Espírito Santo” reconstruímos a trajetória das políticas no Estado, além de mapear e caracterizar as ações existentes. Ouvimos ainda a percepção dos jovens sobre as PPJs e constatamos que, de maneira geral, os jovens no Espírito Santo são abrangidos por políticas destinadas a todas as faixas etárias, com poucas ações, portanto, específicas para este segmento.

Por fim, convém destacar o caráter limitado dessa pesquisa frente à totalidade da realidade social, que é muito mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela.

CAPÍTULO 1

A GENTE QUER A VIDA: JUVENTUDE PARA ALÉM DA PALAVRA

1.1 CONCEITOS, CONCEPÇÕES E DISCURSOS

Ao falar de juventude, faz-se necessário desconstruir alguns estigmas e estereótipos e resgatar alguns conceitos e concepções acerca do tema, tendo em vista que não existe um único critério para a conceituação de juventude, mas, posições complementares ou divergentes. Assim, destacaremos aqui alguns autores que contribuem para essa reflexão.

Em um artigo sobre a tematização da juventude no Brasil, publicado em 1997 sob título “Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil”, Helena Abramo destaca, já naquele momento, que cresce a atenção dirigida aos jovens no país, tanto por parte da opinião pública como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não governamentais. Na academia, depois de anos de quase total ausência, os jovens voltam a ser tema de investigação e reflexão, principalmente através de dissertações de mestrado e teses de doutorado (ABRAMO, 1997).

Neste sentido, Abramo (1997) retoma o modo como a juventude foi tematizada ao longo dos anos e constata que certo medo sempre foi depositado a juventude, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca e diálogo.

Destacando essa tematização a partir dos períodos históricos, Abramo (1997) resgata que em 1950 a juventude aparece como uma categoria social potencialmente delinquente, com predisposição generalizada para a transgressão e a delinquência, “rebeldes sem causa”, como um momento em si patológico por sua própria condição etária, demandando cuidados e atenção concentrada de adultos

para conduzir os jovens a um lugar seguro e uma integração normal e sadia à sociedade.

Nos anos de 1960 e 1970, o problema aparece como sendo o de toda uma geração de jovens ameaçando a ordem social, nos planos político, cultural e moral, por uma atitude de crítica a ordem estabelecida e pelo desencadear de atos concretos em busca de transformação – diversos movimentos como estudantis, oposição ao regime, movimentos pacifistas e contra cultura. Neste período, a juventude aparece como categoria portadora da possibilidade de transformação social. No Brasil e em outras partes do mundo, a juventude ganha maior visibilidade através das mobilizações estudantis, a luta contra o regime autoritário, o engajamento em partidos políticos, e também os movimentos culturais que questionavam os padrões de comportamento. Somente após o refluxo desses movimentos juvenis, que a imagem da juventude dos anos 60 foi reelaborada e assimilada de forma positiva, como de uma geração idealista, generosa, criativa, que ousou sonhar e se comprometer com a mudança social (ABRAMO, 1997).

Em contraponto a essa visão, a imagem da juventude dos 1980 aparece como patológica, individualista, conservadora, indiferente e apática. Uma geração que se recusa a assumir o papel de inovação cultural e política. Já nos anos de 1990 a visibilidade social dos jovens muda um pouco em relação aos anos 80, uma vez que, o que chama a atenção é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas, como meninos de rua, arrastões, o surf ferroviário, gangues e galeras. De certo modo, há uma retomada de elementos característicos dos anos de 1950, centrados nos problemas de comportamentos que levam a situações de desvio no processo de integração social (ABRAMO, 1997).

Essa tematização histórica da juventude sob a ótica dos problemas sociais, não estabelece as mediações necessárias com os processos e transformações da sociedade capitalista capitalista, na forma de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, a juventude é tematizada como uma parte isolada da sociedade, como produtora dos males, mas não como produto dessas relações.

Sobre as concepções de juventude, Quiroga (2001) apresenta em sua Tese de Doutorado um percurso teórico importante, com perspectivas distintas acerca do tema. Neste sentido, vale resgatar algumas concepções e categorias desenvolvidas pela autora em 2001, bastante atuais. Uma primeira questão diz respeito à consideração da juventude como uma categoria “natural” X “construída sócio-historicamente”. Aqui a autora contrapõe uma concepção à outra, ou seja, como noções divergentes e não complementares entre si.

A noção de juventude enquanto uma categoria natural, não problematiza os significados relativos à inserção em contextos concretos, diferenciados, trabalhando com uma ideia universal, abstrata e homogênea, que assume o curso da vida como uma continuidade linear de etapas evolutivas, em que as particularidades sociais e culturais não possuem relevância. Assim, essa opção epistemológica constrói a juventude como um todo, esquecendo-se, portanto, das inúmeras diferenças, particularidades, histórias e relações sociais (QUIROGA, 2001).

Deste modo, a autora citada entende que a categoria juventude não pode ser vista como um fato natural, universal, pois se trata de uma construção social e histórica:

a prática dessa perspectiva traz uma multiplicidade de entendimentos das questões que envolvem a juventude, nos mais variados contextos, inserida em diversos segmentos sociais e em momentos históricos determinados influenciando e sendo influenciado por sua condição social expressa em situações objetivas e subjetivas da vida (QUIROGA, 2001, p. 74).

A história evidencia, por exemplo, que até o advento da idade moderna, o mundo da criança estava mesclado com o do adulto e a inserção em um ou outro estavam definidas pela capacidade física de assumir tarefas e responsabilidades. As crianças se incorporavam às diferentes esferas, entre elas o trabalho, não havendo distinção da juventude como momento particular. Foi a revolução industrial e a exigência de capacitação e formação para execução do trabalho, que fizeram emergir uma vida própria distinta dos adultos. O mundo adulto, por sua vez, se revestiu de uma série de requisitos como maturidade, independência, comportamentos vinculados a conquistas de cidadania, exigências até então inexistentes (QUIROGA, 2001).

Uma segunda questão levantada por Quiroga (2001) diz respeito à compreensão de juventude como idade cronológica/classe de idade e geração. De maneira geral, a idade constitui um ponto de partida para iniciar a definição do conceito, podendo ser assumida como referência principal para a consideração do que é ser jovem. No entanto, essa também se altera de acordo com o contexto. Em 1950/1960 eram considerados jovens aqueles que não haviam chegado aos 22 anos, ou seja, a maioridade civil adquirida anteriormente aos 21 anos. Nos anos de 1970 ocorreu um alargamento deste tempo para os 24 anos de idade, a partir da definição da Organização Internacional da Juventude, que definiu juventude como período de tempo entre 15 e 24 anos (QUIROGA, 2001).

Atualmente, devido aos contextos econômicos e sociais, sobretudo as modificações no mundo do trabalho e as dificuldades de inserção social dos jovens, existe uma tendência mundial de ampliação desse período. Nos países da União Européia, oficialmente, já é considerado jovem a pessoa que têm entre 15 e 30 anos. No Brasil vem se tornando convenção para delimitar a juventude, a faixa etária entre 15 e 29 anos. O Estatuto da Juventude aprovado no Senado Federal tem essa previsão.

As classes de idades definem e atribuem uma série de direitos, deveres, privilégios, status, papéis ocupacionais e formas de agir. Na medida em que se dilata o tempo também mudam os significados que se confere a cada período de vida. A noção de geração é distinta, uma vez que, diz respeito a variações estruturais na sequência tempo, ou seja, a conjuntos de pessoas que, ao terem nascido num determinado contexto de tempo e espaço, vivenciam questões comuns. Vale mencionar que, o conceito de geração também possui diferentes entendimentos no âmbito da sociologia (QUIROGA, 2001).

Sobre a ideia de geração, Margulis e Urresti (1996), em artigo sob o título “La juventud es más que una palabra”, destacam que cada geração pode ser considerada, até certo ponto, como pertencente a uma cultura diferente, na medida em que incorpora em sua socialização novos códigos e habilidades, linguagens e percepções, apreciações e classificações.

Assim, ser jovem, portanto, não depende somente da idade como característica biológica, como condição do corpo, nem somente da classe social que se pertence, mas há que se considerar também o eixo geracional, ou seja, a circunstância cultural em que ocorre a socialização, que é mais do que a coincidência da época de nascimento, remete a história, ao momento histórico em que se socializou (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Neste sentido, Margulis e Urresti (1996) evidenciam:

a experiência social vivida não é igual em alguém de vinte anos e alguém de quarenta anos, uma vez que, a socialização ocorreu em mundos de vida muito distintos, em âmbitos diferentes, com códigos diferentes, são nativos de culturas diferentes (Margulis; Urresti, 1996, p. 25).

Os autores destacam que não é possível perder a perspectiva histórica das estruturas sociais, separando-as das experiências temporais dos sujeitos que as portam e as realizam. Por exemplo, é diferente ter se socializado antes e depois do rádio, da televisão colorida, do computador, da internet (MARGULIS; URRESTI, 1996).

Embora a idade seja uma referência usual para conceituar juventude, produz discursos distanciados e pouco esclarecedores da realidade contraditória e desigual de vida dos jovens. Além disso, a visão de transição, utilizada em quase todas as abordagens sobre juventude, tem como referência o mundo adulto, sendo o período juvenil como uma etapa do ciclo de vida anterior a fase adulta. Neste sentido, incorpora uma ideia de etapa de desenvolvimento biológico, psicológico e social, de secundarização da juventude nos processos concretos, sendo considerado um período de espera (QUIROGA, 2001).

Sobre essa noção, Abramo (2005) destaca que a concepção de juventude na sociedade moderna é definida como uma etapa do ciclo de vida, um momento de preparação para um exercício futuro da cidadania, que é estabelecido na vida adulta, quando as pessoas podem e devem, em tese, assumir integralmente as funções sociais, inclusive as produtivas e reprodutivas.

No entanto, hoje é difícil dizer que a juventude se resume à preparação para a vida adulta, visto que ela se alargou no tempo e no espaço social e ganhou uma série de conteúdos próprios, relacionados por uma série de movimentos de inserção dos jovens em diversos planos da vida social, inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/ sexual, na produção cultural e na participação social. Portanto, há um dissenso com as ideias de juventude como futuro da nação, onde o “vir a ser” dá lugar a uma negatividade do presente, como algo que ainda não é. Nessa perspectiva, o jovem é quase sempre tido como futuro, negando, portanto, o sujeito histórico do presente com direitos e necessidades (ABRAMO, 2005).

Camarano et. al. (2004) realizou um estudo sobre as formas de transição para a vida adulta e constatou que essa transição não é mais marcada pela linearidade do modelo tradicional que prevê escolarizar-se, entrar no mercado de trabalho, sair da casa dos pais, casar e ter filhos. As etapas desse processo podem ocorrer com idades mais ou menos avançadas.

Do começo do século XX até final dos anos 1970, pelo menos nas sociedades mais desenvolvidas, esses eventos tendiam a acontecer para a grande maioria das pessoas a uma idade previsível. No entanto, com as transformações sociais esses processos não ocorrem mais de forma linear, não sendo também mais possível prever a idade em que eles ocorrerão. Para se ter uma ideia, em 1982, aos 21,4 anos 25% da população masculina podia ser considerada independente, 50% até 24,1 anos, 75% até 27,5 anos, totalizando os 100% aos 37,9 anos. Comparando tais resultados com os anos de 2002, observa-se que os limites etários da independência dos homens sobem. Aos 21,8 25% podia ser considerada independente, 50% até 25,1 anos, 75% até 29,1 anos (CAMARANO, et. al., 2004).

Já o processo de transição das mulheres diverge do observado entre os homens. Em 1982, a saída de casa dava-se, principalmente, pelo casamento, ou seja, por estar assumindo o papel de cônjuge. No entanto, novos papéis foram criados e conseqüentemente mudou as condições de vida das mulheres brasileiras. Cresceu o número de mulheres jovens que saem de casa na condição de chefes e de homens na condição de cônjuges. Em 1982, cerca de 91% dos chefes eram homens e 9%

eram mulheres. Em 2002, 81% eram homens e 19% mulheres (CAMARANO, et. al., 2004).

Com essas transformações, Camarano et. al. (2004) questiona: tornam-se adultos aqueles que não saem de casa? Assim, problematiza que para se tornar adulto não deveria depender apenas da passagem por determinadas etapas de vida, mas também a identificação do jovem como um adulto. Afinal, ambas as condições são construções sociais com significados atribuídos nos diferentes contextos.

Em artigo publicado em espanhol, sob título “¿Juventud o Juventudes?”, Quapper (2001) apresenta algumas questões já evidenciadas até aqui e contextualiza alguns discursos e versões presentes em nossa sociedade acerca da juventude:

- 1ª versão - denominada pelo autor como mais clássica ou tradicional e que, portanto, têm um peso maior em nossa sociedade. Define juventude como uma etapa da vida, distinta de outras do ciclo humano como a infância, maturidade e velhice, ressalta:

É aqui onde esta primeira versão evidenciada perde consistência, pois trata igual os jovens que ocupam diversas posições na sociedade, não considerando a diversidade de situações presentes no cotidiano social (QUAPPER, 2001, p. 60).

- 2ª versão - refere-se à juventude como um grupo social que pode ser classificado a partir de alguns parâmetros, em especial o etário;

- 3ª versão - utilizada, de maneira geral, para referir-se a juventude como um conjunto de atitudes diante da vida, por exemplo, um estado mental, de saúde, alegria, um espírito empreendedor e jovial, aquilo que é novo, atual e moderno;

- 4ª versão - resultante das anteriores que destaca a juventude como uma geração futura, como aqueles e aquelas que futuramente assumirão os papéis dos adultos na sociedade a fim de continuar a reprodução. Sobre essa versão, de forma bastante pertinente, Quapper (2001) observa:

Por exemplo, uma forma de desqualificar as contribuições dos jovens nos distintos espaços sociais é afirmar que se trata somente de sonhos e que os deixaram de lado quando amadurecerem como “todo adulto”. O reconhecimento de que a juventude (a etapa de vida) seria o momento dos ideais, tem essa dupla conotação, se pretende reconhecer as possíveis contribuições dos jovens, porém, ao mesmo tempo, os desqualificam por falta de realismo (QUAPPER, 2001, pg. 62).

Essa noção é bastante utilizada, sobretudo, para desqualificar as intervenções, criações e respostas dos jovens para as inúmeras questões de nossa sociedade, partindo daí um discurso permissivo de “idade da irresponsabilidade” e repressivo que tenta manter os jovens dentro das margens socialmente impostas.

Neste sentido, Quapper (2001) menciona quatro ciladas na forma de conceber a juventude, relacionadas com uma matriz adultocêntrica que situa o adulto como ponto de referência para o mundo juvenil.

Uma primeira cilada é a que o autor denomina de universalização como homogeneização: são todos iguais, não há diferenças entre os jovens, nem entre gêneros, raças, classes sociais, estilos culturais, etc. Desta forma, existe apenas uma juventude, singular e total ao mesmo tempo (QUAPPER, 2001).

Uma segunda cilada é a estigmatização que se faz da juventude, suas práticas e discursos, com o objetivo de invisibilizá-la, ou seja, denominá-la como um problema para a sociedade. Assim, tende-se a patologizar os jovens, não reconhecendo suas capacidades de contribuição, permitindo o imaginário dominante reforçar as desconfianças, temores e repressões contra a juventude e suas expressões (QUAPPER, 2001).

Uma terceira cilada consiste na parcialização da complexidade social, ou seja, a divisão etapista do ciclo de vida. Portanto, se é jovem ou adulto, negando a possibilidade de convivências e simultaneidades nas posições que se assumem socialmente.

A quarta e última cilada evidenciada pelo autor se refere à idealização da juventude como os salvadores do mundo. Assim, atribui-se a juventude a responsabilidade das transformações e mudanças da sociedade (QUAPPER, 2001).

Essas ciladas estiveram assentadas na certeza da existência de uma única juventude, perspectiva dominante por um longo período. Deste modo, o que existe para o autor são juventudes, com particularidades e especificidades em cada sociedade.

Na perspectiva de compreender as juventudes, Quapper (2001) apresenta algumas pistas que devem considerar: 1) a necessidade de reconhecer as juventudes, enquanto portadora de diferenças e singularidades que constroem sua pluralidade e diversidade nos distintos espaços sociais; 2) a complexidade das juventudes em nossa sociedade e a necessidade de “olhar caleidoscopicamente” seus mundos, suas vidas e sonhos; 3) os novos modos de participar da juventude na sociedade, uma vez que, é comum o discurso da apatia juvenil frente a política.

Deste modo, o autor reafirma que estes são alguns desafios para nosso tempo, reconstruir categorias epistemológicas que nos permitam olhar com novos olhos as juventudes de nosso continente.

Logo, observa-se a partir desse percurso que o termo juventude tem significados e concepções para além da palavra, o que torna necessário, em uma perspectiva crítica, a sua compreensão a partir da historicidade. Por conseguinte, vale destacar a importância do termo “juventudes”, no plural, e não no singular, para não esquecer as diferenças e desigualdades que atravessam esta condição, sem cair em uma perspectiva atomizada e fragmentada. Os jovens são homens, mulheres, negros, brancos, indígenas, urbanos, rurais, quilombolas, lésbicas, gays, travestis, transexuais, transgêneros, sem terra, agricultores, trabalhadores, cristãos, ateus, místicos, etc.

1.2 JUVENTUDE EM TEMPOS DE CRISE

Desde 2007, a conjuntura é marcada pela crise mundial, que têm apresentado em várias partes do mundo, um duplo caráter: precarização das condições de vida da população, em especial a população jovem e, rebeldia, manifestação e contestação às medidas adotadas pelos governos para enfrentar a crise. Embora os impactos se expressem de forma distinta nos inúmeros países do mundo, convém destacar o sobre impacto desse processo para os jovens trabalhadores.

De acordo com Netto (2007) a história real e concreta do desenvolvimento do capitalismo é uma sucessão de crises econômicas, de 1825 até às vésperas da Segunda Guerra Mundial houveram catorze crises. Para o autor, a dinâmica do capitalismo é profundamente instável, com períodos de expansão e crescimento da produção, interrompidos por depressões caracterizadas por falências, desemprego e miséria. Assim, a crise não é um erro de percurso, nem independe da dinâmica do capital, ao contrário, é constitutiva do capitalismo, “não existiu, não existe e não existirá capitalismo sem crise” (NETTO, 2007, p.157).

As crises são inevitáveis sob o capitalismo, no entanto, é possível uma organização da economia diferente da organização capitalista, capaz de suprimir as causas da crise. Essas são resultantes da dinâmica contraditória do modo de produção capitalista, ao mesmo tempo em que evidenciam suas contradições: a primeira, refere-se à contradição entre a progressiva racionalidade que organiza a produção nas empresas capitalistas e a irracionalidade do conjunto da produção capitalista; a segunda, a necessária ação de cada capitalista para maximizar seus lucros e o resultado objetivo dessa ação, a queda da taxa de lucro; a terceira, o crescimento da produção de mercadorias sem um correspondente crescimento da capacidade aquisitiva dos trabalhadores. Essas contradições derivam da contradição fundamental do modo de produção capitalista que é a produção socializada e a apropriação privada, ou seja, o conjunto dos trabalhadores cria o excedente que é apropriado pelos donos dos meios de produção, os capitalistas (NETTO, 2007).

Sobre a crise capitalista atual, Netto (2012) destaca que todas as indicações apontam que se trata de uma crise sistêmica⁸ e não uma mera crise cíclica que se manifesta pelo impedimento da acumulação capitalista. Neste sentido, a crise sistêmica se manifesta envolvendo toda a estrutura da ordem do capital.

Ainda sobre a caracterização da crise atual, Carcanholo (2011) evidencia que é mais do que uma simples crise financeira ou creditícia. Trata-se de algo mais importante do que uma elementar crise cíclica, mas, o início do processo de colapso de uma etapa específica do capitalismo. De acordo com o autor, a intervenção dos diferentes governos dos mais economicamente importantes países do mundo reduziu de maneira temporária sua profundidade, no entanto, a atual crise está simplesmente nas suas manifestações preliminares.

Mészáros (2012) define a crise atual como estrutural do capital, cada vez mais grave e duradoura, que afeta o mundo inteiro:

a crise estrutural afecta a totalidade do complexo social, e todas as relações entre as partes que o constituem (ou sub-complexos), bem como a sua relação com outros complexos aos quais possa estar ligado. Em sentido inverso, uma crise não estrutural afecta somente as partes do complexo em questão, e assim, por mais grave que seja para as partes afectadas, não põe em perigo a sobrevivência da estrutura do todo (MÉSZÁROS, 2012, <http://www.observatoriodelacrisis.org/2012/04/umacriseestruturalexige-uma-mudanca-estrutural/?lang=pt-br>. Acesso em: 20 de junho de 2012).

Além disso, Mészáros (2012) evidencia quatro características fundamentais dessa crise: o seu caráter universal, por oposição ao caráter circunscrito a uma esfera particular determinada; o seu âmbito verdadeiramente global ao invés de estar confinado a um conjunto determinado de países; sua escala de tempo extensa e contínua em vez de ser limitada e cíclica, como se acabaram por ser as crises

⁸ De acordo com Netto (2012), a primeira crise sistêmica emergiu em 1873, tendo como cenário principal a Europa e se prolongou cerca de 23 anos, marcada por uma depressão de mais de duas décadas, sendo encerrada apenas em 1896. A segunda crise sistêmica que o capitalismo experimentou explodiu em 1929 e teve rebatimentos para todas as partes do mundo, com duração de 16 anos.

anteriores; a sua forma de desdobramento, contrastando com os colapsos mais espetaculares e mais dramáticos do passado.

De acordo com Badaró (2012) a crise capitalista atual é movida pela natureza contraditória do desenvolvimento do capitalismo e o caráter anárquico da produção. Diferentemente do que afirmaram os defensores do capital, o pleno desenvolvimento da ordem burguesa não produziu igualdade, ao contrário, gerou mais desigualdades nas mais diversas partes do mundo.

Alguns dados ilustram bem esse processo: 80% da população que vivem no Hemisfério Sul dispõe de 20% da riqueza mundial, ao mesmo tempo em que a outra parte, menos de 20% da população que vive no Hemisfério Norte, desfruta de 80% da riqueza; os países de alta renda, onde vive 16% da população, concentram 55% da produção mundial, enquanto os países de baixa renda, que abrigam 84% da população mundial, respondem por 45% da produção global; 1/6 da humanidade passa fome (e entre estes, 852 milhões sofrem de fome crônica); a subnutrição acomete uma entre três crianças em todo o mundo; morrem cerca de 9 milhões de pessoas por ano devido a complicações relacionadas à fome ou aproximadamente 25 mil mortes por dia; praticamente metade da população vive abaixo da faixa de pobreza e, nesse universo, 1 bilhão de pessoas vivem com menos de um dólar diário; 30% da população vive problemas crônicos com o consumo de água e a ONU admite que até 2050 cerca de 60% terá graves dificuldades de acesso à água; no Brasil, identificou-se um contingente de 5 mil famílias (aproximadamente 0,01% da população brasileira), a conformação de um volume patrimonial equivalente a 42% de todo o PIB brasileiro (BADARÓ, 2012).

Esses dados evidenciam que vivemos mais do que uma crise econômica. Vivemos uma crise civilizatória gerada pelas forças da forma capital, produtora de desigualdades e da destruição ambiental que, hoje, coloca em risco a própria existência do planeta. Por outro lado, verifica-se que esse é um tempo de renovação de ideias e experiências, sobretudo juvenis, como os “indignados” que tomam as praças da Espanha e os Occupy Wall Street nos Estados Unidos. Esses movimentos

questionam o sistema e as políticas de austeridade que têm aumentado ainda mais a precarização das condições de vida do povo⁹.

Os rebatimentos da crise sobre a juventude trabalhadora são ainda mais alarmantes. De acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 621 milhões de jovens economicamente ativos com idade entre 15 e 24 anos, 81 milhões estavam desempregados no final de 2009. Este número é de 7,8 milhões de jovens a mais do que o número global registrado em 2007. A taxa de desemprego dos jovens aumentou de 11,9 por cento em 2007 para 13,0 por cento em 2009. Além disso, o relatório aponta que a taxa de desemprego de jovens revelou-se maior que a de adultos.

Nos países de baixa renda, o impacto da crise é sentido na redução de salários para os poucos que mantêm empregos assalariados e no aumento do emprego vulnerável em uma economia com um número cada vez maior de empregos informais. A utilização de contratos temporários para os trabalhadores jovens quase duplicou desde o início da crise econômica. Entre 2008 e 2011, a cota de contratos temporários entre os empregados jovens aumentou em 0,9 ponto percentual por ano (OIT, 2012).

Ainda de acordo com OIT (2012), os jovens constituem um quarto da população economicamente ativa, porém, representam metade do total de desempregados do mundo. A informalidade, o trabalho precário e o desemprego têm predominado nas relações de trabalho juvenis, expondo os jovens a uma vida de desespero e miséria. Ademais, determinados grupos de jovens, como mulheres e negros e, em especial, o grupo que surge da sobreposição dessas duas características (jovens mulheres negras), são atingidas de forma ainda mais severa pela falta de trabalho (OIT, 2012).

Vivemos uma era de incertezas, de agravamento das expressões da “questão social”, resultantes das transformações e inflexões do padrão de acumulação.

⁹ Reconhecemos os limites desses movimentos no que tange uma clara direção de projeto de poder. Mas, nem por isso, deixam de ser um forma de contestação, uma reação ao comodismo consumista e ao egoísmo social induzido.

1.3 SITUAÇÃO JUVENIL COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Refletir sobre as condições de vida da grande maioria da juventude brasileira, os jovens da classe trabalhadora, é necessariamente pensar como a sociedade capitalista produz e reproduz as relações sociais. Portanto, negamos a perspectiva de análise reducionista e positivista, em que juventude e “questão social”¹⁰ aparecem como um fato social, um problema desvinculado da história e das relações sociais. Neste sentido, resgataremos aqui alguns elementos importantes para compreensão da “questão social” e suas expressões no que concerne “as juventudes”.

Netto (2001) afirma que a expressão “questão social” não é semanticamente unívoca, ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas. Partimos da concepção baseada nos aportes da teoria social de Marx, o que significa dizer que a gênese da “questão social” é explicada pelo processo de acumulação ou reprodução ampliada do capital.

De acordo com Santos (2012) é difícil localizar com exatidão o surgimento da “questão social”, contudo afirma-se a sua gênese por volta de 1830, quando

pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens materiais e serviços, tanto aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 43).

Esse processo se intensifica a medida que se desenvolve as grandes indústrias, à incorporação permanente de inovações tecnológicas, tendo em vista o aumento da produtividade do trabalho social e a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, fazendo emergir no século XIX, o pauperismo.

¹⁰ Utilizaremos a expressão “questão social” entre aspas, denotando cuidado na sua adoção, conforme sugere Santos (2012).

Têm-se então o marco histórico do conjunto de fenômenos que, incluindo o pauperismo, mas também se reproduzindo para além dele, se considera como gênese da “questão social” (SANTOS, 2012, p. 28).

Contudo, os trabalhadores não se conformaram com essa situação e iniciaram ainda na primeira década do século XIX, inúmeros protestos. Foi a partir da perspectiva efetiva de inversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como “questão social”. Mas o movimento dos trabalhadores tardou mais alguns anos para compreender os instrumentos teóricos e metodológicos para apreender a gênese, a constituição e os processos de reprodução da “questão social” (NETTO, 2001).

Foi a partir da publicação do primeiro volume de O Capital, em 1867, que a razão teórica acedeu à compreensão do complexo de causalidades da “questão social”. A análise marxiana explicita a partir da “lei geral da acumulação capitalista” que o desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”, sendo diferentes estágios capitalistas produzem diferentes expressões da “questão social”. Neste sentido, a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001).

Santos (2012) destaca duas questões importantes: 1) não está se designando como “questão social” a desigualdade e a pobreza indistintamente e sim aquelas que tem sua existência fundada pelo modo de produção capitalista; 2) a escassez que se reproduz nos marcos do capitalismo resulta da forma como estão estabelecidas as relações sociais de produção, podendo ser superadas caso sejam superadas as formas de exploração do trabalho e a apropriação privada dos seus frutos. Dessa forma, afirma a autora:

Assim é que as lutas de classes são ineliminavelmente constitutivas da “questão social”. Elas atingem o cerne do processo de sua produção: as relações sociais contraditórias e antagônicas entre capitalistas e trabalhadores que tornam cada vez mais socializado o processo de produção de riqueza e, com a mesma intensidade, privatizado o seu resultado final (SANTOS, 2012, p. 30).

É necessário repensar a “questão social” hoje, uma vez que, as bases de sua produção sofrem profundas transformações com as inflexões verificadas no padrão

de acumulação, adensando-a de novas determinações. Contudo, negamos a perspectiva que afirma o nascimento de uma “nova questão social”¹¹.

Concordamos com Netto (2001)

que devemos investigar é, para além da permanência de manifestações “tradicionais” da “questão social”, a emergência de novas expressões da “questão social” que é insuprimível sem a supressão da ordem do capital. A dinâmica societária específica dessa ordem não só põe e repõe os corolários da exploração que a constitui medularmente: a cada novo estágio de desenvolvimento, ela instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração que é a sua razão de ser (NETTO, 2001, p. 48).

Assim, a análise da “questão social” é indissociável das configurações assumidas pelo trabalho e encontra-se necessariamente situada em uma arena de disputas entre projetos societários.

Hoje, segundo Iamamoto (2010),

o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação e, mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vincando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais (IAMAMOTO, 2010, p. 107).

A mundialização da economia baseada nos grupos industriais transnacionais, resultantes de fusões e aquisições de empresas em um contexto de desregulamentação, associado às instituições financeiras, configuram um modo específico de dominação social e política (IAMAMOTO, 2010).

Essa dominação só é possível a partir da intervenção política e apoio efetivo dos Estados nacionais, pois só na vulgata neoliberal o Estado é externo aos “mercados”. Portanto, “o triunfo dos mercados é inconcebível sem a ativa intervenção das instâncias políticas dos Estados nacionais” (IAMAMOTO, 2010, p. 109).

Logo, o Estado é peça chave da expansão global das empresas multinacionais, continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da

¹¹ De acordo com Netto (2001) a formulação de “nova questão social” é de Pierre Rosanvallon, divulgada no Brasil pelo Partido da Social Democracia Brasileira.

intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro, tornando o espaço mundial o espaço do capital, com a presença de corporações transnacionais e organizações multilaterais – Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, a “santíssima trindade do capital em geral” (IAMAMOTO, 2010).

Assim, a autora conclui:

é importante acentuar o papel que cumpre o Estado, que funciona como esteio do capital privado, oferecendo-lhe, por meio de subsídios estatais, possibilidades de investimentos lucrativos nas indústrias de armamento, proteção ao meio ambiente, empréstimos aos países estrangeiros e infraestrutura. (IAMAMOTO, 2010, p. 121).

Nesse cenário, a “velha questão social” metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Produz-se a incorporação de novas tecnologias na produção acompanhadas do ecletismo das formas de organização do trabalho. Revigoram-se as formas arcaicas do trabalho doméstico, artesanal, familiar e o renascimento de economias subterrâneas e “informais”. A subcontratação de pequenas empresas e ou do trabalho em tempo parcial são encobertos sob o nome de “flexibilização” (IAMAMOTO, 2010).

O peso desse processo recai sobre o aumento do desemprego estrutural e o conseqüente retrocesso do poder sindical, cuja desarticulação foi parte de uma estratégia política ultraliberal, como condição de viabilizar o rebaixamento salarial e estimular a competitividade entre os trabalhadores. A redução do trabalho protegido tem no seu verso a expansão do trabalho precário, temporário, subcontratado, com perda de direitos e ampliação da rotatividade da mão de obra. Esse processo acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável invisível, legalmente clandestino. Os segmentos do proletariado excluídos do trabalho envolvem trabalhadores idosos ou pouco qualificados e jovens pobres, cujo ingresso no mercado é vetado (IAMAMOTO, 2010).

Para além disso, lamamoto (2010) destaca:

nessa perspectiva, a questão social é mais do que as expressões de pobreza, miséria e “exclusão”. Condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital-dinheiro e ao capital mercadoria -, retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social (IAMAMOTO, 2010, p. 125).

No caso brasileiro, as particularidades históricas presidem o processo de desenvolvimento, o “moderno” se constrói por meio do “arcaico”, recriando elementos de nossa herança histórica.

As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se, modificadas, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos. O novo surge pela mediação do passado, transformando e recriando em novas formas nos processos sociais do presente (IAMAMOTO, 2010, p. 128).

Telles (2001) destaca que, no Brasil, a velha e persistente pobreza ganha contemporaneidade e ares de modernidade por conta dos novos excluídos pela reestruturação produtiva. A autora destaca as relações entre o mundo do trabalho e a cidadania, no qual a dinâmica do mercado é marcada pela ausência de direitos como parâmetro regulador das relações de trabalho. Afirma:

se é verdade que o desemprego dos últimos anos vem atingindo trabalhadores antes mais preservados em seus empregos, mais experientes e qualificados e por mais que o perfil da população desempregada tenha também se alterado ultimamente, o fato é que esses trabalhadores instáveis compõem as parcelas majoritárias da população desempregada (TELLES, 2001, p. 125).

É essa transitividade entre o trabalho instável e o desemprego, que dá a medida da tragédia social engendrada no mercado de trabalho, atingindo sobremaneira a juventude, que já carrega consigo, conforme destacado, estigmas e estereótipos. São muitos os jovens brasileiros que vivem em condições de vida precárias.

De acordo com dados¹² do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 os jovens brasileiros com idade entre 15 e 29 anos somavam 50,2 milhões de pessoas, o que correspondia a 26,4% da população total. Desses, 30,6% podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar per capita de até meio salário mínimo (SM). Apenas 15,7% são oriundos de famílias com renda domiciliar per capita superior a dois SM e aproximadamente 53,7% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar per capita entre meio e dois SMs.

Embora haja um equilíbrio na distribuição dos jovens brasileiros por sexo, 50% homens e 50% mulheres, a pobreza é superior entre as mulheres jovens (53%), tal como se dá em toda a população. No que tange as condições de estudo, as desigualdades entre jovens do sexo feminino e masculino refletem a manutenção dos papéis tradicionais de gênero. Assim, 26,5% dos jovens de 15 a 17 anos conciliam os estudos com o trabalho e 11,4% só trabalham, enquanto entre as jovens tais proporções são, respectivamente, de 17% e 5%. As jovens mulheres apresentam melhores taxas de frequência escolar, ainda que tenham que assumir o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos. É crescente, de acordo com a faixa etária, o número de jovens mulheres que não estudam nem trabalham, 12% entre as jovens de 15 a 17 anos e 31,9% e 32,6% entre aquelas de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, respectivamente (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

Por outro lado, os dados evidenciam que os jovens de baixa renda estão concentrados na região Nordeste (51,7% do total do país). Além disso, os jovens pobres são majoritariamente negros (70,9%), enquanto os jovens brancos são 53,9% dos pobres. As desigualdades entre jovens brancos e negros (pretos e pardos) reflete nos mais diferentes aspectos da vida social, configurando-se menores oportunidades para a juventude negra (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

¹² Sistematizados em : CASTRO, J.; AQUINO, L.; ANDRADE, C., Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.

Na área educacional, por exemplo, o número de jovens negros analfabetos é quase duas vezes maior do que de jovens brancos. Para faixa etária de 15 a 17 anos, que corresponde ao período em que se espera que o jovem esteja cursando o ensino médio, os brancos apresentam taxa de frequência de 58,7% contra 39,3% dos negros. No ensino superior essa desigualdade é ainda mais estarrecedora: na faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de frequência para os brancos é 19,8%, enquanto para os negros é de 6,9%. Além disso, os jovens negros estão sobrerrepresentados no segmento de jovens que não trabalham nem estudam, além de sua inserção no mercado de trabalho ser caracterizada pela precariedade (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

Há grandes disparidades também na realidade dos jovens que vivem nos espaços urbanos e rurais, 84,8% e 15,2% respectivamente. Os jovens urbanos convivem com rotinas marcadas por altas taxas de desemprego, pela violência, pela crescente segregação espacial e pela qualidade de vida deteriorada, como exemplo, o fato de que, do total de jovens urbanos, 48,7% vivem em moradias inadequadas fisicamente¹³ (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

Além disso, cerca de 2 milhões de jovens entre 15 e 29 anos vivem em favelas, sendo que a maior parte desta população é negra (66,9%). A juventude rural, por sua vez, está submetida a dificuldades de acesso aos equipamentos públicos e a condições de vida precárias, concentrando 29% dos jovens pobres do país (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009).

No Espírito Santo, segundo dados do IBGE (2010)¹⁴, são 947.360 jovens, de 15 a 29 anos, o que representa 27% do total da população, sendo que 18% habitam áreas

¹³ Foram classificados como fisicamente inadequadas os domicílios particulares permanentes que apresentaram pelo menos uma das seguintes inadequações: 1) ausência de água canalizada para o domicílio por rede geral; 2) ausência de esgoto por rede geral ou fossa séptica; 3) ausência de banheiro de uso exclusivo do domicílio; 4) paredes não duráveis; 5) cobertura não durável; 6) ausência de coleta de lixo direta ou indireta; e 7) ausência de iluminação elétrica. Estes critérios foram definidos a partir das diretrizes recomendadas pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UM-Habitat) e pelo Programa das Nações Unidas para o Direito à Moradia.

¹⁴ Sistematizado por Instituto Jones dos Santos Neves. **Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo: explorando fatores explicativos**. Vitória, ES, 2011.

rurais e 82% habitam áreas urbanas. No que tange as condições de vida da juventude capixaba, verificou-se que em 2009, 51,4% só trabalhavam; 19,2% não trabalhavam nem estudavam; 17,1% só estudavam e 12,4% trabalhavam e estudavam, ou seja, desses 73,6% não estão inseridos em nenhum espaço de formação (IJSN, 2011).

Sobre os dados educacionais, dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Fundamental, 97,6% o fazem na rede pública; dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Médio, 89,1% o fazem também na rede pública; e dos jovens de 15 a 29 anos que frequentam o Ensino Superior, apenas 21,7% o fazem em rede pública (IJSN, 2011).

Isso nos leva a refletir que o ensino no Espírito Santo não possibilita as condições para o acesso ao Ensino Superior público. Além disso, vale ressaltar que existe apenas uma universidade pública no Estado, a Universidade Federal, sendo a Universidade Estadual uma pauta política antiga da juventude capixaba¹⁵. Segundo o ranking do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - 2010), entre 4203 escolas de todo o Brasil, o Espírito Santo possui 5 escolas entre as 10 do país com as piores notas do Exame.

Quanto à saúde, um número significativo de óbitos por causas externas se refere à população jovem. No Estado, quase 60% dos homicídios ocorridos em 2007 se referiam a pessoas com idade entre 15 e 24 anos, enquanto 30% das mortes por acidente de transporte correspondiam a pessoas dessa faixa etária (IJSN, 2011).

Entre os indicadores que mais preocupam a sociedade está o crescimento da violência nos grandes centros urbanos, que envolve de forma acentuada os jovens. Uma pesquisa divulgada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) mostra que no Brasil em 2002 a taxa de homicídios na população jovem foi de 54,5 jovens para cada 100 mil habitantes, contra 21,7 para o restante da população. Esses dados são alarmantes e continuam aumentando.

¹⁵ A criação da Universidade Estadual esteve entre as propostas aprovadas na I e II Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude.

Entre as principais preocupações dos jovens brasileiros, segundo a Pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira¹⁶”, está em primeiro lugar **segurança e violência**, seguido de **emprego e educação**. Um fato interessante é que a segurança/violência aparece como a maior preocupação entre todos os jovens, independente da classe social, gênero ou cor. Em contrapartida, os dados de educação/trabalho mudam bastante segundo as variáveis de renda, sexo, idade e região.

Ao falar de juventude no Espírito Santo, é impossível não mencionar o quadro alarmante de violência que assola o território capixaba, sobretudo através de uma das faces mais perversas, a violência letal. O Estado possuía em 2010 uma taxa de homicídios juvenil 3,2 vezes maior que a taxa da região Sudeste, e ainda, 2,2 vezes maior do que a taxa nacional. Ou seja, a vitimização juvenil, um grave problema nacional é ainda mais alarmante em território capixaba (WAISELFSZ, 2011).

Para Soares (2004) está em curso no Brasil um verdadeiro genocídio, em que a violência tem se tornado um flagelo para toda a sociedade, difundindo o sofrimento e generalizando o medo. Cerca de 45 mil brasileiros são assassinados por ano. Contudo, essa violência se distribuiu de forma desigual, as vítimas são, sobretudo, os jovens pobres e negros, do sexo masculino, entre 15 e 24 anos. Para o autor o problema alcançou um ponto tão grave que já há um déficit de jovens do sexo masculino na estrutura demográfica brasileira.

De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA, 2009), a violência letal contra adolescentes e jovens não se distribui de forma homogênea no território, e há alguns municípios com valores extremamente elevados. No conjunto dos 267 municípios com mais de 100.000 habitantes, o número total estimado de vidas de adolescentes de 12 a 18 anos que serão perdidas por causa dos homicídios, num período de 7 anos, a partir de 2006, é de 33.504. Isto é, se as circunstâncias que prevaleciam em 2006 não mudarem nesses municípios, espera-se que mais de 33.000 adolescentes sejam assassinados entre 2006 e 2012. Esta cifra por si só deveria ser suficiente para transmitir a gravidade do fenômeno no Brasil.

¹⁶ Referência: ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (org). **Retratos da Juventude Brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

Análises do Índice mostraram que, embora a violência letal contra adolescentes seja grave, o impacto dos homicídios continua subindo até atingir o seu pico na faixa de 20 a 24 anos. Entretanto, as políticas públicas devem contemplar idades anteriores, pois as dinâmicas que levaram à perda de vidas dos adolescentes provavelmente se iniciaram em faixas etárias anteriores, como a adolescência. Além disso, o IHA evidencia que a probabilidade de ser vítima de homicídio é quase doze vezes superior para o sexo masculino, em comparação com o feminino, e mais do dobro para os negros em comparação com os brancos. O risco de homicídio cresce até a faixa de 19 a 24 anos, e vai declinando posteriormente com a idade. A maior parte dos homicídios são cometidos com arma de fogo, o que frisa a importância do controle de armamento dentro das políticas de redução da violência letal (IHA – 2009).

Na faixa etária de 15 a 29 anos, morre um número significativamente superior de homens do que mulheres. Entre 2003 e 2005, a taxa de mortalidade média de jovens de 20 a 24 anos, por exemplo, foi de 261,80 por 100 mil habitantes para jovens do sexo masculino e, muito mais baixa, da ordem de 58,43 por 100 mil, para jovens do sexo feminino. A explicação para tal fenômeno está nos exacerbados índices de violência juvenil (IHA – 2009).

Entre 2003 e 2005, morreram, em média, cerca de 60 mil jovens do sexo masculino por ano, na faixa etária de 15 a 29 anos. Destas mortes, 46 mil (ou 78%) foram por causas externas, associadas majoritariamente a homicídios e acidentes de transporte (FERREIRA et al., 2009).

A violência que cerca os jovens de 15 a 29 anos está associada às altas taxas de mortalidade por causas externas. Segundo os dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde (SIM/SUS), as mortes por homicídios entre os jovens de 15 a 24 anos passaram da média anual de 24,8 mil, entre 1999 e 2001, para 27,2 mil, entre 2004 e 2006, número que consiste em 37, 5% de todas as mortes juvenis neste período mais recente (FERREIRA et al., 2009).

Os homicídios vitimam mais os jovens do sexo masculino, especialmente aqueles concentrados no grupo de 20 a 24 anos, seguido do grupo de 25 a 29 anos. Já no que se refere a acidentes de trânsito, que são responsáveis por 17,3% de todas as mortes juvenis no Brasil, os dados do SIM/SUS informam que as vítimas fatais entre os jovens com idade de 15 a 29 anos passou da média anual de 9,9 mil, entre 1999 e 2001, para 12,5 mil, entre 2004 e 2006, o que representa 34,3% do total de brasileiros mortos em acidentes de trânsito (FERREIRA et al., 2009).

Para FERREIRA et al. (2009) o tema risco é eminentemente juvenil.

Aos jovens costuma-se associar a inseqüência, a paixão pelas emoções fortes, os excessos impulsivos, a vulnerabilidade psicoemocional ou a disposição ao individualismo narcísico que ensejariam “comportamentos de risco” (FERREIRA et al., 2009, p. 194).

Portanto, há alguns mitos sobre os jovens, principalmente de que esses são conflituosos, desordeiro, com condutas em muitos casos censuráveis, basicamente imprevisíveis. No caso dos jovens pobres, “suspeitos em potencial”. Logo, o olhar de desconfiança em relação aos jovens, torna-se um olhar de suspeita em relação os jovens pobres. Deste modo, a reflexão sobre o tema dos riscos deve considerar as dificuldades e as estratégias de que os jovens lançam mão na trajetória que lhes dará acesso ao mundo adulto, de modo que, as ações que visam à prevenção de danos façam algum sentido para os próprios jovens e sejam realmente efetivas. Mais do que falar na juventude como fator de risco, faz sentido pensar nos fatores de risco para os jovens hoje (FERREIRA et al., 2009).

É possível verificar com os dados acima, que as condições de vida da juventude brasileira são as mais adversas, mesmo os jovens aparecendo atualmente no centro do debate da sociedade e do poder público, as ações destinadas a esse segmento ainda são muito incipientes. É necessário aprofundar mais o debate sobre a juventude, investigar mais o perfil e a situação dos jovens brasileiros, para a partir desse diagnóstico pensar em estratégias para as inúmeras questões que assolam a juventude.

CAPÍTULO 2

A GENTE QUER COMIDA DIVERSÃO E ARTE:

A CONTRA REFORMA DO ESTADO E AS POLÍTICAS DE JUVENTUDE

2.3 POLÍTICA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Refletir acerca da política social no Brasil contemporâneo é, necessariamente, resgatar os fundamentos da ideologia neoliberal e seus impactos com a redefinição do papel do Estado, prevalecendo para a área social, o trinômio articulado: privatização, focalização e descentralização.

De acordo com Anderson (1995) o neoliberalismo nasceu após a II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi, portanto,

uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1994. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9).

Em 1947 fundou-se a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Essa Sociedade tinha como propósito o combate ao Keynesianismo e o solidarismo além de preparar as bases para outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras. Com a grande crise dos países capitalistas em 1973, as ideias neoliberais ganharam terreno. Para Hayek e seus companheiros, a raiz da crise estava localizada no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e do movimento operário, que havia corroído as bases da acumulação capitalistas com suas pressões reivindicativas (ANDERSON, 1995).

Desta forma, o remédio da crise para os neoliberais era claro:

manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos de bem-estar, e a restauração da taxa natural de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais, reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas (ANDERSON, 1995, p. 11).

No entanto, a hegemonia desse programa não se realizou de forma rápida, ao contrário, levou mais ou menos uma década, e teve sua primeira oportunidade na Inglaterra, em 1979, com o governo eleito de Margareth Thatcher. Um ano depois, em 1980, Ronald Reagan chegou à presidência nos Estados Unidos. Em 1982, Ernest Khol derrotou o regime social liberal na Alemanha. Em 1983 foi a vez da Dinamarca e, em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria. Logo, os anos 80 viram o triunfo da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado, com variantes nos modelos empregados (ANDERSON, 1995).

Em outras partes do mundo, o neoliberalismo tardou a ser implementado. A América Latina foi a terceira grande cena de experimentação neoliberal, embora tenha o Chile sob a ditadura de Augusto Pinochet, como pioneiro no ciclo neoliberal da história contemporânea. No entanto, a direção neoliberal no continente inicia com Carlos Salinas no México, em 1988, seguida de Carlos Menen, na Argentina em 1989, Carlos Andrés Perez, no mesmo ano, na Venezuela e, Alberto Fujimori em 1990 no Peru (ANDERSON, 1995).

O que ficava evidente a partir das experiências dos países, era a hegemonia da ideologia neoliberal. De acordo com Anderson,

no início, somente governos explicitamente de direita radical se atreveram a pôr em prática políticas neoliberais; depois, qualquer governo, inclusive os que se autoproclamavam e se acreditavam de esquerda, podia rivalizar com eles em zelo neoliberal. O neoliberalismo havia começado tomando a social-democracia como sua inimiga central, em países de capitalismo avançado, provocando uma hostilidade recíproca por parte da social democracia. Depois, os governos social-democratas se mostraram os mais resolutos em aplicar políticas neoliberais (ANDERSON, 1995, p. 14).

Para Boito Jr. (1996) o neoliberalismo diz respeito a velha ideologia que desempenha uma função política nova e, em parte, paradoxal: a de exaltar o mercado em benefício dos monopólios e contra os direitos sociais.

Netto e Braz (2007) destacam que o objetivo real do neoliberalismo não é “diminuição” do Estado, mas a diminuição das funções estatais coesivas, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um “Estado mínimo”, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital. De acordo com os autores,

o ataque do capital às dimensões democráticas da intervenção do estado começou tendo por alvo a regulamentação das relações de trabalho e avançou no sentido de reduzir, mutilar e privatizar os sistemas de seguridade social. Prosseguiu estendendo-se a intervenção do Estado na economia: o grande capital impôs “reformas” que retiraram do controle estatal empresas e serviços – trata-se do processo de privatização, mediante o qual o Estado entregou ao grande capital, para exploração privada e lucrativa, complexos industriais inteiros (siderurgia, indústria naval e automotiva, petroquímica) e serviços de primeira importância (distribuição de energia, transportes, telecomunicações, saneamento básico, bancos e seguros). Essa monumental transferência de riqueza social, construída com recursos gerados pela massa da população, para controle de grupos monopolistas operou-se nos países centrais, mas especialmente nos países periféricos (NETTO; BRAZ, 2007, p. 228).

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar o projeto neoliberal, e isso se deu devido a dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital¹⁷, e a intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980, que se expressou, entre outros eventos, na criação da Central

¹⁷ Filgueiras (2005) faz referência as distintas frações do capital que devem ser identificadas e caracterizadas a partir dos distintos lugares e funções que diferentes conjuntos de capitais particulares ocupam e cumprem no processo de acumulação, em diferentes momentos da produção e reprodução do capital social. Na prática existem, pelo menos, quatro modos – não necessariamente excludentes – de se identificar, caracterizar e distinguir as diversas frações do capital: 1) a distinção clássica a partir da oposição entre produção e circulação, que identifica, de um lado, diferentes formas de capital produtivo (agrário e industrial) e, de outro, distintas formas que podem ser assumidas pelo capital (bancário e comercial). 2) A distinção pela origem ou procedência do capital: nacional, estrangeiro ou associado. 3) A distinção pelo tamanho do capital: grande, médio e pequeno. 4) E, por fim, a distinção pelo lugar de realização dos lucros: o mercado interno, o mercado externo ou ambos mercados (FILGUEIRAS, 2005).

Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves entre 1983 e 1989 (FILGUEIRAS, 2005).

Com o fracasso do Plano Cruzado e dos demais planos que seguiram na segunda metade da década de 1980, o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo – passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político. Tal projeto, se instalou no Brasil a partir do Governo do Presidente Fernando Collor de Melo, em 1990, com o apoio da burguesia financeira nacional e internacional, além das instituições internacionais multilaterais, como FMI, Banco Mundial e OMC. No entanto, a implementação do projeto neoliberal no Brasil não foi um “big bang” a partir do Governo Collor, ao contrário, foi um projeto construído ao longo dos anos 1980 e 1990, resultado de um processo de intensas disputas entre as várias frações do capital e delas com a classe trabalhadora (FILGUEIRAS, 2005).

Desta forma, o Governo Collor marcou o início do desenvolvimento do projeto neoliberal no Brasil. Com a crise política resultante das denúncias de corrupção e o impeachment do seu Governo, a implementação do projeto neoliberal não sofreu interrupção, ao contrário, conquistava cada vez mais sua hegemonia no interior do bloco dominante, o que possibilitou a eleição de Fernando Henrique Cardoso, através, de uma candidatura com total apoio das diversas frações da burguesia, além de segmentos da classe média da intelectualidade (FILGUEIRAS, 2005).

O Governo FHC, em dois momentos distintos, soldou as diversas frações do capital. Com a implementação do Plano Real, a lógica de valorização e a política econômica do capital financeiro se impuseram de forma cabal, dando continuidade ao programa Collor. O resultado desse Governo foi o aumento da dependência externa do país e o crescimento acelerado da dívida pública, na desnacionalização da estrutura produtiva e financeira; em taxas de crescimento diminutas, as menores da história econômica do Brasil; na precarização violenta do mercado de trabalho (com a elevação das taxas de desemprego, queda do rendimento médio real, precarização dos postos de trabalho e insegurança generalizada); na manutenção da elevada concentração de renda; na crise de energia e no aumento das tarifas públicas; e por

fim, na ampliação da pobreza e da insegurança em todos os âmbitos da vida social (FILGUEIRAS, 2005).

A fim de legitimar as ações e o discurso neoliberal, propagou-se, ao longo dos anos de 1990, na mídia falada e escrita e nos meios políticos e intelectuais brasileiros uma avassaladora campanha em torno das “reformas”. Esse foi o mote dos presidentes Collor e Fernando Henrique (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas internas e externa (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 152).

No entanto, se tratou de “reformas” orientadas para o mercado, com ênfase especial nas privatizações e na previdência social, desprezando as conquistas da constituição de 1988¹⁸, além de uma apropriação indébita do termo “reforma”, cunhado no debate do movimento operário socialista, ou melhor, de suas estratégias revolucionárias, sendo submetido ao uso pragmático, destituído de seu conteúdo de viés social democrata¹⁹ (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Neste sentido, Behring e Boschetti (2007) afirmam que é possível falar de uma “contra-reforma” em curso entre nós, solapando a possibilidade política, mesmo que limitada, de reformas mais profundas no país. Destacam ainda que não houve no Brasil “reforma” no sentido social-democrata, mas processos de modernização conservadora ou de revolução passiva.

¹⁸ De acordo com Behring e Boschetti (2007) a constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses. O texto constitucional refletiu avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, com destaque para a seguridade social, os direitos humanos e políticos. Por outro lado, manteve fortes traços conservadores, como a ausência de enfrentamento a militarização do poder no Brasil.

¹⁹ Vale destacar que a reforma da ordem capitalista não suprime o assalariamento dos trabalhadores e o próprio capitalismo. Alias, nas últimas décadas, os governos social-democratas converteram-se em social-liberal, deixando de representar um modelo claramente distinto do neoliberalismo dominante.

Portanto, houve o desmonte em uma espécie de reformatação do Estado brasileiro para a adaptação passiva à lógica do capital. Uma abrangente “contra-reforma” do Estado, cujo sentido foi definido por fatores estruturais e conjunturais externos e internos (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

O Governo Lula, eleito em 2002 com perspectivas de transformações sociais, deu prosseguimento à política econômica implementada pelo Governo FHC, combinando uma política econômica (fiscal, monetária e cambial) ortodoxo-neoliberal com uma política comercial externa mais agressiva. Além disso, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais, implementando a reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas; além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central, e dar seqüência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas parcerias público-privado (PPP). Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele (FILGUEIRAS, 2005).

A linha de continuidade entre os governos FHC e Lula, não se deu apenas na política econômica, mas, também na área social. Em ambos os casos, a política social foi orientada a partir de programas focalizados de combate à pobreza, conforme preconiza o Banco Mundial²⁰. É evidente o caráter seletivo e restrito dos programas de transferência de renda, por exemplo, o Bolsa Família, destinado aos miseráveis entre os pobres.

Conforme destaca Filgueiras (2005), esse casamento entre políticas econômicas ortodoxas e políticas focalizadas de combate à pobreza, vem acompanhado da redução de políticas públicas universais, dentro da lógica de que o Estado deve dirigir suas ações para os miseráveis. Mais do que o Governo FHC, que deu início a

²⁰ Sobre a concepção de política social do Banco Mundial, ver Teixeira (2010). De acordo com o autor, revela-se a priorização do econômico em relação ao social; a focalização das políticas nos extremadamente pobres como única forma de intervenção por parte do Estado e a ideia de mitigar (e não erradicar) a pobreza; o papel das transferências mínimas de renda; e a responsabilização dos indivíduos na superação da condição de pobre.

esse tipo de política, Lula a conduziu e levou a sério a sua função “amortecedora” de tensões sociais.

Neste sentido, a tendência é a redução dos direitos através da lógica do trinômio do neoliberalismo – privatização, focalização/seletividade e descentralização. Sendo que essa última estabelecida não como compartilhamento de poder entre as esferas públicas, mas como mera transferência de responsabilidades (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Os padrões universalistas e redistributivos de proteção social foram fortemente tencionados

pelos estratégias de extração de superlucros, em que se incluem as tendências de contratação dos encargos sociais e previdenciários; pela supercapitalização, com a privatização explícita ou induzida de setores de utilidade pública, em que se incluem saúde, educação e previdência; e pelo desprezo burguês para com o pacto social dos anos de crescimento, configurando um ambiente ideológico individualista, consumista e hedonista ao extremo (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 152).

A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos perversos da crise, orientadas, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Druck e Filgueiras (2007) destacam que a política social focalizada, de combate à pobreza, nasce e se articula umbilicalmente às reformas neoliberais e possuem algumas características, vale mencionar: uma política social apoiada num conceito de pobreza restrito, que reduz o número real de pobres, suas necessidades e o montante de recursos públicos a serem disponibilizados; uma política social de natureza mercantil, que concebe a redução da pobreza como um “bom negócio” e que transforma o cidadão portador de direitos e deveres sociais em consumidor tutelado, através da transferência direta de renda, e cuja elegibilidade, como participantes desses programas, subordina-se a critérios “técnicos” definidos a depender do governo; uma política social que, pela sua própria origem e natureza, busca implementar e se tornar hegemônica a partir da negação dos direitos e das

políticas universais, através de um discurso que ataca diretamente a seguridade social e a assistência social pública; uma política social que divide, canhesticamente, os trabalhadores em categorias do tipo: miseráveis, mais pobres, pobres, não pobres e privilegiados; uma política social que enclausura o conflitos distributivo na base da pirâmide social e é compatível com o empobrecimento e redução da chamada classes médias e o processo de polarização das desigualdades na distribuição de renda; uma política social que desloca a disputa entre capital e trabalho, própria das sociedades capitalistas, para o âmbito interno da classe trabalhadora, transformando-a assim num conflito distributivo que opõe os seus vários estratos.

Duriguetto enfatiza que

as políticas focalizadas são consideradas como as mais eficientes e adequadas por terem por alvo famílias e os indivíduos mais pobres dos mais pobres. A focalização transforma o cidadão portador de direitos em cidadão carentes, pobres e tutelados, por meio da transferência direta de renda cuja elegibilidade para ser beneficiado subordina-se a critérios baseados na carência. Sendo assim, a política e os direitos sociais são construídos pelas carências, não mais pelas relações de força, pelas relações de classe (DURIGUETTO, 2008, p. 59).

Assim, a autora evidencia a focalização da política social contribuindo para a desmobilização dos trabalhadores, já que, entre outros fatores, despolitiza o acesso aos direitos e a política social, visto que não é necessária nenhuma reivindicação ou organização dos trabalhadores para ser beneficiário da política focalizada, mas sim manter-se pobre ou miserável. Além disso, esse tipo de política divide os trabalhadores em diferentes categorias (pobres, miseráveis, entre outras) e estimula disputas no âmbito interno da classe para o acesso aos programas de transferência de renda (DURIGUETTO, 2008).

Outra questão importante apontada por Duriguetto (2008) é a transferência dos serviços e políticas sociais para a sociedade civil e sua mercantilização. A privatização dos serviços e políticas sociais tem traduzido uma dualidade discriminatória: serviços melhores para quem pode pagar e de pior qualidade para quem demanda o acesso gratuito. É cada vez maior o papel de Organização Não-

Governamentais (ONGs), fundações privadas e entidades empresarias na execução de políticas sociais (DURIGUETTO, 2008).

Nesta direção, a autora traz uma reflexão fundamental no que se refere à atuação dos movimentos sociais: a estratégia de envolver as ações e movimentos sociais no espírito de colaboração, da negociação e da busca de consensos. Essa estratégia é evidenciada na forte institucionalização dos movimentos sociais, por exemplo, nas ações conselhistas. A lógica da fragmentação e da setorialização das políticas é também levada aos processos de formação das demandas dos movimentos sociais que tendem a circunscrevê-las no horizonte das políticas setoriais (movimentos de luta pela moradia, pela saúde, pela educação, que acabam confinando suas ações e demandas nos espaços conselhistas e nos limites do que é posto como factível pelo Estado) (DURIGUETTO, 2008).

No Brasil, o debate sobre as políticas sociais na perspectiva de sua democratização tem origem no quadro político dos anos de 1980, quando emergem com vigor as lutas contra a ditadura militar e os esforços pela construção democrática do Estado e da sociedade (RAICHELIS, 2000).

Neste sentido,

este movimento põe em discussão não apenas o padrão histórico que tem caracterizado a realização das políticas sociais em nosso país – seletivo, fragmentado, excludente e setorizado – mas também a necessidade de democratização dos processos decisórios responsáveis pela definição de prioridades e modos de gestão de políticas e programas sociais (RAICHELIS, 2000, p. 5).

De acordo com Dagnino (2004) o processo de construção democrática enfrenta hoje no Brasil um dilema cujas raízes estão na existência de uma confluência perversa entre dois processos políticos distintos. De um lado, um processo de alargamento da democracia, que se expressa na criação de espaços públicos e na crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e de tomada de decisões relacionadas as políticas públicas. E de outro lado, a implementação do ajuste neoliberal, conforme já evidenciado, com a emergência de um projeto de

Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil (DAGNINO, 2004).

Sobre a experiência dos conselhos, através da garantia constitucional do controle democrático, encontramos inúmeros obstáculos para a socialização de fato da política. Existem inúmeros conselhos nacionais, que se desdobram nos estados e municípios – nas áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, segurança alimentar, cidades, desenvolvimento rural; por segmentos, como mulheres, crianças e adolescentes, idosos, negros; e temáticos, a exemplo de execuções penais, comunidade e conselhos penitenciários. Estima-se que há mais de 20 mil conselhos nas mais diversas áreas em todo o Brasil. Na saúde e na assistência social, por exemplo, quase todos os municípios possuem conselhos em funcionamento (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Observa-se uma expansão formal da democracia, contudo, a partir de um olhar crítico percebe-se as enormes dificuldades de tomar decisões substantivas acerca de conteúdos efetivamente democráticos, no sentido da ampliação do acesso à riqueza, à cultura e à participação política pelas majorias (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Há conselhos que não deliberam ou nos quais os conselheiros da sociedade civil são indicados pelo poder governamental, a partir de critérios discutíveis e particularistas, num controle inadmissível sobre a sociedade civil, que deve ser autônoma para escolher seus representantes. Na verdade, os governos, reproduzindo a arraigada cultura política brasileira, querem uma sociedade civil bem-comportada, cordata, sob controle, que, ao invés de apresentar demandas sociais legítimas, contribua para a governabilidade – essa terminologia desmobilizadora e conservadora, que hoje é uma armadilha para própria esquerda. E fazem tudo isso: desde a cooptação por métodos clientelistas com maior ou menor sutileza, até regulamentações que não respeitam a legislação (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p. 183).

Outro limite evidenciado pelas autoras no que tange o controle democrático é a falta de capacitação dos conselheiros para exercer o controle democrático, bem como pouco investimento na sua estrutura e funcionamento, além da excessiva fragmentação e setorialização das políticas, o que dificulta a ocupação de espaços,

principalmente por parte dos movimentos sociais e usuários. Embora a experiência dos conselhos como espaço de controle espraiou-se territorialmente e politicamente, não significa que houve redemocratização efetiva do Estado brasileiro. Mas, sem dúvida, esse é um processo em disputa (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: TRAJETÓRIA NO BRASIL

No que tange as políticas de juventude no Brasil, a partir de 1990, algumas iniciativas são observadas, sobretudo envolvendo parcerias com instituições da sociedade civil e as várias instâncias do executivo federal, estadual e municipal. Até então os jovens eram abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as faixas etárias, não havendo, portanto, políticas específicas que atendessem às necessidades das juventudes. (SPOSITO; CARRANO, 2003).

De acordo com Abad (2002) a evolução das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas dos jovens na sociedade e os desafios de como lhes facilitar seus processos de transição e integração ao mundo adulto. O autor destaca quatro distintos modelos de políticas de juventude:

[...] a) a ampliação da educação e uso do tempo livre (entre 1950 -1980); b) o controle social de setores juvenis mobilizados (entre 1970 – 1985); c) o enfrentamento da pobreza e prevenção do delito (entre 1985 – 2000); e d) a inserção laboral de jovens excluídos (entre 1990 – 2000) (ABAD, 2002, p. 121).

Os distintos enfoques das políticas evidenciam um marcado traço integracionista, orientadas a facilitar a incorporação dos jovens a sociedade mediante a melhora dos mecanismos que asseguram a transição a etapa adulta. Supõem, portanto, que os problemas de inserção estão nos jovens, como se a sociedade em seu conjunto estivesse esperando-os com portas abertas nas mais diversas áreas. Além disso, possuem uma visão adultocêntrica que posiciona o status adulto como o único lugar para a plena incorporação social (ABAD, 2002).

Essa tematização da juventude pela ótica dos problemas é histórica. A juventude só passa a ser objeto de ação quando representa perigo, ameaça, ou seja, as políticas de juventude não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, mas como um aspecto da questão social. O resultado dessa compreensão são políticas concentradas, sobretudo, a partir da ideia de prevenção, de controle ou efeito compensatório (SPOSITO, 2006).

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 foi um marco importante para a questão juvenil, embora seus avanços se aplicassem apenas aos jovens com faixa etária até os 18 anos incompletos. Neste sentido, as ações desenvolvidas adotavam esse limite etário acabando por excluir um amplo conjunto de indivíduos que atingissem a maioridade legal (SPOSITO, CARRANO; 2003).

Em uma análise das ações federais no período de 1995 a 2002, Sposito e Carrano (2003) destacam a baixa atividade coordenada do governo federal em concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude. Portanto, um dos primeiros diagnósticos dos autores se relacionou com a ausência de registros sobre a avaliação e o acompanhamento gerencial das políticas.

Entre 1995 e 2002, os autores identificaram 30 programas/projetos governamentais, incidindo com maior ou menor focalização nas faixas etárias comumente consideradas como jovens (adolescentes 15-18 anos e jovens 19-25 anos), e três ações não governamentais de abrangência nacional²¹.

Em relação ao tempo de início das ações, somente três programas eram anteriores ao primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso²². No período do primeiro

²¹ Sposito e Carrano (2003) referem-se aqui ao Programa de Capacitação Solidária; Projeto Rede Jovem e Programa de Alfabetização Solidária.

²² Programa Saúde do Adolescente e do Jovem (Ministério da Saúde); Programa Especial de Treinamento (PET – Ministério da Educação); Prêmio Jovem Cientista (Ministério da Ciência e Tecnologia) (SPOSITO; CARRANO, 2003).

mandato de FHC (1995-1998) foram criados seis programas²³. Entre 1999 e 2002 ocorreu a ativação de 18 programas²⁴, representando uma verdadeira explosão da temática no plano federal, ainda que esta tenha ocorrido em um quadro de fragmentação setorial e pouca consistência conceitual e programática (SPOSITO, CARRANO; 2003).

De acordo com os autores, os 33 programas que incidiam sobre a juventude no âmbito federal nesse período, evidenciam que os mesmos não constituíam uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento jovem. Na análise no público alvo dessas ações, pode-se dizer que o foco dirigia-se: a) adolescentes/jovens (18 programas e projetos); b) foco difuso entre crianças e adolescentes ou jovens e adultos (10 programas); c) apenas à população jovem (5 programas) Com isso é possível intuir a falta de consenso, no âmbito federal, no período pesquisado, sobre a necessidade da definição de políticas específicas e coordenadas para a juventude (SPOSITO, CARRANO; 2003).

Destaca-se ainda na análise dessas ações o fato de 60% serem recentes, ou seja, implementadas a partir de 1997, o que denota a recente trajetória na formulação de políticas de juventude e a inexistência de canais democráticos que assegurassem espaços de debates e participação para a formulação, o acompanhamento e a avaliação dessas ações.

²³ Jogos da Juventude; Esporte Solidário (ambos do Ministério dos Esportes e Turismo); PRONERA (Ministério do Desenvolvimento Agrário), PLANFOR (Ministério do Trabalho e Emprego), Capacitação Solidária e Alfabetização Solidária (Presidência da República / Conselho Comunidade Solidária) (SPOSITO; CARRANO, 2003).

²⁴ Projeto Escola Jovem, Financiamento Estudantil e Programa Recomeço (Ministério da Educação); Olimpíadas Colegiais, Projeto Navegar e Esporte na Escola (Ministério do Esporte e Turismo); Serviço Civil Voluntário, Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, Programa de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e Programa Paz nas Escolas (Ministério da Justiça); Jovem Empreendedor (Ministério do Trabalho e Emprego); Centros da Juventude e Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano (Brasil Jovem – Ministério da Previdência e Assistência Social); Prêmio Jovem Cientista do Futuro (Ministério da Ciência e Tecnologia), PIAPS e CENAFOCO (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República), Brasil em Ação (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão), Projeto Alvorada (Presidência da República). Cinco programas não ofereceram informações sobre a data do início de suas atividades: Programa de Apoio ao Aluno Estrangeiro (Ministério da Educação), Reinserção Social do Adolescente em Conflito com a Lei (Ministério da Justiça), Combate ao Abuso e Exploração Sexual (Ministério do Esporte e Turismo), Projeto Sentinela (Ministério da Previdência e Assistência Social) e Projeto Rede Jovem (Comunidade Solidária) (SPOSITO; CARRANO, 2003).

De fato, problemas reais são identificados na vida dos jovens, sobretudo nas áreas de saúde, trabalho e emprego e segurança, e dão materialidade imediata para se pensar as políticas de juventude sob a ótica dos problemas sociais a serem combatidos. Isso resulta, por exemplo, na criação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para controle social do tempo livre dos jovens, destinados especialmente a moradores dos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras. Prova disso é que as primeiras ações de programas específicos destinados aos jovens no Brasil aparecem no interior da área da Saúde e são marcadas pelo foco na prevenção, principalmente, das DST/AIDS, drogadição, acidentes de trânsito e gravidez precoce (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Em geral, tais ações não se estruturaram como elementos de uma política de juventude, mas como estratégias para orientar a formação dos jovens e minimizar seu envolvimento em situações de “risco”. Dois conceitos vigoraram nos documentos do governo federal e organizações não governamentais entre 1995 e 2002: protagonismo juvenil e jovens em situação de risco social. Para Sposito e Carrano (2003) essas ideias foram marcadas mais por apelo social do que conceitos ancorados em diagnósticos sociais e reflexões analíticas sobre o tema da juventude.

Mais recentemente, o tema ganhou novos contornos no Brasil, a emergência de ações federais se deu precisamente a partir de 1997²⁵. Contudo, a percepção dominante ainda associava juventude à violência, aos comportamentos de risco e à transgressão (SILVA; ANDRADE, 2009).

Internacionalmente a questão da juventude já vinha sendo reconhecida desde o estabelecimento pela ONU, em 1985, do Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz. Em 1995, dez anos após a celebração do Ano Internacional da Juventude, a ONU propõe aos países-membros a adoção de uma estratégia internacional para enfrentar os desafios atuais e futuros da juventude. Em

²⁵ Silva e Andrade (2009) relacionam a emergência de ações federais, a partir de alguns fatos concretos ocorridos na sociedade naquele período, como a repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio pataxó Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado por jovens de classe média enquanto dormia em um ponto de ônibus. E também outros episódios como a chacina da Candelária no RJ e rebeliões no interior de várias unidades socioeducativas.

2005, a Assembleia Geral da Nações Unidas lança o Informe 2005 sobre a situação da juventude no mundo.

O referido informe obteve grande repercussão na mídia e entre os organismos internacionais e nacionais da sociedade e do governo e trazia uma avaliação da situação do jovem no mundo e das conquistas relacionadas com a implementação do programa mundial. Em linhas gerais, o documento reconhecia muitos avanços em várias áreas prioritárias do programa no período analisado; todavia, enfatizava que os jovens do início do terceiro milênio continuavam enfrentando problemas muito mais complexos, destacando-se a epidemia da AIDS e a pobreza. De acordo com este, a pobreza continuaria por muitas décadas a representar o maior desafio na vida de milhares de jovens do mundo (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 46).

Embora o Brasil apresenta-se um quadro alarmante em relação à concretização de direitos humanos de parcela expressiva de sua juventude, prevaleceram, durante anos, políticas focalizadas em setores que apresentam características de “vulnerabilidade”, “risco” ou “transgressão”²⁶. De maneira geral, as iniciativas eram pontuais de curta duração e voltadas para a inclusão social de jovens via oficinas de capacitação, visando melhorar a inserção no mundo do trabalho (SILVA; ANDRADE, 2009).

Sposito e Carrano (2003) afirmam que alguns programas assumiram sobremaneira o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho com poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento à realidade social.

No final dos anos de 1990, começam a ser desenvolvidas no Brasil ações e iniciativas para a juventude no âmbito dos Poderes Executivo local ou regional que inovaram na formulação de políticas, sobretudo nas administrações de caráter progressista, a exemplo, o Orçamento Participativo implementado em alguns municípios²⁷. Os novos organismos assumem predominantemente o caráter de

²⁶ Vale destacar que, de maneira geral, há uma indefinição teórica sobre o que vem a ser vulnerabilidade, risco ou transgressão, embora estejam elencados entre os critérios de elegibilidade das políticas.

²⁷ A experiência de Orçamento Participativo iniciada em Porto Alegre na gestão do Partido dos Trabalhadores constitui referência importante de proposta de uma nova relação entre governo e sociedade. Para Neto (2004) a experiência de várias administrações do PT, em especial, no Rio Grande do Sul, apresentou inovações importantes que tornaram referência para uma proposta de

assessorias, embora em alguns casos sejam criadas secretarias de estado e coordenadorias. Dentro desse novo desenho institucional estão localizados também os Conselhos de Juventude, municipal e estadual, com formatos e funções diversas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

De acordo com Sposito e Carrano (2003),

quando se analisa o conjunto de motivações que as ações propõem, observa-se que, mesmo conformadas por gestões municipais de caráter progressista, as representações normativas correntes exprimem ainda a ideia básica de superação dos problemas vividos pelos jovens, sua situação de vulnerabilidade e, portanto, a meta fixada incide sobre o combate a esses problemas (desemprego, violência, drogas) (Sposito; Carrano, 2003, p. 35).

Verificou-se que as iniciativas nascem, sobretudo, em capitais de estados ou em cidades pequenas médias, evidenciando a lacuna diante dos jovens que vivem no campo, o que nos leva a afirmar que as políticas de juventude no Brasil são bastante delineadas sob uma perspectiva urbana. Além disso, o mundo do trabalho e algumas ações consideradas de inclusão tem ocupado parte importante das iniciativas locais, ao lado da criação de equipamentos específicos para a juventude, como os centros de referência. Verificou-se também práticas que buscam afirmar direitos dos jovens no que tange a participação e a formação como atores sociais, como cursos de formação, seminários e oficinas (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Uma das características desses organismos destacadas pelos autores, refere-se à presença de jovens na função de gestores.

Em geral são jovens oriundos de setores militantes, sobretudo do movimento estudantil e de partidos políticos. Essa situação conforma um conjunto de desafios que poderão proporcionar caminhos diversos na constituição das políticas de juventude (Sposito; Carrano, 2003, p. 36).

Sobre isso, Sposito e Carrano (2003) destacam a preocupação sobre os eventuais privilégios das ações no que tange grupos juvenis com maior grau de

renovação do projeto socialista. No entanto, para o autor, o PT, hoje, já não é um espaço em que os socialistas brasileiros podem se sentir em casa. Contudo, isto não exclui que seja útil procurar na história deste partido elementos que contribuam para a reflexão socialista.

institucionalidade, em detrimento as formas menos organizadas, que tem, em geral, ocupado menos espaço, não apenas enquanto público destinatário das ações ou equipamentos, mas, sobretudo, enquanto atores relevantes na formulação das ações.

Outra questão refere-se aos “preconceitos” que os gestores jovens enfrentam no interior da burocracia, com a permanência de formas hierarquizadas de dominação baseadas na referencia do mundo adulto. Neste sentido, os gestores jovens devem dispende um esforço adicional para além da busca de reconhecimento das necessidades políticas da juventude, conquistarem legitimidade em decorrência da sua condição juvenil (SPOSITO; CARRANO, 2003).

Se as relações entre as idades são recobertas de hierarquias e de formas de exercício de poder, é importante que elas não sejam obscurecidas, pois podem encobrir processos de confinamento e isolamento dos gestores, que exprimam perdas consideráveis para a implantação das políticas destinadas aos jovens (Sposito; Carrano, 2003, p. 37).

Neste sentido, Sposito e Carrano (2003) afirmam que é preciso considerar que a existência de gestores jovens não significa, a priori, a condição de formulação de políticas mais adequadas. Portanto, o perfil técnico e as formas de qualificação dos gestores são questões relevantes, embora tenhamos um longo caminho a percorrer para definir melhor qual seria o conjunto de competências mínimas para o exercício do cargo.

Por último, os autores destacam que mesmo reconhecendo a diversidade de ações presentes nos municípios, é preciso investigar em que medida elas sinalizam para uma formulação de políticas, ou reiteram ou impõem rupturas com padrões tradicionais da cultura política administrativa brasileira de fragmentação, descontinuidade, clivagens entre formulação e execução.

A partir de 2003 algumas iniciativas relevantes são realizadas no sentido de aumentar o diálogo entre o Poder Público e a sociedade e instaurar uma política de juventude no país, vale destacar:

✓ **Frente Parlamentar de Juventude**

Criada em 2003, objetiva promover o debate amplo das políticas públicas de juventude no País e acompanhar os projetos do governo destinados ao segmento juvenil.

✓ **Comissão Especial Destinada a Acompanhar e Estudar Propostas de Políticas Públicas Para a Juventude (CEJUVENT)**

Criada em 7 de abril de 2003 na Câmara Federal, foi presidida pelos deputados: Presidente Reginaldo Lopes (PT - MG); 1º Vice-Presidente Alice Portugal (PC do B - BA); 2º Vice-Presidente Lobbe Neto (PSDB - SP); 3º Vice-Presidente Marcelo Guimarães Filho (PFL - BA); Relator Benjamin Maranhão (PMDB - MG).

A Comissão adotou como metodologia para as ações a criação de seis grupos de trabalho (Desporto e o Lazer; Trabalho; Educação e Cultura; saúde, sexualidade e dependência química; família, cidadania, consciência religiosa, exclusão social e violência; minorias - deficiente, afro-descendente, mulher, índio, homossexual, jovem do semi-árido e jovem rural); a realização da Semana Nacional de Juventude; viagens de estudos para Portugal, França e Espanha; a realização de encontros estaduais em colaboração com a Frente Parlamentar da Juventude; e a realização, ao final, de uma Conferência Nacional de Juventude, entre os dias 16 e 18 de Junho de 2004, em Brasília.

O relatório elaborado pela Comissão apresenta recomendações gerais para a conformação do Conselho Nacional de Juventude e Instituto Brasileiro de Juventude, além de propostas para o Plano Nacional de Juventude nas áreas de Educação e Cultura, Trabalho, Desporto e Lazer, Saúde, Cidadania e Meio Ambiente.

A comissão concluiu os trabalhos apresentando três proposições: 1) Proposta de Emenda à Constituição; 2) PL do Estatuto de Direitos da Juventude; e 3) PL do Plano Nacional de Juventude.

✓ **Grupo Interministerial ligado à Secretaria Geral da Presidência da República**

Realizou um extenso diagnóstico das condições de vida dos jovens do país e dos programas e das ações do governo federal voltados total ou parcialmente para a população juvenil. O grupo identificou 135 ações federais, que estavam vinculadas em 45 programas e eram implementadas em 18 ministérios. Deste total de ações, apenas 19 eram específicas para o público jovem do grupo etário de 15 a 24 anos. As outras 112 ações, ainda que incidissem sobre os jovens, não se voltavam exclusivamente a este público (SILVA; ANDRADE, 2009).

Além disso, o Grupo Interministerial identificou nove desafios para a Política Nacional de Juventude: 1) ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; 2) erradicar o analfabetismo entre os jovens; 3) preparar para o mundo do trabalho; 4) gerar trabalho e renda; 5) promover vida saudável; 6) democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; 7) promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; 8) estimular a cidadania e a participação social; 9) melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais (SILVA; ANDRADE, 2009).

✓ **Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)**

Criados a partir da Lei nº 11.129, de 30 de Junho de 2005. A Secretaria Nacional de Juventude é integrada à Secretaria Geral da Presidência da República e é responsável por coordenar a Política Nacional de Juventude, além de articular e propor programas e ações voltadas para o desenvolvimento integral dos jovens.

O Conjuve tem o papel de formular diretrizes, discutir prioridades e avaliar programas e ações governamentais voltadas para jovens, baseados no diálogo entre sociedade civil e os membros do Governo. Tem caráter consultivo e reúne 60 membros, sendo 20 do poder público e 40 da sociedade civil. Entre os

representantes do poder público, estão 17 ministérios que possuem programas e ações voltadas para a juventude, o Fórum de Gestores Estaduais e Municipais e a Frente Parlamentar de Políticas Públicas de Juventude. O conjunto de representantes da sociedade civil é formado por 13 entidades de apoio e 27 movimentos juvenis (nacionais, locais, fóruns e redes).

De acordo com mapeamento realizado pelo Conjuve, em 2010, existiam 105 conselhos municipais e estaduais de juventude. Pouco mais da metade deles possuía entre um e cinco anos de existência e 47% estavam localizados na região Sudeste do país. 58% possuíam composição paritária e 53% caráter deliberativo. Entre os desafios apontados, o maior identificado foi à falta de orçamento (49%), seguido da pouca disposição dos conselheiros em participar das atividades (26%). Sobre a percepção do principal impacto decorrente de sua atuação, 47% apontaram a melhoria das políticas públicas e 36%, a mobilização da sociedade civil e dos movimentos juvenis.

✓ **PEC da Juventude – O Projeto de Emenda Constitucional nº 65/2010²⁸**

Aprovada em Julho de 2010, a proposta de Emenda Constitucional, conhecida como PEC da Juventude, após sete anos de tramitação no Congresso Nacional regulamenta a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude, ao alterar a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modificar seu art. 227, incluindo o termo jovem no texto da Carta Magna.

O principal objetivo da PEC foi suprimir a lacuna da constituição no que tange os direitos da juventude. De acordo com Nota Técnica nº 06/2009, de 02 de abril de 2009, da Secretaria Nacional de Juventude:

Por considerar a necessidade de aperfeiçoar a Constituição, que apresenta uma lacuna na consagração dos direitos difusos; por observar a importância populacional, social e para o desenvolvimento nacional do segmento juvenil; e ao constatar que a proposição constitucional não impacta diretamente nas despesas públicas, a Secretaria Nacional de Juventude entende que a

²⁸ A PEC da Juventude foi apresentada em 2003 na Câmara dos Deputados pelo deputado Sandes Júnior (PP-GO) e relatada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA). Tramitou e foi aprovada na Câmara sob o número 138/2003. A partir de então, esta mesma proposta passou a tramitar no Senado Federal com o número 42/2008 e por fim foi aprovada sob o número 65/2010.

posição do governo no Senado Federal deve ser pela aprovação da PEC nº 42/2008.

✓ **Primeira Conferência Nacional de Juventude**

Realizada entre os dias 27 e 30 de abril de 2008 em Brasília. Convocada pelo Conjuve e pela SNJ, contou com cerca de 400 mil participantes em todo o processo, que envolveu a realização de centenas de reuniões preparatórias (conferências municipais, estaduais, livres) e culminou com a conferência nacional com cerca de 2500 participantes. A conferência debateu e aprovou mais de 70 proposições, 22 eleitas como prioritárias para a política nacional de juventude.

✓ **I e II Pacto pela Juventude**

Proposta do Conselho Nacional de Juventude em 2008 e 2010, com o objetivo de dar visibilidade e colocar em prática as resoluções e prioridades definidas na I Conferência Nacional de Juventude. Articulou um conjunto de ações para sensibilizar governantes e candidatos, estimulando-os a assinar um documento, comprometendo-se com o fortalecimento das políticas públicas de juventude, tendo como referência as 22 prioridades definidas pela Conferência.

✓ **II Conferência Nacional de Juventude**

Aconteceu entre os dias 9 e 12 de dezembro de 2011, em Brasília, com o lema “Conquistar Direitos, Desenvolver o Brasil”, reuniu mais de três mil pessoas e envolveu mais de 500 mil participantes nos 26 estados e no Distrito Federal. Foram realizadas 1.555 conferências municipais, 124 regionais, 199 territoriais e 122 livres, além da 1ª Conferência Virtual e da 2ª Consulta aos Povos e Comunidades Tradicionais.

✓ **Plano Nacional de Juventude (Projeto de Lei nº 4.530/2004)**

Em discussão na Câmara Federal, a proposta de Plano Nacional de Juventude cria um conjunto de políticas públicas e medidas que beneficiam os jovens brasileiros com idades entre 15 a 29 anos. A proposta foi apresentada pela Comissão Especial

destinada a acompanhar e a estudar propostas de políticas públicas para a juventude (Cejuvent). A proposta de Plano tem por objetivos:

- Incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do País, por meio de uma política nacional de juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos, e familiares;
- Tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais - Federal, Estadual e Municipal;
- Articular os diversos atores da sociedade, governo, organizações não governamentais, jovens e legisladores para construir políticas públicas integrais de juventude;
- Construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerantes e equitativos, entre as diferentes representações juvenis;
- Criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam;
- Partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas;
- Garantir os direitos da juventude, considerando gênero, raça e etnia nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada;
- Apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais.

Além disso, a proposta estabelece como prioridades:

1. Erradicar o analfabetismo da população juvenil, nos próximos cinco anos, participando o Brasil da Década das Nações Unidas para a alfabetização;
2. Garantir a universalização do ensino médio, público e gratuito, com a crescente oferta de vagas e de oportunidades de educação profissional complementar à educação básica;
3. Oferecer bolsas de estudo e alternativas de financiamento aos jovens com dificuldades econômicas para o ingresso, manutenção e permanência no ensino superior;
4. Incentivar o empreendedorismo juvenil;
5. Ampliar a cobertura dos programas do primeiro emprego;
6. Promover atividades preventivas na área de saúde;
7. Criar áreas de lazer e estimular o desporto de participação;
8. Incentivar projetos culturais produzidos por jovens;
9. Garantir a inclusão digital, disponibilizando computadores nas escolas e nas universidades, oferecendo cursos e viabilizando o acesso à Internet.

Elenca ainda diagnósticos e metas para as seguintes temáticas: emancipação juvenil; bem estar juvenil; desenvolvimento da cidadania e organização juvenil; apoio à criatividade juvenil; equidade de oportunidades para os jovens em situação de exclusão.

✓ **Estatuto da Juventude (Projeto de Lei 4529/2004)**

Regulamenta os direitos das pessoas de 15 a 29 anos e está em tramitação há nove anos no Congresso Nacional. O projeto de lei está dividido em dois títulos: I - Dos Direitos e das Políticas Públicas de Juventude e II - Da Rede e do Sistema Nacionais de Juventude. O primeiro estabelece diretrizes das políticas públicas e os direitos da juventude, o segundo dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de

Juventude, enunciando as competências dos entes federados e as atribuições dos conselhos de juventude.

De acordo com Nota Técnica acerca do tema da Secretaria Nacional de Juventude, dentre os segmentos relacionados à idade, a juventude resta como o único grupo populacional que não têm seus direitos específicos estabelecidos. A aprovação de um Estatuto da Juventude completaria o primeiro ciclo de leis que garantem direitos geracionais no Brasil, iniciadas com a aprovação do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), em 1990, e o Estatuto do Idoso, em 2003.

A questão da idade, prevista no Estatuto entre 15 a 29 anos, provoca polêmicas. De acordo com Macedo e Elias (2013), por um lado, questionava-se o limite de idade até 29 anos, considerado extenso por alguns.

Em resposta a tais observações, verificou-se que esta compreensão ampliada da juventude se justifica por fenômenos sociais contemporâneos que incidem no alongamento da condição juvenil, em parte pela necessidade de estender o tempo de escolaridade e formação profissional, mas também pelas dificuldades de inserção da atual geração de jovens no mundo do trabalho e em outras dimensões da vida adulta (MACEDO; ELIAS, http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/18-03-2013-a-questao-da-idade-no-estatuto-da-juventude. Acesso em 12/04/2013).

Por outro lado, o reconhecimento dos indivíduos de 15 a 18 anos como jovens pelo Estatuto da Juventude tem despertado dúvidas e preocupações no campo da política da criança e do adolescente, que teme pela sobreposição entre esta e a política de juventude. No entanto, os direitos da juventude não devem ser vistos como sobrepostos aos direitos da criança e adolescente, mas, como complementares, uma vez que, o Estatuto da Juventude possui um foco diferenciado aos direitos e políticas públicas previstas no ECA (MACEDO; ELIAS, 2003).

Enquanto a abordagem do ECA tem como diretriz a “doutrina da proteção integral”, o princípio que orientaria o Estatuto da Juventude seria o da promoção da autonomia e emancipação do jovem (MACEDO; ELIAS, http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/18-03-2013-a-questao-da-idade-no-estatuto-da-juventude. Acesso em 12/04/2013).

Além dos marcos nacionais das políticas públicas de juventude no Brasil, vale mencionar as ações recentes desenvolvidas para esse segmento. Em maio de 2009, de acordo com Silva e Andrade (2009), existiam 17 programas e projetos federais, agregados pelas autoras em sete eixos temáticos, de acordo com as principais atividades/benefícios ofertados: **1) elevação de escolaridade, capacitação profissional, formação e qualificação profissional e cidadania:** ProJovem Urbano; ProJovem Adolescente; ProJovem Trabalhador; Projovem Campo; Soldado Cidadão; Jovem Aprendiz; Programa Nacional de Integração da Educação Profissionalizante com a Educação Básica no modalidade de Proeja; **2) educação – ensino médio e superior:** Programa Universidade para Todos (PROUNI); Projeto RONDON; **3) financiamento e crédito rural:** Programa Nossa Primeira Terra; Programa PRONAF Jovem; **4) cultura, esporte e lazer:** Programa Segundo Tempo; Programa Bolsa Atleta; Programa Escola Aberta; Pontos de Cultura; **5) meio ambiente:** Programa Juventude e Meio Ambiente; **6) saúde:** Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE); Programa Saúde na Escola (PSE) e **7) segurança pública:** Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania e Programa da Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL).

Silva e Andrade (2009) observam que uma avaliação preliminar dos objetivos e público-alvo dessas ações aponta que a qualificação profissional e a aceleração de aprendizagem aparecem como ações emergenciais e compensatórias aos jovens de baixa renda do país, que não tiveram acesso à educação básica de qualidade.

Tal estratégia pode, em um primeiro momento, responder à realidade brasileira que detém elevada proporção de jovens em situação de vulnerabilidade social. Programas dessa natureza, quando bem administrados e mantidos continuamente, podem contribuir para melhorar consideravelmente as condições de vida desta população, elevando os índices de alfabetização e de escolaridade, que podem resultar em melhor inserção no mundo do trabalho. Mas, não obstante estes resultados constituam meta altamente desejável, resumir a intervenção pública nesta população apenas a programas desta natureza não é uma solução socialmente justa e definitiva. Esta só será alcançada quando estiver assegurada, de fato, educação de qualidade conjugada a políticas de transferência de renda, habitação adequada, saneamento e acesso a serviços de saúde, cultura e lazer para todos os jovens (SILVA; ANDRADE, 2009, p. 68).

Deste modo, as políticas universais ainda precisam ser garantidas e aprofundadas. Ao mesmo tempo, é necessário também, desenvolver ações afirmativas para os segmentos historicamente excluídos e oprimidos por questões geracionais, gênero e raciais.

CAPÍTULO 3

VOCÊ TEM SEDE DE QUE? VOCÊ TEM FOME DE QUE? POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE NO ESPÍRITO SANTO

3.1 RECONHECENDO OS CAMINHOS

A evolução das políticas de juventude na América Latina foi determinada pelos problemas dos jovens na sociedade e os desafios de como lhes facilitar seus processos de transição e integração ao mundo adulto, através de uma visão adultocêntrica que situa o adulto como ponto de referência para o mundo juvenil (ABAD, 20002).

Neste sentido, a juventude só passa a ser objeto de ação quando representa perigo, ameaça, ou seja, as políticas de juventude não nascem a partir da constituição de um espaço de visibilidade da condição juvenil, incluindo sua diversidade e uma concepção ampliada de direitos, mas, como um aspecto da “questão social” (SPOSITO, 2006).

No Estado do Espírito Santo, mesmo com um quantitativo considerável de jovens, 27% da população capixaba, e com dados alarmantes nas áreas de saúde, educação e segurança, os primeiros passos para a construção de políticas públicas de juventude se inicia de forma tardia.

Em 2007 é aprovada a Lei Estadual Nº 8594/2007 que institui o Conselho Estadual de Juventude, de composição paritária, e a Política Estadual de Juventude, considerando jovens aqueles entre 15 e 29 anos, conforme preconiza as diretrizes nacionais e internacionais.

Entre as previsões da Lei, em seu artigo primeiro, destaca-se:

I - incorporar integralmente os jovens ao desenvolvimento do Estado, por meio de um Plano Estadual de Juventude voltada aos aspectos humanos, sociais, culturais, educacionais, econômicos, desportivos, religiosos e familiares; II - tornar as políticas públicas de juventude responsabilidade do Estado e não de governos, efetivando-as em todos os níveis institucionais -

Estadual e Municipal; III - articular os diversos segmentos da sociedade, governo, organizações não governamentais, jovens e legisladores para construir o Plano Estadual de Juventude; IV - construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerante e equitativos, entre as diferentes representações juvenis; V - criar políticas universalistas, que tratem do jovem como pessoa e membro da coletividade, com todas as singularidades que se entrelaçam; VI - partir dos códigos juvenis para a proposição de políticas públicas; VII - garantir os direitos da juventude, considerando gêneros, raça e etnia nas mais diversas áreas: educação, ciência e tecnologia, cultura, desporto, lazer, participação política, trabalho e renda, saúde, meio ambiente, terra, agricultura familiar, entre outras, levando-se em conta a transversalidade dessas políticas de maneira articulada; VIII - apontar diretrizes e metas para que o jovem possa ser o ator principal em todas as etapas de elaboração das ações setoriais e intersetoriais (Espírito Santo, Lei 8594/2007).

Embora evidencie questões importantes, a propositura é resultado da iniciativa de um parlamentar do legislativo estadual e não contou com a articulação, mobilização e debate com a juventude ou movimentos juvenis capixabas, além de um diagnóstico prévio das condições de vida dos jovens no Estado.

Neste sentido, desde a aprovação a Lei Nº 8594/2007 possui dificuldades para sua efetivação, pois é imprecisa e não estabelece competências e responsabilidades. Por exemplo, os itens I e III do artigo primeiro prevê a construção do Plano Estadual de Juventude, no entanto, não delimita os órgãos responsáveis para a condução desse processo, resultando na inexistência, até os dias atuais, de um Plano Estadual de Políticas Públicas para a Juventude. No item IV do mesmo artigo prevê construir espaços de diálogo e convivência plural, tolerante e equitativos, entre as diferentes representações juvenis, mas, não explicita quais são esses espaços e os responsáveis por fomentá-los.

Portanto, se resultante de amplo diálogo com os setores juvenis do estado, o projeto de Lei poderia ter estabelecido princípios e diretrizes para as políticas de juventude, contemplar bandeiras históricas dos movimentos juvenis e ampliar direitos aos jovens capixabas relacionados à educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, lazer, transporte e participação democrática.

Em 2008, conforme orientação do Conselho Nacional de Juventude e Secretaria Nacional de Juventude, foi realizada a I Conferência Estadual de Políticas Públicas

de Juventude, entre os dias 13, 14 e 15 de março de 2008. Na ocasião foram eleitos vinte e cinco delegados para a Conferência Nacional, além de proposta para a construção de políticas nas mais diversas áreas, a partir dos eixos família; sexualidade; drogas; cultura; mídia, comunicação e imagens dos jovens; tempo livre; direito, diversidade e violência; educação; cidades e territórios; meio ambiente; política e participação e trabalho.

Sem alterações no que tange as condições de vida dos jovens no Estado e a implementação de ações para este segmento, realizou-se em 2011, conforme orientações nacionais do Conjuve e SNJ, a II Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, entre os dias 27 e 28 de outubro. Na ocasião, foram apresentadas novas propostas a partir de cinco eixos temáticos: direito ao desenvolvimento integral; direito ao território; direito à experimentação e qualidade de vida; direito à diversidade e vida segura; direito à participação e desafio do fortalecimento institucional.

A II Conferência Estadual foi realizada no contexto de novo Governo Estadual (O Governador Renato Casagrande/PSB tomou posse em 2011) e sob pressão e articulação da Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens.

A Campanha, fundada em 2010, a partir de duras críticas aos altos índices de homicídios e a omissão do poder público no que tange o desenvolvimento de políticas públicas, agregou mais de quarenta entidades em todo o Estado em torno do tema. Para tanto, o movimento pautou-se a partir de três eixos: 1) formação política e trabalho de base; 2) ações de massa e divulgação; 3) denúncia quanto à violação de direitos humanos. Assim, em 2010, foram realizados debates, seminários e uma audiência pública a fim de sensibilizar a sociedade e o poder público acerca do tema. Essas ações culminaram no Dia Nacional da Juventude, realizado em 30 de outubro de 2011, logo após a II Conferência Estadual, que consistiu em um grande dia de mobilização com mais de 60 mil pessoas na rua marchando contra a violência e extermínio de jovens, além de shows de artistas capixabas e nacionais na área da Praça do Papa, em Vitória.

Durante a Marcha foi entregue ao então Governador Renato Casagrande um documento contendo algumas reivindicações históricas do movimento de juventude no ES: a criação da Secretaria Estadual de Juventude com estrutura e orçamento compatível com os desafios de implementação das políticas públicas; a instalação imediata do Conselho Estadual da Juventude, criado através da Lei Estadual 8.594/97 e a aprovação e implementação do Plano Estadual de Juventude.

Na ocasião apresentou-se também uma Minuta construída no âmbito da Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens com propostas para a construção do Plano Estadual de Juventude. As propostas apresentadas foram estruturadas a partir de cinco eixos temáticos considerando a juventude em toda a sua diversidade, sendo: I) Desenvolvimento integral: a) Educação; b) Comunicação; c) Trabalho; d) Cultura; II) Direito ao território: a) Cidade; b) Campo; c) Transporte; d) Meio ambiente; e) Comunidades tradicionais; III) Direito à experimentação e qualidade de vida: a) Saúde; b) Esporte; c) Cultura; d) Lazer; e) Tempo livre; IV) Direito à diversidade e vida segura: a) Juventude negra; b) Jovens mulheres; c) Jovens indígenas; d) Jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros; e) Jovens com deficiência; f) Justiça, segurança pública e direitos humanos.

A partir dessas iniciativas, o Governador do Espírito Santo instituiu em diálogo com a Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens um Grupo de Trabalho, através do Decreto Nº 2948-R, de 18 de janeiro de 2012, com a finalidade de elaborar propostas de organização institucional, visando à execução e gestão de políticas públicas para a juventude e apreciação de proposta de regulamentação do Conselho Estadual de Juventude, ou seja, a partir da organização e pressão social, as políticas de juventude começam a dar os primeiros passos no Estado do Espírito Santo.

Em seguida, através do Decreto Nº 3067, de 31 de Julho de 2012, o Governo criou na estrutura organizacional da Secretaria da Casa Civil, à Gerência Estadual de Políticas Públicas de Juventude (GEPPJ), com competência para planejar, coordenar e deliberar as atividades que envolvam os projetos estratégicos e

prioritários nas diversas políticas voltadas para juventude; integrar, coordenar e monitorar a necessária intersetorialidade, interseccionalidade e transversalidade dos organismos, programas e ações do governo estadual para PPJ; coordenar, elaborar e monitorar programas, projetos e ações em âmbito estadual que digam respeito a PPJ; executar ações definidas no Estatuto da Juventude, Plano Nacional de Juventude e Plano Estadual de Políticas para a Juventude. Em síntese, a Gerência de Juventude tem por competência integrar e articular ações “existentes”.

A reivindicação do movimento social capixaba entregue ao Governador do Espírito Santo, através da Campanha Estadual Contra a Violência e Extermínio de Jovens foi de uma Secretaria Estadual de Juventude com estrutura e orçamento compatível com os desafios de implementação das políticas públicas no ES, ou seja, na contratendência, cria-se um órgão institucional com status apenas de articulação, sem orçamento, estrutura e equipe técnica.

Também por Decreto, Nº 3101, de 30 de Agosto de 2012, o Governo Estadual regulamentou o Conselho Estadual de Juventude, com caráter consultivo, vinculado a Secretaria de Estado da Casa Civil, com a finalidade de propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude. Diferente da maioria dos conselhos de juventude do Brasil que possuem caráter deliberativo, o CEJUV possui caráter consultivo²⁹.

Além disso, é integrado por 30 representantes, sendo 20 da sociedade civil e 10 do poder público³⁰. Um dos critérios para participação previsto no Decreto é a faixa

²⁹ De acordo com estudo do Conselho Nacional de Juventude (2010), 53,3% dos conselhos de juventude do Brasil possuem caráter deliberativo.

³⁰ O Conselho Estadual de Juventude é composto dos seguintes seguimentos - representantes do Poder Público: Secretaria de Estado da Casa Civil; Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos - SEADH; Secretaria de Estado da Educação - SEDU; Secretaria de Estado da Saúde - SESA; Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS; Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento e Aquicultura e Pesca - SEAG; Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social - SESP; Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Trabalho - SECTTI; Secretaria de Estado de Esportes e Lazer - ESPORT; Secretaria de Estado da Cultura – SECULT. Representantes da Sociedade Civil: a) 01 representante das Juventudes Partidárias; b) 01 representante do Movimento LGBT; c) 01 representante do Movimento de Mulheres; d) 01 representante do Movimento Negro; e) 01 representante das Comunidades Tradicionais; f) 01 representante do Movimento Estudantil Secundarista; g) 01 representante do Movimento Estudantil Universitário; h) 01 representante do Movimento Cultural de Juventude; i) 02

etária prioritária, entre 15 e 29 anos para representantes da sociedade civil e, entre 18 e 29 anos para representantes do Poder Público.

Em âmbito local, ou seja, nos municípios, algumas iniciativas foram realizadas a fim de visibilizar a juventude, a exemplo, a instituição de dia ou semana alusiva aos jovens – Cachoeiro de Itapemirim (2002), Serra (2005), Cariacica (2005) e Vitória (2009). Contudo, a instituição de canais democráticos que assegurem espaços de debates públicos, a proposição de políticas, o controle, acompanhamento e avaliação de ações, é bem recente.

Atualmente existem no Estado, formalmente, oito Conselhos Municipais de Juventude, o que representa 10% das cidades do Estado: Vila Velha, Vitória, Serra, Cariacica, Pedro Canário, João Neiva, Cachoeiro de Itapemirim, Cariacica³¹. Todos têm por finalidade “estudar, analisar, elaborar, discutir, aprovar e propor políticas públicas que permitam e garantam à integração e a participação do jovem no processo social, ambiental, econômico, político e cultural do Município”. Além disso, possuem caráter consultivo e deliberativo sobre as questões que concerne à juventude e composição paritária entre Poder Público e Sociedade Civil (Vitória, Vila Velha e Cachoeiro de Itapemirim) ou 1/3 Poder Público e 2/3 Sociedade Civil (Serra, Cariacica e Pedro Canário).

representantes dos Movimentos de Juventude do Campo; j) 01 representante do Movimento de Jovens com Deficiência; k) 01 representante do Movimento de Juventude Religiosa; l) 01 representante do Movimento de Juventude Ambientalista; m) 01 representante do Movimento de Juventude Sindical; n) 01 representante do Movimento de Juventude Esportiva; o) 01 representante dos Fóruns de Juventude; p) 01 representante das Redes de Juventude; q) 01 representante do Movimento de Jovens Empreendedores; r) 01 representante do Movimento Hip Hop; s) 01 representante do Movimento Funk. Vale destacar que os segmentos Movimento LGBT; Movimento Estudantil Universitário; Movimento de Jovens com Deficiência; Movimento de Juventude Ambientalista; Movimento de Juventude Esportiva e Movimento Funk não se inscreveram para a eleição do Conselho, portanto, essas cadeiras estão vagas, até o presente momento.

³¹ Leis Municipais de Regulamentação: Serra (Lei Nº 2569, 10 de Dezembro de 2002. Reestruturação através da Lei Nº 2919,21 de Dezembro de 2005); Cariacica (Lei Nº 4378, 18 de Janeiro de 2006); Vila Velha (Lei Nº 4555, 31 de Agosto de 2007); Pedro Canário (Lei Nº 847, 21 de Junho de 2008); Cachoeiro de Itapemirim (Lei Nº 6157, 01 de Outubro de 2008. Reestruturação a partir da Lei Nº 6542 de 19 de Agosto de 2011); Vitória (Lei Nº 8165, 04 de Outubro de 2011 Institui o Conselho Municipal da Juventude. O Decreto Nº 15293 Regulamenta o Conselho). Não conseguimos localizar a Lei de Regulamentação do Conselho de Municipal de João Neiva.

Alguns conselhos fazem referência à idade como critério de participação: entre 15 e 29 anos, Cariacica e Cachoeiro de Itapemirim; mínimo de 16 anos, Pedro Canário e Serra. O Conselho da Serra também prevê idade máxima para participação, 35 anos. Algumas particularidades que vale mencionar: o Conselho de Juventude de Cariacica, não possui o cargo de Presidente e Vice-Presidente, mas de Coordenador e Coordenador Adjunto; o Conselho de Vitória avançou no que tange a proporcionalidade de gênero, prevendo a paridade entre homens e mulheres como critério para indicação das vagas, compreendendo, portanto, a defasagem histórica entre homens e mulheres nos espaços de representação e poder e a necessidade de ações afirmativas como forma de reparação.

No que se refere aos programas e projetos estaduais destinados à juventude, objeto deste trabalho, de acordo com estudo do Instituto Jones dos Santos Neves (2012) foram identificadas 71 ações. Dessas, apenas 41 são executadas diretamente pelo Governo do Estado, através de secretarias ou autarquias públicas. As outras 30 iniciativas são realizadas pela iniciativa privada³².

Dentro do universo das 41 ações executadas pelo Estado, sistematizamos os dados a partir das informações quanto aos órgãos responsáveis pela gestão/execução,

³² Ações realizadas pela iniciativa privada: Jovens Urbanos (Fundação Itau e CENPEC); (Ala Feminina (Centro das Industrias do ES); II Congresso do Empreendedor Lusófono (Centro das Industrias do ES); Empreendedorismo nas Escolas (Centro das Industrias do ES); Um Futuro Empreendedor (Junior Achievement); Nossos Recursos (Junior Achievement); Introdução ao Mundo dos Negócios (Junior Achievement); Nossa Região (Junior Achievement); Nosso Mundo (Junior Achievement); Economia Pessoal (Junior Achievement); Empresa em Ação (Junior Achievement); Vantagens de Permanecer nas Escolas (Junior Achievement); Cartilha do Desenvolvimento Sustentável (Junior Achievement); Semana Estadual do Jovem Empreendedor (Federação Capixaba de Jovens Empreendedores do ES – FECAJE); Jovens Negócios (Federação Capixaba de Jovens Empreendedores do ES – FECAJE); II Congresso de Empreendedores Lusófono (Federação Capixaba de Jovens Empreendedores do ES – FECAJE); Núcleo Jovem da AMCHAM (AMCHAM); Youth 2 Business (AIESEC Intercâmbio); Projeto Educacional – Cidadão Global (AIESEC Intercâmbio); Programa de Intercâmbios Internacionais (AIESEC Intercâmbio); Programam de Desenvolvimento de Comunidades Globais (AIESEC Intercâmbio); Interage Político (Transparência Capixaba Jovem); Palestras e Mesas Redondas (Transparência Capixaba Jovem); Semana de Engenharia do Norte do ES (Projeta Junior); Palestra Sobre os Desafios do Jovem no Mercado de Trabalho (Consultores Junior Associados); Palestra Sobre Mercado de Investimento (Consultores Junior Associados); Palestra sobre Empreendedorismo e Cultura (Consultores Junior Associados); Palestra sobre Direito Empresarial (Consultores Junior Associados); Campanha para Doação de Sangue (Consultores Junior Associados); Espírito Junior (Federação das Empresas Junior do ES).

objetivos das iniciativas e público alvo, a fim de identificar quais programas e projetos são de fato destinados aos “jovens”³³.

Assim, no que tange a distribuição das iniciativas por secretarias do Estado e/ou autarquias, identificamos que a Instituição que concentra o maior número de ações para a juventude, 22%, é a Agência de Desenvolvimento das Micro e Pequenas Empresas e do Empreendedorismo (Aderes), autarquia do Governo do Estado do Espírito Santo, voltada para o desenvolvimento das micro e pequenas empresas e empreendedores individuais. Em seguida, a Secretaria de Estado da Educação com 17%, o Instituto de Medida Sócio-Educativa (IASSES) com 12% e a Secretaria de Estado do Esporte também com 12%. Identificamos apenas uma ação na Secretaria de Saúde (SESA) e Cultura (SECULT).

Merece destaque também as poucas ações desenvolvidas conjuntamente por mais de uma secretaria ou área da política social, reforçando a lógica de atendimento das demandas da população de forma fragmentada e desarticulada, comprometendo assim a perspectiva de integralidade e equidade dos serviços prestados.

Segue gráfico ilustrativo:

³³ A sistematização desses dados é responsabilidade da autora.

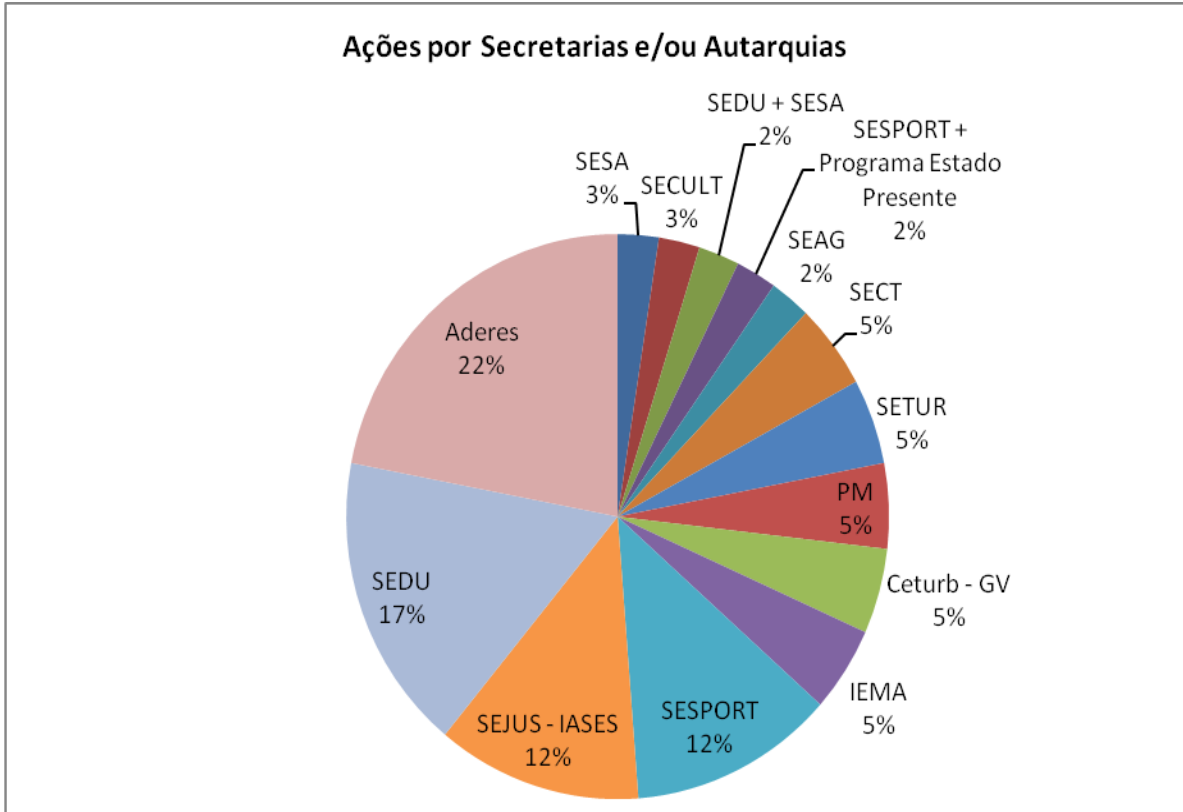


GRÁFICO 1 – AÇÕES POR SECRETARIAS

Sobre os objetivos, o maior quantitativo de ações, 18%, prevê o incentivo à constituição e institucionalização de Micro e Pequenas Empresas, a partir da capacitação, orientação e socialização do conhecimento sobre negócios e mercados, ou seja, visa à inclusão do jovem no mundo do trabalho, a partir da perspectiva empreendedora. Em seguida, com 15% as ações de incentivo a práticas esportivas e ao esporte profissional, visando, em algumas, a “ocupação do tempo livre de crianças e jovens”. Observa-se o quantitativo reduzido de ações para a ampliação e promoção da educação, saúde, formação e capacitação, cultura e lazer. Ao mesmo tempo, cabe destacar o caráter pontual e de curta duração das iniciativas, através da oferta de cursos, oficinas e concessão de bolsas.

Segue gráfico ilustrativo:

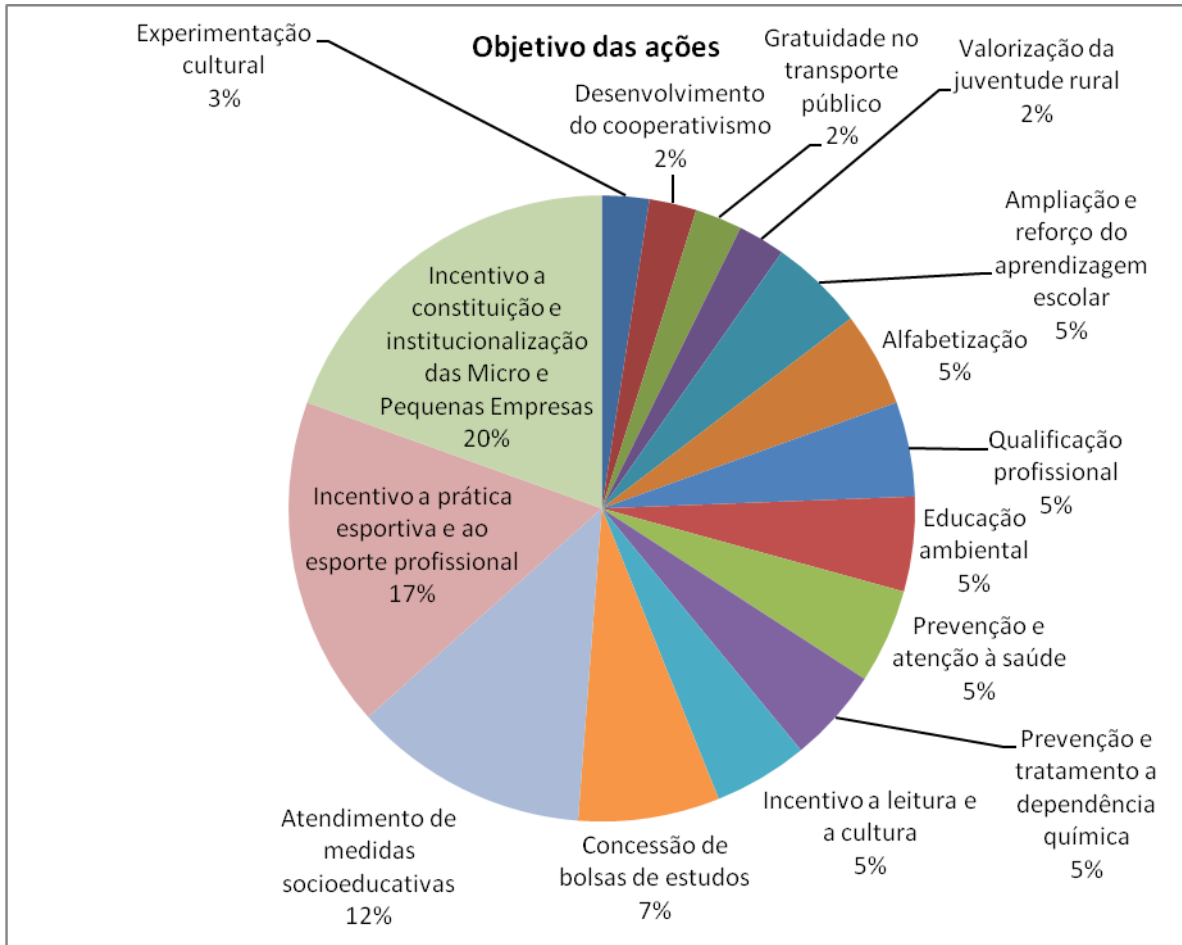


GRÁFICO 2 – OBJETIVOS DAS AÇÕES

Entre o público alvo das iniciativas, identificamos 17 ações destinadas para “todas as faixas etárias”³⁴; 11 ações destinadas a “alunos e/ou estudantes”³⁵; 6 destinadas

³⁴ Fundação de Amparo à Pesquisa do ES – FAPES (SECT); Biblioteca Transcol (Ceturb-GV); Programa Qualifica ES Turismo (SETUR); Capacitação de Empreendedores de Micro e Pequenas Empresas (Aderes); Oficina de Empreendedores Individuais (Aderes); 1ª Exportação (Aderes); Centro Fácil de Exportação (Aderes); Encontro de Negócios (Aderes); Projeto de Extensão Tecnológica (Aderes); Projeto Tenda do Empreendedor (Aderes); Unidade Móvel (Aderes); Fortalecimento do Cooperativismo (Aderes); Museu de Biologia Mello Leitão (IEMA); Bolsa Atleta (SESPORT); Jogos Abertos do ES – JOABES (SESPORT); Compete ES (SESPORT); Programa de Reabilitação à Saúde Toxicômano e Alcoolista – PRESTA (PM).

³⁵ Programa Mais Tempo na Escola (SEDU); Programa de Aprofundamento de Estudos (SEDU); Programa Estadual de Controle do Tabagismo e outros Fatores de Risco do Câncer (SESA); Programa Nossa Bolsa (SECT); Bolsa Sedu (SEDU); Jovens Valores e Jovens Valores Universitário (SEDU); Viaja Espírito Santo Jovem (SETUR); Transcol Social – Via Escola (Ceturb-GV); Escola de Ensino Fundamental e de Pesa – ESCOPESCA (IEMA); Programa Saúde nas Escolas – PSE (SEDU e SESA); Projeto Esporte na Escola (SEDU).

para “crianças e/ou adolescentes”³⁶; 5 destinadas a “adolescentes envolvidos com prática de ato infracional”³⁷ e 2 destinadas para a “juventude”³⁸.

Ou seja, a maior parte das ações estaduais identificadas como programas e projetos para a juventude são 37% destinadas a todas as faixas etárias, seguida das ações destinadas para o público de alunos e/ou estudantes, 24%. As ações com público alvo “juventude” representam apenas 5% e são compostas essencialmente por dois programas, Rede Cultura Jovem e Projeto de Valorização da Juventude Rural. Deste modo, é possível afirmar que os jovens no Espírito Santo são abrangidos por políticas destinadas a todas as faixas etárias, com poucas ações específicas.

Segue gráfico ilustrativo:

³⁶ Educação de Jovens e Adultos (SEDU); Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos – CEEJA (SEDU); Campeões do Futuro (SESPORT); Esporte pela Paz em Parceria com o Programa Estado Presente (SESPORT); Olimpíadas Escolares do ES (SESPORT); Programa Educacional de resistência às Drogas e a Violência – PROERD (PM).

³⁷ Programa Institucional de Semiliberdade (SEJUS - IASES); Programa de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (SEJUS - IASES); Programa de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviços a Comunidade (SEJUS - IASES); Programa de Medida Socioeducativa de Internação Provisória (SEJUS - IASES); Programa de Medida Socioeducativa de Internação Socioeducativa (SEJUS - IASES);

³⁸ Projeto de Valorização da Juventude Rural que envolve 6 sub projetos (Projeto Fortalecimento dos Núcleos Sociais de Jovens Rurais para uma Cultura de Paz; Projeto Qualificação Social e Profissional; Projeto Arte e Saber; Projeto Cultura e Juventude Rural parceria com SECULT; Projeto Plantando Árvore, Colhendo Vida; Projeto Processos Produtivos e Sustentáveis) (SEAG); Rede Cultura Jovem (SECULT).

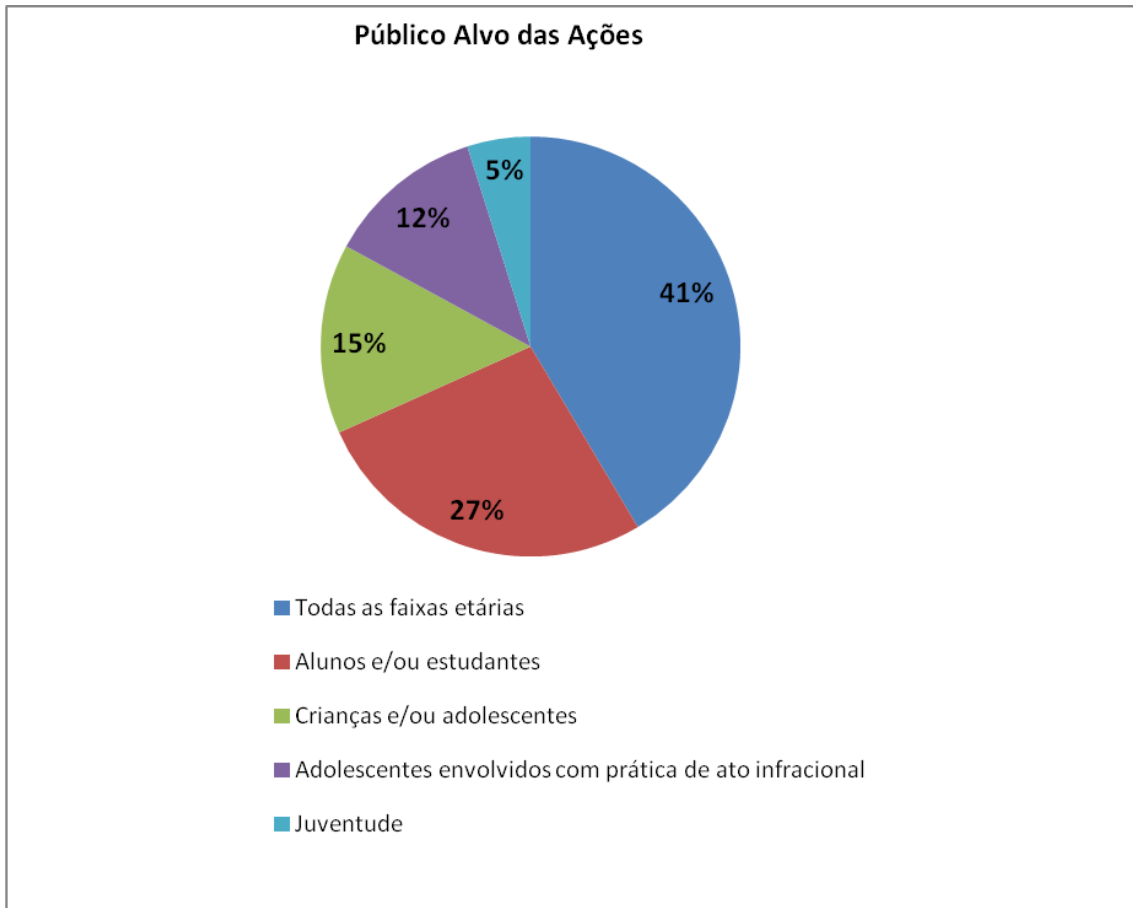


GRÁFICO 3 – PÚBLICO ALVO DAS AÇÕES

A fim de compreender as características essenciais das iniciativas destinadas para a juventude, caracterizaremos a seguir, o Programa Rede Cultura Jovem e o Projeto de Valorização da Juventude Rural.

3.2 AS INICIATIVAS PARA A JUVENTUDE NO ES

3.2.1. Programa Rede Cultura Jovem (PRCJ)

O Programa Rede Cultura Jovem foi lançado em 2009, durante o Seminário *Rede Cultura Jovem - O Espírito de Um Tempo*³⁹, com o objetivo de conhecer os caminhos para a construção de uma rede virtual e presencial, informativa e interativa, articulada com a produção artístico-cultural das juventudes capixabas. O Programa é uma das ações da Secretaria de Estado da Cultura (SECULT) em parceria com o Instituto de Ação Social e Cultural (Sincades).

O Sincades foi constituído em 2008, fruto de uma parceria pública-privada entre as empresas atacadistas e distribuidoras do Espírito Santo e o Governo do Estado, a partir da política de incentivos tributários. É uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, com a finalidade de desenvolver ações sociais e culturais promovidas por entidades públicas e privadas, no âmbito do Espírito Santo. As empresas que aderem formalmente aos termos do documento aportam um adicional sobre o recolhimento do ICMS nas operações interestaduais. Estes valores são direcionados diretamente ao Instituto Sincades, que viabiliza a realização de programas e projetos solicitados pelo Governo do Estado por meio das Secretarias de Cultura e de Assistência Social.

A SECULT é órgão da administração direta estadual na qual compete a formulação, o planejamento e a implementação das políticas públicas estaduais para a área da cultura, tendo como âmbito de ação:

I - garantir aos cidadãos o pleno exercício dos direitos à cultura, através da liberdade de criação, expressão e produção intelectual e artística e do acesso às fontes e formas de expressão cultural; II - incentivar a formação cultural e o desenvolvimento da criatividade; III - proteger e preservar as expressões culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de outras etnias ou grupos participantes do processo cultural; IV - executar, controlar e gerenciar as políticas públicas planejadas para a área da cultura; V - desenvolver, produzir, fomentar e apoiar as atividades artísticas e culturais em todas as modalidades e formas e preservar as manifestações culturais tradicionais; VI - identificar e ampliar mecanismos de financiamento da produção cultural, viabilizando parcerias e democratizando o acesso a esses recursos e instrumentos; VII - realizar a proteção, vigilância, restauração, manutenção e conservação da memória e do patrimônio

³⁹ O Encontro teve a intenção de identificar temas e causas que mobilizam as novas gerações e provocar reflexões acerca de questões culturais das juventudes. Contou com a presença de lideranças juvenis, jovens produtores culturais e artistas, gestores públicos e organizações da sociedade civil que lidam diretamente com juventude, cultura e arte. Após a realização do Seminário foi publicado o Caderno Encontros com a Rede Cultura Jovem “O Espírito de Um Tempo”.

histórico, artístico e cultural do Estado do Espírito Santo; VIII - divulgar as potencialidades culturais e artísticas do Estado do Espírito Santo; IX - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento das suas finalidades (SECULT, 2007, <http://www.secult.es.gov.br/?id=/secretaria/apresentacao>. Acesso, 08 de maio de 2013).

Dentro da estrutura organizacional da SECULT, hoje, o setor responsável pela gestão e execução do Programa Rede Cultura Jovem é a Subsecretaria de Estado da Cultura, subordinada hierarquicamente ao Secretário Estadual de Cultura.

Vale destacar que buscamos informações mais precisas e detalhadas acerca da parceria entre o Instituto Sincades e o Governo do Estado do ES, a fim de compreender as competências, atribuições e responsabilidades de cada ente, ou seja, Estado e associação civil. Contudo, encontramos poucas informações e muitas imprecisões acerca dessas responsabilidades. Uma das informações encontradas é o “Contrato de Competitividade entre o Governo do Estado e Setor Comercial Atacadista do Estado do Espírito Santo”, firmado em Agosto de 2008.

A parceria firmada entre Sincades e SECULT é parte de um Programa mais amplo de incentivos fiscais do Governo Estadual, o Programa Compete-ES iniciado em 2008 durante o Governo Paulo Hartung, que visa fortalecer a capacidade competitiva das empresas locais, via desoneração tributária. As empresas que aderirem ao Contrato se comprometem a atingir: 1. promoção do desenvolvimento sustentável; 2. crescimento médio anual no número de empregos ofertados no setor; 3. integração com instituições de ensino do 3º grau; 4. capacitação e qualificação de mão de obra; 5. investimentos na competitividade setorial e empresarial; 6. crescimento na arrecadação do ICMS gerado pelo setor; 7. crescimento anual das exportações; 8. ampliação da participação no mercado local (Contrato de Competitividade, 2008).

O Programa Rede Cultura Jovem é uma das iniciativas estabelecida no Planejamento Estratégico da SECULT, na perspectiva de formação e fortalecimento de redes culturais, tornando-se, portanto, um elo multiplicador de ações culturais das

juventudes, que visa o fomento e a potencialização de novos coletivos, grupos e agentes culturais no Estado. O público prioritário do Programa são os jovens com idade entre 15 e 29 anos, residentes no Espírito Santo e profissionais que desenvolvem atividades junto com esse público.

Assim, os principais objetivos são:

- ✓ Potencializar as ações juvenis com foco na arte e na cultura;
- ✓ Incentivar a inovação, a experimentação, as ações colaborativas e a sustentabilidade;
- ✓ Ampliar o número de jovens conectados com a RCJ, através de atividades presenciais e virtuais, envolvendo instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais;
- ✓ Valorizar e promover a diversidade cultural das juventudes de todas as regiões do Estado;
- ✓ Ampliar as parcerias com as redes de ensino, movimentos organizados da juventude e instituições afins;
- ✓ Estimular a cidadania ativa e o protagonismo juvenil;
- ✓ Buscar a intersetorialidade e a transversalidade junto a outras políticas públicas voltadas para o segmento juvenil.

Além dos objetivos, o Programa atua a partir de sete eixos norteadores, partindo das seguintes concepções:

- 1) *Rede*: da importância das redes como uma forma democrática, inclusiva e emancipadora de organização das relações, que agrupa talentos e recursos em torno de objetivos comuns e fortalece a ação de todos;
- 2) *Cultura*: de uma concepção ampliada de cultura, entendida como fenômeno social e humano de múltiplas dimensões: antropológica, social, produtiva, econômica, simbólica e estética, em consonância com os valores dos documentos de âmbito nacional e internacional - notadamente o Plano

Nacional de Cultura (2010)⁴⁰ e a Convenção Universal sobre a Diversidade Cultural (2001)⁴¹, bem como a Constituição da República de 1988.

- 3) *Juventude*: categoria social marcada pela heterogeneidade de expressões, realidades e experiências, a juventude assume diferentes percepções e definições dependendo do contexto histórico e cultural no qual ela está inserida. O PRCJ segue as orientações da atual Política Nacional de Juventude que considera como o "jovem" beneficiário de suas ações aquele sujeito com idade entre 15 e 29 anos;
- 4) *Desenvolvimento sustentável e integral*: desenvolvimento enquanto um processo complexo, sistêmico e multidimensional e destaca dois aspectos que perpassam as discussões desse conceito: a) sustentabilidade: compreendida como um padrão de organização de um sistema que se mantém ao longo do tempo em virtude de ter adquirido certas características que lhe conferem capacidades auto-criativas; b) integralidade: centrada em uma visão holística e dinâmica do ser humano e no entendimento que a satisfação das necessidades deve ser realizada de modo integrado e articulado entre si;
- 5) *Protagonismo*: participação democrática dos jovens na elaboração de suas ações, compreendendo-os como capazes de modificar as suas realidades sociais, sendo, simultaneamente, agentes e objetos da política pública;
- 6) *Colaborativismo*: forma de trabalho em equipe mediado por uma contínua interação, com relações não hierarquizadas e o compartilhamento da liderança. Nessa dinâmica, de acordo com os preceitos do Programa, os espaços e momentos de escuta entre as pessoas são fundamentais, para o compartilhamento coletivo das decisões;

⁴⁰ O Plano Nacional de Cultura (Lei nº 12.343/10) foi sancionado em 02 de dezembro de 2010 e traz um conjunto de 275 ações divididas em 36 estratégias e 53 metas. Trata-se de um plano de estratégias e diretrizes para a execução de políticas públicas para a atuação dos Estados na cultura nos próximos 10 anos.

⁴¹ Aprovada na 31ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), proclama uma série de princípios e linhas gerais para a atuação dos Estados Membros.

7) *Experimentação e inovação*: novidade ou renovação de uma idéia, método ou objeto que é criado e que pouco se parece com padrões anteriores, possibilitando o incentivo à criação livre.

O PRCJ pretende ainda como um multiplicador de ações culturais das juventudes em rede, visando o fomento de novos coletivos, grupos e agentes culturais em todo Estado, através de ações de “*fomento e formação*” e “*comunicação e difusão*”, esta mais centrada em ações de mídias como a internet.

As ações de “*fomento e formação*” têm por finalidade incentivar e visibilizar às diversas produções artístico-culturais protagonizadas pelas juventudes capixabas, através dos Editais do Rede Cultura Jovem, Formação Agente Cultura Jovem, Mostras Capixabas de Audiovisual, Yah!Escola e Cultura Presente. Segue a descrição dessas ações:

Editais Rede Cultura Jovem: oferecem aporte técnico e financeiro para projetos artístico-culturais produzidos por jovens, com a finalidade de incentivar e promover o intercâmbio entre as diversas expressões e linguagens artísticas. Os Editais possuem um modelo simplificado para acesso do público jovem, além de assessoria técnica desde a fase de elaboração dos projetos até a execução dos mesmos. Na sua primeira Edição, em 2010, os Editais contemplaram 55 projetos. Ao todo foram 223 projetos inscritos, entre propostas individuais e coletivas, oriundas de 35 municípios do Estado. Em 2011 foram 364 inscrições e 82 projetos selecionados. O ano de 2012 foi marcado pela qualificação dos projetos, ao todo, foram 415 inscrições, oriundas de 30 municípios do Estado e 73 projetos selecionados.

Formação Agente Cultura Jovem: objetiva qualificar jovens residentes no Espírito Santo para a mobilização, articulação e o fortalecimento das diferentes iniciativas culturais das juventudes capixabas. A primeira turma da Formação Agente Cultura Jovem iniciou em 2009, com 12 jovens. Na sequência, foram realizadas turmas anuais em 2010 com 20 jovens e 2011 com 30 jovens. Os jovens participantes foram selecionados a partir de análise de perfil e entrevistas. Após a seleção, participaram de encontros presenciais compostos por discussões teóricas e

atividades práticas supervisionadas, vivências artístico-culturais (ida a museus, teatros, cinema e restaurantes de comida tradicional) com o objetivo de proporcionar aos participantes uma formação ampliada e contribuir para o enriquecimento do seu repertório cultural. Sobre a importância da ação, evidencia-se:

A importância do projeto de Formação do PRCJ, porém, não está restrita ao fortalecimento das diferentes manifestações culturais do ES. Mas reside também na contribuição para o desenvolvimento profissional e pessoal dos jovens envolvidos, uma vez que amplia o repertório cultural e a capacidade de atuação; incentiva o protagonismo juvenil; estimula o fazer coletivo, criativo e solidário. Mais que isso, colabora para a formação de sujeitos plenos, aptos a participar, refletir e interferir na sua realidade (FACJ, 2011, <http://portalyah.com/facj/sobre/> Acesso: 08 de Maio de 2013).

Mostras Capixabas de Audiovisual (MCA's): institui-se como uma política de cultura e educação difusora da experiência e da prática do audiovisual em municípios do interior do Espírito Santo que não possuem salas de cinema. Para tanto, realizam-se oficinas e mostras com temas diversos, de acordo com a realidade local. Em 2010 e 2011 foram realizadas duas Mostras de Capixaba de Audiovisual na Região Noroeste do Estado, com a participação média de 480 jovens nas oficinas e 582 participantes da Mostra; na Região Serrana foram realizadas duas MCAs com a temática rural, abrangendo 300 participantes para oficina e 590 para Mostra; na Região do Caparaó foram realizadas duas MCAs com o tema ambiental, com 220 participantes das oficinas e 625 participantes da Mostra; na Região Litoral Sul foi realizada uma MCA com o tema histórico cultural, com 280 participantes das oficinas. Vale destacar que, da Mostra participa a população das cidades de maneira geral, não sendo restrita a participação dos jovens.

Yah!Escola: esse projeto é experimental. Visa incentivar o desenvolvimento da criatividade e a experimentação artístico-cultural dentro do ambiente escolar, compreendendo a escola como local de intensa sociabilidade. A ação é realizada em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e objetiva potencializar o protagonismo dos jovens por meio de atividades e vivências culturais, estimulando o jovem educando a dar respostas inovadoras às questões pessoais, familiares e sociais.

Cultura Presente: uma parceria com o Programa Estado Presente⁴², articula duas ações: “Ação Integrada pela Cidadania” com o objetivo de mobilizar as comunidades em ações com foco na arte e na cultura, fomentando a prática de atividades artísticas e capacitação de grupos culturais nos 30 aglomerados do programa Estado Presente; “Mostra Áudio Visual Meu Lugar” oferece ao jovens do ensino médio de escolas públicas a oportunidade de aprender todas as etapas de produção audiovisual para a realização de um vídeo capaz de expressar suas ideias sobre o lugar onde moram. O objetivo é estimular os jovens a refletirem sobre sua realidade local, seus potenciais, suas dificuldades e suas perspectivas para o futuro, a partir da experimentação da linguagem audiovisual.

No que tange as ações de “comunicação e difusão” são direcionadas à circulação dos produtos culturais produzidos pelas juventudes capixaba, através do incentivo à conexões e utilização da web e de outras tecnologias comunicacionais, como o Portal Yah!, Yah! Notícias, Revista Nós, Yah! TV. Segue a descrição dessas ações:

Portal Yah!: o Portal Yah é uma rede de relacionamento e também espaço para veiculação de conteúdos. Constitui-se enquanto um ambiente de compartilhamento no qual os usuários postam seus conteúdos artístico-culturais, trocam experiências e interagem com outros usuários. O Portal yah! constitui a principal ferramenta para mobilização e formação da Rede Cultura Jovem.

Yah! Notícias: informativo semanal online distribuído por e-mail com as últimas notícias da rede e links para os conteúdos do Portal Yah!.

⁴² O Programa Estado Presente foi criado em 2011 com o objetivo de promover a articulação necessária para priorizar a implementação de um conjunto de ações e projetos voltados para o enfrentamento da violência letal e para a prevenção primária a partir da ampliação do acesso a educação, esporte, cultura, geração de emprego, renda e promoção da cidadania. Para tanto, o Programa está estruturado em três linhas de ações prioritárias: 1) Infra Estrutura: contempla investimentos em construção e reforma de unidades padronizadas para as polícias, e novas unidades prisionais e sócio educativas; 2) Proteção Policial: consiste no desenvolvimento de estratégias específicas para cada organização policial com foco na defesa da vida; 3) Proteção Social: consiste na integração das ações governamentais, e destas com parceiros da iniciativa privada e outras instituições. Destacamos a necessidade de um estudo mais aprofundado acerca desse Programa para compreender suas ações e investimentos prioritários. Parece-nos, inicialmente, um Programa de Segurança Pública, com metas e investimentos nas estratégias policiais, com um “verniz” social.

Revista Nós: publicação impressa colaborativa do PRCJ com ênfase na produção artístico-cultural da juventude capixaba em suas diversas expressões e linguagens estéticas. A revista pretende-se um espaço de experimentação e exercício criativo autônomo, publicada semestralmente e distribuição gratuita.

Yah! TV: programa veiculado na TV Educativa do Espírito Santo (TVE-ES), como desdobramento do canal web Yah!Tv. O programa surgiu a partir da necessidade de difusão dos conteúdos produzidos pelo Programa Rede Cultura Jovem. Os conteúdos e informações são construídos a partir dos canais virtuais do PRCJ e das produções dos agentes da rede, com valorização da experimentação. Possui uma linguagem pensada para o diálogo com a juventude e experimentação.

3.2.2 Projeto de Valorização da Juventude Rural

O Projeto foi criado em 2007, a partir da realização de uma oficina de trabalho com jovens rurais de diversos segmentos sociais, visando à constituição de premissas para a sua conformação. A partir da realização da oficina, definiu-se uma visão de futuro para 2015: no Espírito Santo, a juventude rural será símbolo da construção plena do “jovem cidadão”, consciente dos seus direitos e deveres, inserido no seu tempo, capaz de contribuir para um tempo novo, centrado no seu desenvolvimento em interação com sua família, com sua comunidade, numa dimensão universal.

Definiu-se também o objetivo geral do projeto que é articular esforços e ações comuns para a inclusão social juvenil rural no espaço público e privado, incorporando as sugestões advindas de demandas para as políticas de cidadania endereçadas a essa categoria social.

A iniciativa é executada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca que tem por objetivo:

promover, coordenar, orientar, estimular e regular as atividades agropecuárias, da pesca e da aquicultura; promover, coordenar e estimular programas de pesquisa, estudos, levantamentos e análise de interesse para o desenvolvimento agropecuário, pesqueiro e aquícola no Espírito Santo;

coordenar e acompanhar a elaboração de planos, programas e projetos de desenvolvimento do setor agrícola, agrário, pesqueiro e aquícola do Estado; promover, coordenar e avaliar a execução da política de desenvolvimento florestal e de preservação, conservação e recuperação de recursos naturais renováveis no âmbito do Estado, dentro da área de sua competência; promover, coordenar e avaliar a execução da política de controle, fiscalização, defesa sanitária vegetal e inspeção, assim como a fiscalização e a defesa sanitária dos produtos de origem animal; elaborar, coordenar e avaliar as ações de política fundiária, a execução dos projetos, integrada com o Plano Nacional de Reforma Agrária; desenvolver outras ações voltadas à Promoção e do Desenvolvimento Rural Sustentável no Espírito Santo (SEAG, 2012, <http://www.seag.es.gov.br/default.asp>. Acesso em 30 de Maio de 2013).

Dentro da estrutura organizacional da SEAG o Projeto é vinculado ao Núcleo Social Rural ligado diretamente ao Gabinete do Secretário Estadual. O público alvo das ações são os jovens residentes nas áreas rurais do Espírito Santo com idade entre 15 e 29 anos.

O projeto é estruturado a partir de seis ações:

Fortalecimento dos Núcleos Sociais de Jovens Rurais: tem como estratégia inserir os jovens nos espaços de debates em âmbito comunitário, municipal, regional e estadual, visando à construção de políticas públicas estruturantes para a sua integração no espaço rural. A principal ação é o fortalecimento de 20 coletivos de jovens rurais, com a realização de eventos, mobilização, organização social e produtiva, debates técnicos, viagens de estudo e de representações, atividades de lazer, esportivas e culturais. Os coletivos são: Líderes Rurais do Movimento Sindical de trabalhadores Rurais (FETAES); Estudantes do Campo da Pedagogia da Alternância (MEPES); Jovens Líderes Rurais do Território da Cidade; Jovens Rurais da ADL; Jovens Camponeses do MST; Estudantes do CEIER; Jovens da Pesca; Jovens Indígenas; Jovens Camponeses do MPA; Safra Jovem; Jovens Quilombolas; Jovens do Camponeses do Raceffaes; Pastoral da Juventude Rural; Jovens do Caparaó; Jovens Ligados à Produção de Áudio Visual; Estudantes do Campo de Escolas Estaduais e Municipais; Jovens da CEMAF – São Gabriel da Palha; Jovens da Central de Associações – Ecoporanga; Jovens Envolvidos na Produção da Pecuária Leiteira; Jovens Envolvidos com a Produção de Café.

Qualificação Social e Profissional: visa a capacitação de jovens do campo acerca dos principais saberes relacionados à gestão da propriedade rural e unidade pesqueira, numa perspectiva empreendedora de valorização da técnica e do exercício da cidadania. Para tanto, foi realizado uma parceria com o Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo – MEPES por meio de convênios em 2008, 2009 e 2011, para a realização de 25 cursos, sendo 29 em Gestão da Propriedade Rural e 06 em Gestão da Unidade Pesqueira com abrangência em todas as regiões capixabas. Foram formados 986 jovens com carga horária de 250 horas/aula, utilizando a metodologia da Pedagogia da Alternância⁴³. A temática gestão da propriedade rural visa viabilizar soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na agropecuária para agricultura familiar e em pequenas e médias propriedades, a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. A temática Gestão da Unidade Pesqueira visa soluções tecnológicas competitivas para o desenvolvimento de negócios na unidade pesqueira, a partir do domínio dos processos de gestão e das cadeias produtivas do setor. Como pré-requisito para certificação, os jovens precisam elaborar um Projeto Técnico apresentando um Plano Integrado e Sustentável da Propriedade Rural ou da Unidade Pesqueira. De acordo com informações da gestora do projeto, dos 986 jovens certificados, foram aprovados 590 projetos técnicos e desses 16 foram financiados pelo Bando do Nordeste, na modalidade do Pronaf Jovem⁴⁴.

Arte do Saber: visa oferecer ao jovem acesso às novas tecnologias e informações segundo as oportunidades da região. Prevê a aquisição de laboratórios digital e de multimídia para que associações de produtores rurais e as escolas Família Agrícola. Desde que o projeto foi implementado, foram formados 37 laboratórios digital e de multimídia para que, em regime de concessão de uso, possam organizar ações

⁴³ A alternância é um sistema educativo em que o aluno alterna períodos de aprendizagem na família, no meio e na escola, estreitamente interligados entre si através de instrumentos pedagógicos específicos, formando assim um conjunto harmonioso entre comunidade, pedagogia, formação integral e profissionalização. O Espírito Santo é pioneiro no Brasil no que tange a pedagogia da alternância, a partir do Movimento Educacional Promocional do Espírito Santo.

⁴⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. Entre as linhas de financiamento do Pronaf tem o Pronaf Jovem destinado aos jovens com até 29 anos de idade.

locais de fomento as novas técnicas e tecnologias da produção agrícola, pesca e das questões agrárias por meio da realização de cursos, seminários, e encontros assim como o fomento as ações de aprendizagem da informática e uso coletivo para a disseminação de informações, em conjunto com os jovens líderes rurais integrantes dos núcleos sociais, organizem ações locais de fomento a novas técnicas e tecnologias da produção agrícola, pesca e agrária. As ações de cultura, esporte e lazer poderão ser largamente oportunizadas com o auxílio fundamental dos equipamentos.

Cultura e Juventude Rural: surgiu da necessidade de promover uma política de desenvolvimento cultural capaz de mobilizar as melhores energias da juventude rural, valorizando seus ciclos de amizade, preservando os saberes presentes da cultura local, favorecendo a que as novas ideias tenham chance de se tornar empreendimentos audiovisuais, musicais e teatrais. Este projeto tem como estratégia a promoção de intercâmbios intra e inter-regionais, através das atividades culturais e de lazer. Foram realizados: Festival Cultural da Juventude Empreendedora Rural de Linhares; Mostra Capixaba de Cinema Rural em parceria com a SECULT; Festival Internacional de Inverno de Domingos Martins.

Unidades Demonstrativas, Produtivas Sustentáveis: Financia ações que tenham em vista o estímulo à iniciação científica, visando despertar no jovem a construção do raciocínio lógico, a explicação racional dos fenômenos naturais, sociais e econômicos, a capacidade de propor novas incursões nas práticas agrícolas e zootécnicas, e na conscientização dos jovens envolvendo-os na recuperação e conservação do meio ambiente, na perspectiva da perenidade da vida nos espaços locais. Neste sentido, a SEAG vem firmando convênios com entidades sociais educativas de produtores agrícolas, com associações de pais, ex-alunos e alunos do campo, para estruturação de unidades de demonstração e experimentação de produção. Em 2012 foram disponibilizados recursos para instalação de 20 Unidades Demonstrativas Produtivas Sustentáveis em 15 municípios, com projetos diversos.

Melhoria do ambiente físico: com o objetivo de fortalecer as escolas do campo de ensino médio e fundamental foram proporcionados recursos visando a melhoria de

ambientes físicos e ambientes educativos com a aquisição de mobiliários para dormitórios, refeitórios, cozinha, sala de aula, biblioteca e auditório, equipamentos de informática, laboratórios de ciências, de irrigação, veículos (carros e tratores), construção e reforma de espaços internos e externos das escolas.

3.2.3 Reflexões sobre as iniciativas

Após evidenciarmos as principais características do Programa Rede Cultura Jovem e Projeto de Valorização da Juventude Rural, gostaríamos de tecer algumas considerações acerca das iniciativas. Cabe destacar que não esteve em nossa expectativa efetuar qualquer espécie de avaliação sobre os projetos. Nosso objetivo esteve focado na caracterização e perfil dessas ações.

Assim, ambas as iniciativas são recentes no Espírito Santo, traço marcante no que tange as políticas de juventude no Brasil, e são implementadas no contexto local de mobilização juvenil em torno da pauta, através da I Conferência Estadual de Políticas Públicas para a Juventude, realizada em 2008.

Vale destacar também, no mesmo período, a aprovação da Lei Estadual Nº 8594, que instituiu legalmente a Política Estadual de Juventude e o Conselho Estadual de Juventude.

Ano de Implementação	
Programa Rede Cultura Jovem	Projeto de Valorização da Juventude Rural
2008	2007

QUADRO 2 – ANO DE IMPLEMENTAÇÃO

Contudo, a elaboração e implementação das iniciativas não contou com diagnóstico prévio das condições de vida, necessidades e demandas dos jovens no ES, além da participação juvenil na definição das ações. Neste sentido, a implementação de políticas eficazes requer conhecimento sobre os jovens, seu cotidiano e modos de vida.

Sobre os órgãos responsáveis pela gestão e execução das ações, desperta a atenção o fato de que entre as 20 secretarias estaduais que integram o Governo do Estado do Espírito Santo, as políticas destinadas especificamente para a juventude, concentram-se nas Secretarias de Estado da Cultura e da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca, áreas que de maneira geral não desenvolvem ações com foco prioritário na juventude.

Órgão Responsável	
Programa Rede Cultura Jovem	Projeto de Valorização da Juventude Rural
Secretaria de Estado da Cultura (SECULT)	Secretaria de Estado da Agricultura, Abastecimento, Aquicultura e Pesca (SEAG)

QUADRO 3 – ÓRGÃO RESPONSÁVEL

O conjunto das demais secretarias não possuem os “jovens” como enfoque dos serviços ou atores estratégicos para o desenvolvimento de ações, embora existam iniciativas que acabam por abranger, em parte, a juventude, conforme evidenciado: iniciativas destinadas para “todas as faixas etárias da população”, “alunos e/ou estudantes”, “crianças e/ou adolescentes”, “adolescentes envolvidos com prática de ato infracional”.

Assim, desperta a atenção a ausência de ações direcionadas para a juventude nas demais secretarias estaduais e áreas da política social, prevalecendo a lógica que considera as políticas públicas como um elenco de programas isolados.

Neste sentido, concordamos com Castro e Abramovay (2002) sobre a necessidade de: investir em uma perspectiva integrada, evitando programas isolados; considerar os jovens como destinatários de serviços, mas também atores estratégicos.

Sobre a participação de outras organizações na execução das iniciativas, o Projeto de Valorização da Juventude Rural possui uma de suas ações, a “Qualificação Social e Profissional”, executada em parceria com MEPES, que recebe investimentos da SEAG para a execução dos cursos de qualificação. O Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo é uma Instituição Filantrópica, fundada em 1968, com sede em Anchieta-ES. Seu objetivo é a promoção integral da pessoa

humana, promovendo e desenvolvendo a cultura. Para tanto, interage com diversas instituições públicas e privadas, através de convênios de cooperação técnica e financeira.

O Programa Rede Cultura Jovem é fruto de uma parceria entre o Governo do Estado e o Instituto Sincades, a partir da política de incentivos tributários. Não é objeto desse estudo aprofundarmos as relações entre o Estado do ES e as Organizações Não Governamentais, fundações privadas e entidades na execução das políticas sociais. Contudo, cabe destacar a importância de pesquisas nessa direção.

Na busca de informações acerca da parceria estabelecida entre o Governo do Estado e Instituto Sincades, encontramos algumas críticas nos veículos de comunicação sobre o contrato firmado através do Programa Compete-ES:

(...) Os contratos de competitividade celebrados na Era Hartung são uma peraltice jurídica em pelo menos duas camadas. A primeira: conforme a Constituição Federal, a legalidade de renúncias fiscais ou qualquer modalidade de diminuição de arrecadação tributária depende de duas medidas: aprovação no Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e, mais além, concessão por lei específica (...) (Link: <http://www.dnaurbano.com.br/index.php/especial/440-contornos-nebulosos-envolvem-contrato-entre-sincades-e-secult>. Acessado em: 20 de Maio de 2013).

O Estado do Espírito Santo deve abrir mão de R\$ 2,77 bilhões em tributos entre os anos de 2014 e 2016 por conta da concessão de incentivos fiscais a empresas de diversos setores. A previsão faz parte do texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de autoria do governador Renato Casagrande, que será analisada pela Assembleia Legislativa. Esses benefícios são os mesmos que estão sendo alvo de questionamentos na Justiça estadual e até no Supremo Tribunal Federal (STF), resultando na suspensão de parte desses incentivos.

Assim como ocorreu em exercícios anteriores, a maior parte da conta das renúncias fiscais – isto é, o dinheiro que deixa de ser recolhido pelo Estado – se deve aos incentivos para o setor atacadista. No período, as empresas deste segmento vão deixar de recolher R\$ 2,057 bilhões aos cofres do Estado, na forma do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo estadual. (Link: <http://www.seculodiario.com/exibir.php?id=6318&secao=9>. Acessado em: 20 de Maio de 2013).

O contrato firmado entre o Governo do ES e o Instituto Sincades foi suspenso no início de 2013, a partir de uma medida judicial expedida pela Vara da Fazenda

Pública. Contudo, tal medida foi revista e o contrato entre o Governo do Estado e Instituto prevalecem.

Diante desses impasses, o Programa Rede Cultura Jovem vivencia algumas dificuldades para sua execução, podendo comprometer, inclusive, a continuidade das ações: equipe técnica reduzida, apenas cinco técnicos para os diversos projetos e escassos investimentos para a implementação das atividades.

Neste sentido, cabe resgatar alguns elementos evidenciados no *Capítulo 2* acerca das “parcerias” entre Estado e instituições da sociedade civil, como parte (e como resultado) do processo de reestruturação do capital, particularmente no conjunto da contra reforma do Estado, a partir da reorientação das políticas sociais.

A tendência geral é a restrição e redução de direitos, transformando as políticas sociais em ações pontuais e compensatórias direcionadas para os efeitos perversos da crise, orientadas, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização (BEHRING; BOSCHETTI, 2007).

Assim,

(...) ao definir as “novas entidades” responsáveis pelos “serviços sociais e científicos”, como “de caráter público”, conservando o “financiamento pelo Estado”, mas de “direito privado”, atribui a responsabilidade pública das respostas à seqüelas da “questão social” às organizações da sociedade civil, porém retira seu controle da gestão estatal e do direito público, transferindo-o para o direito privado. As possibilidades de controle democrático e de pressão política diminuem significativamente com este movimento (MONTAÑO, 2002, p.107).

Outras Organizações que Atuam na Execução	
Programa Rede Cultura Jovem	Projeto de Valorização da Juventude Rural
Instituto de Ação Social e Cultural (Sincades)	Movimento Educacional e Promocional do Espírito Santo (MEPES)

QUADRO 4 – OUTRAS ORGANIZAÇÕES NA EXECUÇÃO

No que tange o objetivo das ações, embora o Programa Rede Cultura Jovem liste também objetivos específicos, é possível constatar (além da valorização e

potencialização artístico cultura do PRCJ e a inclusão social dos jovens rurais do Projeto de Valorização) o destaque dado às noções de estímulo ao “protagonismo juvenil” (Rede Cultura) e ao “empreendedorismo” (Projeto de Valorização).

Objetivo	
Programa Rede Cultura Jovem	Projeto de Valorização da Juventude Rural
Valorização e potencialização artístico, cultura e estímulo ao protagonismo juvenil.	Inclusão social dos jovens rurais e estímulo ao empreendedorismo.

QUADRO 5 – OBJETIVOS

De acordo com Sposito e Carrano (2003), a ideia de protagonismo juvenil vigorou nos documentos do Governo Federal e organizações não governamentais entre 1995 e 2002, bastante marcada por apelo social e não por um conceito ancorado em reflexões analíticas sobre o tema juventude.

Para Souza (2009) a expressão protagonismo juvenil começou a circular, sempre vagamente definida, no discurso especialmente do terceiro setor que trabalha com a juventude a “pobre”, em meados da década de 90.

Em alguns momentos parece referir-se a método, princípio ou eixo pedagógico cuja ênfase na atividade do educando, ou do jovem a quem se dirigem as medidas socioeducativas, o deslocaria de uma posição considerada passiva, de mero beneficiário ou depositário de conhecimentos, para uma posição de participação ativa. Outras vezes, protagonismo juvenil parece designar não um método ou princípio pedagógico, mas certa capacidade intrínseca ao jovem, a de ser protagonista – ou o ator principal – no desenvolvimento do país, da chamada comunidade e do seu próprio (SOUZA, 2009, p. 3).

Neste sentido, a autora afirma que a imprecisão na utilização do termo protagonismo juvenil, não é um fato de debilidade do discurso, mas uma importante estratégia de fabricação de consensos.

Trata-se de um discurso que tem nos organismos internacionais os seus mais poderosos formuladores, mas que também tem sido compartilhado – produzido e reproduzido – por órgãos governamentais, ONGs, empresários e vários membros da universidade ((SOUZA, 2009, p. 10).

No Brasil, de acordo com Souza, a organização pioneira no uso e principal responsável pela consolidação do enunciado protagonismo juvenil foi a Fundação Odebrecht, imediatamente seguida pelo Instituto Ayrton Senna e pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento da Cidadania (IIDAC). A Fundação Odebrecht passou a utilizar protagonismo juvenil como uma verdadeira marca, a partir da realização de um trabalho com adolescentes.

O protagonismo juvenil, frequentemente entendido como princípio pedagógico, ou seja, “método de educação para a cidadania”, é, pois, um discurso que prescreve ao jovem indivíduo um modelo de participação baseada na negociação de medidas que atendam a interesses parciais, de “fortalecimento do indivíduo” (SOUZA, 2009).

No que tange a perspectiva empreendedora, conforme evidenciado no *Capítulo 2*, vem sendo trabalhada por diversos programas sociais, principalmente os relacionados à juventude. De acordo com Almeida (2006) a ideia de transformar o sujeito num empreendedor é para que este seja autônomo para cuidar de si próprio, num mundo em que a lógica mercantil, sobretudo neste momento de crise, institui o desemprego estrutural e, ao mesmo tempo, reclama e impõe a desregulamentação dos direitos sociais.

Para Alencar (2005), os valores do empreendedorismo e da empregabilidade são fortes componentes dos pressupostos neoliberais, que devolve para os trabalhadores a responsabilidade pela sua situação de desemprego.

Desta forma,

a “saída” ou “solução” para os trabalhadores expulsos do mercado de trabalho pode muito bem ser a criação de um negócio próprio, a busca pelo auto-emprego, o trabalho por conta própria, as cooperativas, os pequenos negócios familiares, as micros e as pequenas empresas, dado que no contexto atual a inserção no trabalho passou a ser fundamentalmente uma responsabilidade individual (ALENCAR, 2005, pg. 157).

Essa ideologia é expressão de uma “nova” sociabilidade que se funda na sociedade contemporânea, da qual se destaca o estímulo às saídas individuais em face dos problemas sociais, a competição entre os indivíduos; o primado do mercado como instância principal da vida social; a suposta igualdade, liberdade e autonomia dos sujeitos nos processos históricos e sociais. Enfim, passa a imperar a imposição de uma lógica mercantil onde os indivíduos realizam-se a si mesmos enquanto proprietários e como consumidores (ALENCAR, 2006).

No que tange os tipos de atividades e ações desenvolvidas, de maneira geral, verificamos uma similaridade entre as duas iniciativas através de: 1) “aporte técnico e financeiro”; 2) “qualificação social e/ou profissional”; 3) “atividades socioculturais”.

Ações Desenvolvidas	
Programa Rede Cultura Jovem	Projeto de Valorização da Juventude Rural
<ul style="list-style-type: none"> - <i>Aporte técnico e financeiro</i>: através dos Editais; - <i>Qualificação social</i>: através da Formação Agente Cultura Jovem; - <i>Atividades socioculturais</i>: experiência e prática de audiovisual – Mostra Capixaba de Audiovisual; - <i>Atividades de comunicação e difusão</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Aporte técnico e financeiro</i>: através das Unidades Demonstrativas, Produtivas Sustentáveis; - <i>Qualificação social e profissional</i>: através da qualificação técnica; - <i>Atividades socioculturais</i>: experiência e prática de audiovisual; - <i>Fortalecimento comunitário</i>.

QUADRO 6 – AÇÕES DESENVOLVIDAS

Grande parte dos programas e projetos destinados aos jovens no Brasil seguem a mesma lógica das iniciativas descritas, desenvolvem atividades de qualificação social e profissional, o que pressupõe as vezes uma formação geral, voltada para a “cidadania”, e outra voltada para o aprendizado de habilidades articuladas ao mundo do trabalho, reunindo um conjunto de propostas no campo da "educação não-convencional", que envolve, na maioria das vezes, palestras, cursos e oficinas (SPOSITO, et al, 2006).

Sposito e Carrano (2003) destacam que essas atividades em geral são realizadas a partir de uma base material precária e com um corpo de responsáveis de baixa formação técnica ou mesmo escolar. Além disso, grande parte delas assumiram,

sobremaneira, o fetiche da capacitação para um mercado de trabalho com poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento à realidade social.

Por fim, cabe evidenciar que não identificamos nas iniciativas mecanismos de avaliação e monitoramento. Faltam informações sobre os resultados e impactos dos programas, deficiências e potencialidades das ações, o que impossibilita, por exemplo, compreender o perfil dos jovens contemplados e o alcance das iniciativas.

Neste sentido, destacamos a importância do monitoramento e avaliação como parte integrante da gestão, construído por dentro do projeto, como um processo permanente que permite coletar e analisar informações e subsidiar a tomada de decisões quanto aos objetivos e propósitos.

3.3 OS JOVENS TEM A DIZER

Após o percurso traçado até aqui, a fim de identificar as iniciativas para a juventude no Espírito Santo, consideramos imprescindível ouvir a percepção dos jovens e verificar se as iniciativas implementadas correspondem às expectativas dos sujeitos organizados em torno desta pauta no Estado.

Para tanto, elegemos como sujeitos dessa pesquisa os jovens integrantes do Conselho Estadual de Juventude, em virtude da organização, participação e acúmulo neste tema.

Assim, entre os 13 segmentos da sociedade civil representados no Conselho, entrevistamos 08, buscando contemplar ao máximo a diversidade existente naquele espaço. Não foi possível entrevistar a totalidade dos conselheiros devido à dificuldade para contatá-los no prazo destinado para a realização das entrevistas.

Ouvimos, portanto, 01 representante das Juventudes Partidárias; 01 representante do Movimento de Mulheres; 01 representante do Movimento Negro; 01 representante do Movimento Cultural de Juventude; 01 representante do Movimento de Juventude do Campo; 01 representante do Movimento de Juventude Religiosa;

01 representante do Movimento de Juventude Sindical; 01 representante dos Fóruns de Juventude. Essa diversidade se expressa na riqueza de ideias, percepções e opiniões acerca dos temas destacados nas entrevistas.

3.3.1 Perfil dos entrevistados

Antes de evidenciar as opiniões e percepções dos entrevistados, vale destacar o perfil desses sujeitos. Para o grupo entrevistado destaca-se a predominância de homens com 63% e mulheres apenas 37%. Por se tratar de um tipo “específico” de jovem, ou seja, representante ou liderança de segmentos ou movimentos juvenis, tal proporção demonstra as diferenças e desigualdades históricas existentes na sociedade entre homens e mulheres, sobretudo, nos espaços de representação e poder. Embora as mulheres constituam hoje a maior parte da população⁴⁵, permanecem como minoria nesses espaços.

TABELA 1 – SEXO

Sexo	Quant.	%
Masculino	5	63
Feminino	3	37
Total:	8	100%

Com relação a cidade de procedência dos entrevistados, 87% dos jovens residem na Região Metropolitana da Grande Vitória, com destaque para a Cidade de Vitória com 50%. O que evidencia o caráter predominantemente urbano das políticas de juventude e a necessidade de criar mecanismos de participação e aproximação com os jovens residentes no interior do Estado. Embora a maior parte da população

⁴⁵ De acordo com os dados do IBGE (2010), as proporções entre a população masculina e feminina vêm diminuindo paulatinamente no Brasil. Em números absolutos, o excedente feminino, que era de 2,5 milhões em 2000, chegará a seis milhões em 2050.

jovem do Estado reside em áreas urbanas, 82%, há um contingente considerável de jovens, 18%, habitando em áreas rurais.

TABELA 2 – CIDADE DE PROCEDÊNCIA

Cidade de Procedência	Quant.	%
Vitória	4	50
Guarapari	1	13
Nova Venecia	1	13
Cariacica	1	12
Serra	1	12
Total:	8	100%

No que tange a faixa etária, desperta a atenção o quantitativo de 43% de jovens acima dos 30 anos de idade. Embora a idade não constitua, na nossa compreensão, o critério para definição de juventude, é um dos critérios estabelecidos na Lei de Regulamentação do Conselho: os representantes eleitos da sociedade civil terão, prioritariamente, entre 15 e 29 anos de idade.

TABELA 3 – FAIXA ETÁRIA

Faixa Etária	Quant.	%
15 a 18 anos	0	0
19 a 22 anos	2	29
23 a 26 anos	1	14
27 a 29 anos	1	14
Mais de 30 anos	3	43
Total:	8	100%

Com relação ao grau de instrução dos entrevistados, 75% tiveram acesso ao Ensino Superior, sendo que desses, 50% já concluíram e 25% ainda estão em curso.

TABELA 4 – GRAU DE INSTRUÇÃO

Grau de Instrução	Quant.	%
Superior Completo	4	50
Superior Incompleto	2	25
Ensino Médio	2	25
Total:	8	100%

No que se refere a ocupação, 63% dos jovens entrevistados só trabalham, 25% estudam e trabalham e apenas 12% só estudam. Vale destacar que, embora esteja crescendo no Brasil a população de jovens “nem nem”⁴⁶, ou seja, nem estuda e nem trabalha, o mesmo não se manifesta entre os entrevistados.

TABELA 5 – OCUPAÇÃO

Ocupação	Quant.	%
Só estuda	1	12
Só trabalha	5	63
Estuda e trabalha	2	25
Não estuda e nem trabalha	0	0
Total:	8	100%

Sobre filiação partidária e tempo de militância no campo da juventude, 75% dos entrevistados não é filiado a nenhum partido político. A ampla maioria, 62%, milita no campo da juventude entre 4 e 8 anos. Vale destacar também o percentual de 25% de jovens que militam há muitos anos nesse campo de atuação, entre 14 e 19 anos.

TABELA 6 – FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Filiação Partidária	Quant.	%
Não é filiado	6	75
PDT	1	12
PT	1	13
Total:	8	100%

TABELA 7 – TEMPO DE MILITÂNCIA

Tempo de Militância no Campo da Juventude	Quant.	%
4 a 8 anos	4	62
9 a 13 anos	1	13

⁴⁶ De acordo com o IPEA (2012) de 2000 a 2010, aumentou em 708 mil o número de jovens entre 15 e 29 anos que não estudavam, não trabalhavam, nem procuravam ocupação (“Nem, Nem”). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=16325. Acesso em 22/05/2013.

14 a 19 anos	2	25
Total:	8	100%

3.3.2 Concepções de Juventude

As diversas concepções de juventude presentes na sociedade, conforme evidenciado no *Capítulo 1*, também se expressam nos diferentes entendimentos dos próprios jovens sobre o tema. Neste sentido, questionamos os entrevistados o que compreendem por juventude? Como concebem a juventude na sociedade atual? No geral, destacaram-se três noções:

1ª noção: juventude como um conjunto de atitudes frente a vida, um estado de espírito.

Minha concepção de juventude vai além de uma concepção biológica, etária e social, a exemplo, a determinada pela ONU. É mais do que faixa etária, **é um estado de espírito. Conheço várias pessoas que já passaram dos 29 e ainda têm demandas e características que têm haver com a faixa etária compreendida por juventude** (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

2ª noção: juventude enquanto construção social, histórica e diversa.

Juventude é uma condição social e diversa. Deve ser vista em sua diversidade. **Um conceito histórico.** Deve ser compreendida sem estereótipos (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

Juventude é uma construção social, histórica, que vai além, obviamente, da faixa etária, mas, também é delimitada por essa. Compreendo também outros elementos que incorporam esse ser jovem, sobretudo, a questão da **diversidade** (ENTREVISTADO H - Grifo nosso).

3ª noção: juventude como uma etapa de vida, um momento de preparação para a vida adulta.

Um estado, **um rito de passagem** necessário para o desenvolvimento do ser humano por conta de suas dificuldades, suas necessidades específicas, seu desenvolvimento intelectual, social e político (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

É um **período de nossas vidas**, onde temos a oportunidade de experimentar as várias faces da vida. É um momento de investimento. **A juventude é o momento de se investir**, investir no seu conhecimento, na sua experiência de vida, na sua carreira. Isso é juventude, viver, experimentar com responsabilidade (ENTREVISTADO C - Grifo nosso).

Compreendo juventude, primeiramente, como uma faixa etária, um **tempo na vida de uma pessoa, um período de transição**. Período em que a pessoa se tornará auto independente, construindo sua vida para, posteriormente, se firmar e dar continuidade ao seu trabalho. **Juventude é uma etapa** (ENTREVISTADO E - Grifo nosso).

Acerca dessas compreensões, destacamos no *Capítulo 1* algumas reflexões sobre a forma de conceber a juventude na sociedade, entre essas, gostaríamos de resgatar a afirmação de Abramo (2005) de que nos dias de hoje é difícil dizer que a juventude se resume à preparação para a vida adulta, visto que ela se alargou no tempo e no espaço social e ganhou uma série de conteúdos próprios, relacionados por uma série de movimentos de inserção dos jovens em diversos planos da vida social, inclusive no mundo do trabalho, na vida afetiva/ sexual, na produção cultural e na participação social. Além disso, concordamos com a necessidade de reconhecer as juventudes, enquanto portadora de diferenças e singularidades.

3.3.3 O ser jovem na atualidade: dificuldades e demandas no ES

No *Capítulo 1* apresentamos alguns dados e estudos acerca da realidade juvenil no Brasil. No que se refere ao ES, identificamos apenas uma pesquisa quantitativa sobre essa realidade, sem qualquer referência as percepções, valores ou modos de vida dos diversos setores juvenis do Estado. Neste sentido, a fim de identificar as principais dificuldades e demandas desta condição na atualidade, questionamos os entrevistados.

Foi unanime entre esses a ênfase às dificuldades relacionadas às condições de vida dos jovens da classe trabalhadora.

Ser jovem na Praia do Canto é fácil. Ser jovem no Morro do Macaco é muito difícil. É difícil, pois ali não tem educação, não tem oportunidades. Ali o final para a grande maioria não será um final legal (ENTREVISTADO C – Grifo nosso).

Ser jovem, mulher, negra é muito difícil, a partir do momento que me reconheço nessa condição. Uma sociedade racista, patriarcal, se assumir enquanto mulher negra jovem é um desafio constante (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

Ser jovem nos dias atuais é complexo, bastante difícil. É um período que você tem que se adequar a realidade de trabalho, estudo, família, conviver com a violência, conviver com as desigualdades sociais. É ser discriminado pela mídia, discriminado pela sociedade. Ser jovem nos dias de hoje é bem difícil (ENTREVISTADO E - Grifo nosso).

Destacaram também as dificuldades derivadas do não reconhecimento dessa condição por parte do Estado e a ausência de políticas públicas a fim de garantir direitos a essa população.

Complicado hoje se identificar como juventude, **quando o estado não te reconhece como juventude nos seus direitos, nas suas necessidades.** Porém, esse vigor que se tem nesse período, essa vontade de fazer as coisas, de conquistar, de buscar, torna isso menos difícil. Mas, faltam ações e políticas que te reconheçam, que te entendam dentro da situação da sociedade. É uma tarefa muito complicada. **Você tem direitos privados e condições privadas** (ENTREVISTADO G - Grifo nosso).

É muito desafiador ser jovem, por ainda ser uma construção recente em diversas dimensões, tanto na dimensão teórica, quanto na dimensão do desenvolvimento de políticas específicas para esse segmento. É muito desafiador ser jovem, da mesma forma que é muito desafiador fazer essa militância no campo da juventude, por que como um grande militante da juventude disse recentemente, a gente acaba tendo uma grande página em branco na nossa frente (ENTREVISTADO H - Grifo nosso).

As falas ilustram as principais dificuldades vivenciadas e nos desafiam a pensar essa condição a partir de mediações com os processos e transformações em curso no mundo capitalista, na forma de produção e reprodução das relações sociais. Do contrário, caímos na velha forma de conceber a juventude como patológica, egoísta, indiferente e apática.

Nesta direção, os entrevistados destacaram também as principais demandas da juventude no Estado, entre elas, o acesso à educação de qualidade, ao mercado de trabalho, a terra, ao esporte e ao lazer.

As faltas, a falta do **acesso à educação**, ainda no Ensino Médio que continua sendo um grande funil, um grande gargalo que precisa ser resolvido. A questão do **acesso ao mercado de trabalho**, não com subemprego, mas, com formação qualificada. Não ver a juventude negra que mora na periferia como um **bandido em potencial. O problema da segurança e o extermínio da juventude negra. Violência contra a jovem**

mulher, sobretudo, a jovem mulher negra (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

Nós precisamos de acesso, acesso ao que? **Acesso à educação, à terra**, sem ter que devolver para os órgãos, ao **lazer, principalmente no campo**. Você vai em uma comunidade rural igual a minha, tem um campo de futebol que é a área de lazer. Parece que só querem que o jovem jogue futebol. Não tem um teatro, uma escola de música (ENTREVISTADO F).

Gostaríamos de destacar as falas dos entrevistados B e D que evidenciam como demanda da juventude capixaba a “vida” e também ser “ouvida”.

Tem muitas demandas, **a juventude quer ser inserida, a juventude quer esporte, educação. Algo que percebo mais que tudo é a juventude quer ser ouvida** (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

Enquanto jovem, mulher, negra, **a principal demanda da juventude capixaba é a vida. É o direito a vida. É viver com condições dignas**, de poder ser entendido enquanto jovem, poder estudar (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

Acreditamos que essas demandas se expressam, sobretudo, pela inexistência até então de canais democráticas de participação política da juventude capixaba e ao quadro alarmante de vitimização juvenil: em 2010 o ES possuía uma taxa de homicídios juvenil 3,2 vezes maior que a taxa da região Sudeste, e ainda, 2,2 vezes maior do que a taxa nacional (WAISELFISZ, 2011).

3.3.4 Participação juvenil no Estado

Conforme destacado anteriormente, uma das demandas da juventude no ES é ser “ouvida”. Questionamos os entrevistados sobre como deve se dá a participação dos jovens na elaboração das políticas públicas.

Destacaram a importância da desburocratização dos espaços institucionais e a necessidade de se criar mecanismos para se chegar aos jovens que não estão organizados, a exemplo de plenárias livres por regiões do Estado.

Sem burocracia. Esse é o principal desafio do Conselho e dos órgãos que trabalham com juventude, desburocratizar a participação da juventude (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

Precisamos pensar o que fazer com o jovem que não está organizado e que talvez tem uma demanda que não está sendo pontuada por nenhuma das organizações que se fazem presente. Por isso, temos que ver qual mecanismo utilizamos para trazer esse jovem que não está organizado e mobilizado (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

Agora temos um veículo de participação, o Conselho. A conferência é uma forma, **mas, plenárias livres, descentralizadas, por região, municípios, seria uma forma de agregar essa diversidade de juventudes** (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

No que tange o Conselho Estadual de Juventude, os entrevistados evidenciam suas expectativas em relação a esse novo espaço de participação juvenil no ES. Corroboram com sua importância para sensibilizar e pautar as questões relacionadas a juventude e construir o primeiro Plano Estadual de Políticas Públicas de juventude e com a juventude.

Esse órgão não vai salvar a nossa juventude e nem reduzir o índice de violência contra a juventude negra, contra a mulher, contra a jovem mulher negra. Não vai reduzir a morte de jovens nos acidentes de trânsito e nem colocar de forma simples a juventude no centro de desenvolvimento do Estado. **Porém, é um mecanismo importante para sensibilizar, pautar, construir. Esse Conselho tem a tarefa de construir o Plano Estadual de Juventude, de pensar um sistema estadual de juventude** (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

O Conselho é um instrumento, uma ferramenta para fiscalizar as políticas públicas de juventude, propor novas coisas, mas também instrumento para se chegar na ponta (ENTREVISTADO C - Grifo nosso).

O Conselho está se estruturando agora. Não temos um Plano Estadual de Juventude, tão pouco conselhos municipais. **É um marco inicial para a construção da política pública de juventude, com a juventude** (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

Assim, há entre os entrevistados o reconhecimento do Conselho Estadual de Juventude como um marco inicial para o entendimento dos jovens enquanto sujeito de direitos no ES.

Portanto, enfatizamos a participação nesse espaço como uma possibilidade, ainda que limitada, no processo de tomada de decisões, para inscrever conquistas e

direitos, canalizar reivindicações e interferir na definição e gestão das políticas sociais para a juventude no Estado.

Além disso, vale registrar que, a trajetória e inserção política dos entrevistados contrapõe a imagem da juventude como patológica, individualista e apática. No geral, os entrevistados estão inseridos em movimento de mulheres, movimento religioso, partidário, movimento rural, movimento ambientalista, movimento negro, movimento hip hop, entre outros. Assim, ao se reconhecerem enquanto sujeitos históricos se contrapõem ao apoliticismo tão presente nos discursos sobre a juventude.

3.3.5 Percepções sobre as políticas de juventude no ES

Após o percurso traçado durante a realização deste trabalho, no sentido de resgatar o histórico, mapear e caracterizar as iniciativas para a juventude no âmbito do Estado, questionamos os entrevistados sobre suas percepções acerca das PPJ's.

De maneira geral, afirmam conhecer poucas iniciativas para a juventude em âmbito estadual e destacam o Programa Rede Cultura Jovem, Programa de Valorização da Juventude Rural e Programa Estado Presente.

As duas únicas iniciativas que conheço é o Rede Cultura Jovem, que conheço um pouco mais do que o programa para os jovens rurais. Tenho mais contato com o Rede Cultura por contato dos coletivos que conheço que fazem parte do programa. Tem o Portal Yah! que culmina no encontro de todos esses coletivos. São as duas únicas iniciativas que conheço (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

Não consigo vislumbrar nenhuma, mas, o Governo apresenta hoje o Programa Estado Presente. Dizem que agrega a juventude. Concretamente é um programa de segurança pública, pois, os principais investimentos são na área da segurança e polícia. Os investimentos na área de cultura, educação e saúde são escassos (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

A gente vê o **Programa de Valorização da Juventude Rural que é um programa que está na SEAG.** Esse programa tem beneficiado a juventude, por exemplo, em capacitação (...) (ENTREVISTADO F - Grifo nosso).

De fato, conforme constatado a partir do mapeamento das iniciativas, as ações destinadas especificamente para a juventude são o Rede Cultura Jovem e o Projeto de Valorização da Juventude Rural. O Programa Estado Presente, embora mencionado, não possui a juventude como público alvo específico de suas ações.

Portanto, ao serem questionados sobre a existência no Estado de uma “política pública de juventude”, foi unânime entre os jovens a percepção da inexistência desta. Destacam que há ações pontuais e desarticuladas, o que não consiste na configuração de uma política, ou seja, a soma de projetos sociais não resulta em uma política em si. Há também o reconhecimento de que o Estado inicia os primeiros passos para uma construção através da criação da Gerência Estadual de Juventude e do Conselho Estadual de Juventude.

Não existe uma política pública do Estado, tem uma ação ou outra, mas, elas também não conversam. Só a partir do final do ano passado há a estruturação da Gerência, que foi uma das demandas das duas conferências, não uma gerência, mas, um órgão institucional que entendíamos ser uma Secretaria. O Governo entende que não tem estrutura suficiente para atender a essa demanda. **Porém, o órgão institucional criado é legítimo. Há duas ações, o programa desenvolvido na SEAG e o Rede Cultura Jovem. Agora também a implementação do Conselho. Acho que isso não caracteriza uma política de juventude. O que se tem são ações espaçadas** (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

O Espírito Santo começa, mas, ainda não tem uma política de governo para as questões da juventude. Claro que pela pressão dos movimentos sociais, dos movimentos de juventude, que fizeram e ainda fazem uma grande luta (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

Tem um marco inicial que é o Conselho, mas, uma política formulada, concreta, hoje, o Estado não tem. O desafio desse estado é construir uma política pública com a juventude, com a participação popular mesmo, que o jovem consiga participar (ENTREVISTADO D- Grifo nosso).

Assim, na medida em que as ações não correspondem as demandas e as expectativas das juventudes, os entrevistados destacam a importância de algumas diretrizes para nortear as políticas no Estado: a intersetorialidade e integralidade das ações, a diversidade juvenil e a emancipação da juventude.

A emancipação da juventude. Potencializar, reconhecer e dar as condições para esse sujeito de direitos transformar a sua realidade, por conseguinte da sociedade (ENTREVISTADO A – Grifo nosso).

Primeira coisa é importante pensar em **uma política que transpasse várias secretarias, não podemos ter algo setorizado**, por que a juventude está em tudo, na educação, no transporte, na saúde, na secretaria de justiça. É **preciso pensar no aspecto integral da juventude**, nas suas necessidades e a partir daí criar políticas que perpassem todas essas secretarias (ENTREVISTADO B - Grifo nosso).

Entendendo juventude como juventudes, na sua diversidade. Existem especificidades e demandas concretas (ENTREVISTADO D - Grifo nosso).

Uma das bandeiras de luta é **criar os espaços institucionais no Estado**, é claro que a gente vai demorar um pouco ainda, **mas, a secretaria de políticas públicas de juventude é um espaço que vai trabalhar o acesso às políticas, esporte, cultura, lazer**. São coisas que a gente não vê acontecer no dia a dia, com foco específico na juventude. Às vezes tem abrangência maior, mas, não com foco na juventude (ENTREVISTADO E - Grifo nosso).

Neste sentido, temos avançado na compreensão de que os jovens precisam de políticas públicas específicas, embora ainda predomine na sociedade a concepção do “jovem problema”, sobretudo, diante das transformações em curso no mundo capitalista.

Portanto, concordamos com Casto e Abramovay (2002) da importância da construção de políticas de/para/com as juventudes, ou seja, políticas específicas para os jovens decididas e construídas com a participação desses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente a juventude foi tematizada sob a ótica dos problemas sociais, categoria social frente à qual se pode (ou deve) tomar atitudes de contenção, intervenção ou salvação, mas, com a qual é difícil estabelecer uma relação de troca e diálogo. Neste sentido, reafirmamos que essa forma de conceber a juventude não estabelece as mediações necessárias com os processos e transformações em curso na sociedade capitalista, na forma de produção e reprodução das relações sociais, ou seja, a juventude é tematizada como uma parte isolada da sociedade, como produtora dos males, mas não como produto também dessas relações.

Reafirmamos a opção teórica e política que compreende a juventude como uma construção social e histórica, inserida na sociabilidade burguesa, influenciando e sendo influenciada por sua condição social.

Conforme evidenciado, a conjuntura atual é marcada pela crise mundial que têm impactos diretos sob a juventude. Os jovens hoje constituem um quarto da população economicamente ativa, porém, representam metade do total de desempregados do mundo. A informalidade, o trabalho precário e o desemprego têm predominado nas relações de trabalho juvenis, expondo os jovens a uma vida de desespero e miséria (OIT, 2012).

Não é por acaso que mês de Junho irrompeu a conjuntura brasileira com a tomada das ruas pelos trabalhadores, sobretudo jovens, com mobilizações que adquiriram caráter de movimento de massa, de protesto, revolta coletiva, aglutinando a indignação com as condições de vida e às medidas adotadas pelos governos para enfrentar a crise.

No Espírito Santo, esse movimento levou as ruas mais de cem mil pessoas, 10% da população residente na Região Metropolitana da Grande Vitória, com o lema “Não é por 20 centavos, é por direitos”. Entre as pautas, algumas bandeiras históricas do movimento juvenil capixaba, como o passe livre e a criação da Universidade Estadual.

Na contratendência das ruas, a lógica das políticas sociais tem sido a de restrição de direitos, com ações pontuais e compensatórias, orientadas, sobretudo, pela seletividade e privatização, em detrimento da universalidade e estatização.

Neste sentido, ao mapear e investigar as iniciativas no âmbito do Estado do Espírito Santo destinadas especificamente para a juventude, objetivo geral desse estudo, constatamos evidências que apontam nesta direção, vale destacar:

- a não centralidade da juventude no processo de desenvolvimento do Estado;
- a baixa atividade coordenada do Governo Estadual em concentrar e publicar informações acerca das políticas de juventude no Estado;
- os jovens no Espírito Santo são abrangidos por políticas destinadas a todas as faixas etárias, com poucas ações, portanto, específicas para a juventude;
- prevalece a lógica que considera as políticas públicas como um elenco de programas isolados;
- quantitativo reduzido de ações para a ampliação e promoção da educação, saúde, formação e capacitação, cultura e lazer;
- caráter pontual e de curta duração das iniciativas identificadas, através da oferta de cursos, oficinas e concessão de bolsas;
- poucas ações desenvolvidas conjuntamente por mais de uma secretaria ou área da política social, reforçando a lógica de atendimento das demandas da população de forma fragmentada e desarticulada, comprometendo assim as perspectivas de integralidade e equidade do serviço prestado.

A partir da organização e pressão social, em especial, dos próprios jovens, as políticas de juventude começam a dar os primeiros passos no Estado do Espírito Santo e alguns avanços já são identificados, vale registrar:

- a realização das conferências estaduais de juventude, em 2008 e 2011, como espaço para escuta de demandas e proposições, ainda que as propostas aprovadas não tenham sido efetivadas até o momento;
- criação do Conselho Estadual de Juventude, como possibilidade no processo de tomada de decisões, ainda que limitada, para inscrever conquistas e direitos, canalizar reivindicações e interferir na definição e gestão das políticas sociais para a juventude no ES.

Identificamos também a partir dos autores estudados e do diálogo com as juventudes do Estado, diretrizes fundamentais para a conformação de políticas de juventude, para a juventude e com a juventude:

- superar a forma adultocêntrica de conceber a juventude, além reconhecê-la enquanto portadora de diferenças e singularidades que constroem sua pluralidade e diversidade nos distintos espaços sociais;
- reconhecer os novos modos de participar da juventude na sociedade, uma vez que, é comum o discurso da apatia juvenil frente a política;
- reconhecer os jovens como atores importantes para o processo de desenvolvimento do Estado;
- avançar nos conteúdos e nas formas de participação da juventude na formulação das políticas públicas;
- a necessidade de incorporar o monitoramento e avaliação como parte integrante da gestão das PPJs, a fim de coletar e analisar informações e subsidiar a tomada de decisões quanto aos objetivos e propósitos.
- a importância de definir papéis e funções entre as diferentes esferas de Governo, compartilhando as responsabilidades e fortalecendo a democracia

Por fim, nos defrontamos durante todo o trabalho com dúvidas no que tange as reais necessidades de políticas específicas para as juventudes, afinal, as demandas dos

jovens já não estariam contempladas nas políticas universais de educação, saúde, esporte etc.?

No entanto, conforme evidenciado, a tematização histórica da juventude sob a ótica dos problemas sociais, a consequente formulação de políticas determinadas por essa compreensão e o contexto atual de precarização das condições de vida da classe trabalhadora, em especial, dos jovens, dão materialidade para pensarmos a importância de políticas universais e também específicas para a juventude, afinal, são necessárias medidas concretas contra as desigualdades, discriminação e opressão, através de ações com o objetivo de discutir as relações assimétricas e promover a real universalização dos direitos.

REFERÊNCIAS

ABAD, Miguel. “Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil”. Última Década, Vinã del Mar, CIDPA, Março, 2002.

ABRAMO, H.W.; BRANCO, P.P.M. (org). **Retratos da Juventude Brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M. (Orgs.). In: **Revista Brasileira de Educação**. n. 5 e 6. São Paulo, 1997

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. **O Apoio aos pequenos empreendimentos econômicos no âmbito das Políticas Públicas de Emprego e Renda: alternativa ao desemprego ou subordinação e desregulação do trabalho assalariado no Brasil?**. 2005. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ALMEIDA, Carla. **O Marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil**. In: A Disputa pela construção democrática na América Latina. DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (org). São Paulo: Editora Paz e Terra, 2006.

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BEHRING. E. R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

BOITO, A. **Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo, 1996.

CAMARANO, Ana Amélia. Et al. **Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CARCANHOLO, Reinaldo. **A atual crise capitalista**: Brasil. Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2011/02/a-atual-crise-capitalista/?lang=pt-br>>.

Acesso em: 20 de junho de 2012.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luiz. Política Social Focalizada e ajuste fiscal: as duas faces do governo Lula. In: **Revista Katálysis**. Florianópolis. Jan-Jun 2007.

DURIGUETTO, M. L. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. In: **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, 2008.

Espírito Santo. Lei nº 8594 de 13 de Julho de 2007. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2007.

Espírito Santo. Decreto Nº 2948-R, de 18 de Janeiro de 2012. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2012.

Espírito Santo. Decreto Nº 3067, de 31 de Julho de 2012. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2012.

Espírito Santo. Decreto Nº 3101, de 30 de Agosto de 2012. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 2012.

FERREIRA, Helder. et al. Juventude e políticas de segurança pública no Brasil. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Coelho (org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

FILGUEIRAS, L. **Projeto político e modelo econômico neoliberal no Brasil: implantação, evolução, estrutura e dinâmica**, 2005.

JÚNIOR, Humberto Ribeiro. **Encarceramento em massa e criminalização da pobreza no Espírito Santo**. Vitória: Causa Editora, 2012.

IAMAMOTO, M.V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** São Paulo: Cortez Editora. 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** São Paulo: Cortez Editora. 2010.

Instituto Jones dos Santos Neves. **Juventude e vulnerabilidade social no Espírito Santo: explorando fatores explicativos.** Vitória, ES, 2011.

MACEDO, Severine; ELIAS, Bruno. **A questão da idade no Estatuto da Juventude.** Disponível em: http://www.juventude.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2013/03/18-03-2013-a-questao-da-idade-no-estatuto-da-juventude. Acesso em: 12 de Abril de 2013.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. **La juventud es más que una palabra.** Buenos Aires: Biblos, 1996.

MELO, D. L. M.; CANO, I. (org). **Homicídios na adolescência no Brasil: IHA 2008.** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2011.

MÉSZÁROS, István. **Uma crise estrutural exige uma mudança estrutural: Brasil.** Disponível em: <<http://www.observatoriodelacrisis.org/2012/04/uma-crise-estrutural-exige-uma-mudanca-estrutural/?lang=pt-br>>. Acesso em: 20 de junho de 2012.

MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade,** São Paulo: Editora Vozes, 2007.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** Temporalis. Ano II Nº 3. ABEPSS: Jan a Jun, 2001.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica.** São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**, São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

QUAPPER, Klaudio D. ¿Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, S. D. (Org.). **Adolescencia y Juventud en America Latina**. Cartago: Libro Universitario Regional, 2001.

QUIROGA, Consuelo. **Trabalho e formação da identidade juvenil**. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

RAICHELIS, R. Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um desafio a ser enfrentado pela Sociedade Civil. In: MOTA, M.E. (et al) **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Cortez, 2006.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Editora Cortez, 2012.

SILVA, E. R. A.; ANDRADE, C. C. A política Nacional de Juventude: avanços e dificuldades. In: CASTRO, Jorge; AQUINO, Luseni; ANDRADE, Coelho (org). **Juventude e políticas sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

SPOSITO, M. P; CARRANO, P. Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: ANPED. **Revista Brasileira de Educação**. Nº 24, São Paulo: ANPED , 2003.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R.; VANNUCHI, P. ABRA (org). **Juventude e sociedade: trabalho, Educação, Cultura e Participação**. São Paulo: Instituto Cidadania; Fundação Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Regina Magalhães. Protagonismo Juvenil: o discurso da juventude sem voz. In: Revista Bras. Adolescência e Conflitualidade. São Paulo, 2009.

TEIXEIRA, Rafael Vieira. Uma crítica da concepção de política social do Banco Mundial na cena contemporânea. In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo. Out/Dez de 2010.

TELLES, Vera da Silva. Questão Social: afinal, do que se trata? In: ___. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001. Capítulo 4, p.115-37.

Tendências Mundiais de Emprego para a Juventude – 2012. Organização Internacional do Trabalho (OIT). 2012.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2011**: os jovens do Brasil. Brasília: Instituto Sagari, 2011.